

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Rio de Janeiro, 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações constantes da Portaria CGU nº 650/2014.

Rio de Janeiro, 2015.

# SUMÁRIO

## I - INTRODUÇÃO

### 1. Identificação e atributos da UJ

- 1.1 Relatório de Gestão Individual
- 1.2 Finalidade e competências institucionais
- 1.3 Organograma funcional
- 1.4 Macroprocessos finalísticos
- 1.5 Macroprocessos de apoio
- 1.6 Principais parceiros

## II – DESENVOLVIMENTO

### 2. Informações sobre a governança

- 2.1 Estrutura de governança
- 2.2 Atuação da unidade de auditoria interna
- 2.3 Sistema de correição
- 2.4 Avaliação do funcionamento dos controles internos

### 3. Relacionamento com a sociedade

- 3.1 Canais de acesso do cidadão
- 3.2 Carta de serviços ao cidadão
- 3.3 Mecanismos para medir a satisfação de produtos e serviços
- 3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada
- 3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada
- 3.6 Medidas relativas à acessibilidade

### 4. Ambiente de atuação

- 4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

### 5. Planejamento da unidade e resultados alcançados

- 5.1 Planejamento da unidade: Plano de Desenvolvimento Institucional
  - 5.1.1 Período de abrangência do PDI
  - 5.1.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais
  - 5.1.3 Vinculação do PDI com o PPA
    - 5.1.3.1 Programas temáticos
    - 5.1.3.2 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado
  - 5.1.4 Contexto de planejamento estratégico
    - 5.1.4.1 Contexto de planejamento estratégico até 24/6/2014 (PL 8.035-B/2010, texto proposto do Plano Nacional de Educação - PNE)
    - 5.1.4.2 Contexto de planejamento estratégico a partir de 25/6/2014 e até 2024 (vigência do PNE, Lei 13.005/2014)
  - 5.1.5 Objetivos estratégicos do PDI e Plano de Ação para 2014
  - 5.1.6 Estratégias de atuação
  - 5.1.7 Execução do Plano de Ação

- 5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
  - 5.2.1 Programa temático
  - 5.2.2 Objetivo
  - 5.2.3 Ações
    - 5.2.3.1 Ações OFSS
    - 5.2.3.2 Ações/Subtítulos OFSS
    - 5.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2014 – restos a pagar não processados OFSS
    - 5.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI
    - 5.2.3.5 Análise situacional
- 5.3 Informações sobre outros resultados da gestão
- 5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

## **6. Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira**

- 6.1 Programação e execução das despesas
- 6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda
- 6.3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
  - 6.3.1 Análise crítica
- 6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores
  - 6.4.1 Análise crítica
- 6.5 Transferências de recursos
- 6.6 Suprimentos de fundos

## **7. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados**

- 7.1 Estrutura de pessoal da unidade
  - 7.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada
  - 7.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho
  - 7.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada
  - 7.1.4 Irregularidades na área de pessoal
    - 7.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos
    - 7.1.4.2 Terceirização irregular de cargos
  - 7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas
  - 7.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos
- 7.2 Contratação de mão de obra de apoio e estagiários
  - 7.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância
  - 7.2.2 Locação de mão-de-obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão
  - 7.2.3 Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2
  - 7.2.4 Contratação de estagiários

## **8. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário**

- 8.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros
- 8.2 Gestão do patrimônio imobiliário
  - 8.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial
  - 8.2.2 Imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional
  - 8.2.3 Imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UJ
  - 8.2.4 Análise crítica dos itens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3

8.3 Bens imóveis locados de terceiros

**9. Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento**

9.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)

**10. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental**

10.1 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

**11. Atendimento de demandas de órgãos de controle**

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

11.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

11.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

11.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

11.3 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei 8.730/93

11.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/1993

11.3.2 Situação do cumprimento das obrigações

11.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

11.5 Alimentação SIASG e SICONV

**12. Informações contábeis**

12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

12.3 Conformidade contábil

12.4 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

**13. Outras informações sobre a gestão**

13.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

**III – RESULTADOS E CONCLUSÕES**

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

CAP – Colégio de Aplicação (INES)  
CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez  
CGU – Controladoria-Geral da União  
DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (INES)  
DEBASI – Departamento de Educação Básica (INES)  
DEPA – Departamento de Planejamento e Administração (INES)  
DESU – Departamento de Ensino Superior (INES)  
DIAU – Divisão de Audiologia (INES)  
DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (INES)  
DINFO – Divisão de Informática (INES)  
DN – Decisão Normativa  
D.O.U. – Diário Oficial da União  
GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União  
IN – Instrução Normativa  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro)  
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos  
MEC – Ministério da Educação  
Port. – Portaria  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PPP – Projeto Político-Pedagógico  
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
RG – Relatório de Gestão  
SEF2 – Serviço de Ensino Fundamental – 2º segmento (INES)  
SEME – Serviço de Ensino Médio (INES)  
SEPAT – Serviço de Patrimônio (INES)  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UJ – Unidade Jurisdicionada

## LISTA DE QUADROS

<b>Item</b>	<b>Localização (Capítulo / Item ou Anexo)</b>
Quadro I – Itens da Norma que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada	Capítulo I – Introdução
Quadro II – Organograma do INES conforme Regimento Interno vigente	Capítulo I, item 1.3
Quadro III – Diagnóstico da surdez e acesso ou permanência na escola	Capítulo I, item 5.4
Quadro IV – Atendimento audiológico e acesso ou permanência no trabalho	Capítulo I, item 5.4
Quadro V – Parcerias de cooperação técnico-científica	Capítulo II – Desenvolvimento / Item 13 Outras informações sobre a gestão

## I - INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Educação de Surdos, alusivo ao exercício de 2014. O documento foi estruturado em itens, observadas as normas do Tribunal de Contas da União, possibilitando ao leitor dimensionar a gestão institucional, seus sucessos e suas dificuldades, bem como o impacto de sua atuação no contexto da inclusão social da pessoa surda.

Nesse período, em que o Instituto conduziu o terceiro dos cinco anos de implementação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016, alcançamos a quase totalidade das metas estabelecidas. Os recursos orçamentários demonstraram-se adequados às necessidades institucionais.

Nos termos do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, resultados da gestão ao longo de 2014 e alguns objetivos traçados para o exercício de 2015 encontram-se demonstrados no Anexo I deste Relatório.

Na esfera de Macroprocessos Finalísticos, merecem destaque as seguintes realizações:

No campo de **Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional**, o INES viu contempladas, em linhas gerais, na Lei 13.005, de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, propostas suas encaminhadas ao Congresso Nacional com respeito à educação bilíngue, formuladas a partir do diálogo com o movimento social surdo: *Meta 4, Estratégia 4.7: garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (...)*. Além disso, seguiu participando de Grupo de Trabalho Ministerial que elabora subsídios para a Política Nacional de Educação Bilíngue. Em 2014, a partir de interlocução e colaboração INES – INEP, os Editais do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM tornaram-se acessíveis em Libras.

No campo da **Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão**, o Curso Bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura, ofertado pelo INES, já reconhecido (em 2012) e aprovado em avaliação oficial do MEC (Portaria INEP 599/2014, publicada no DOU de 18/12/2014, Seção I, pág. 30), manteve a oferta de 60 vagas e teve, em 2014, o maior número de candidatos inscritos em processo seletivo para ingresso de novos alunos desde sua criação, em 2006: 364 candidatos, sendo 75 surdos e 289 ouvintes. Deve-se destacar o esforço de divulgação em espaços acadêmicos, sistemas públicos de ensino, movimentos surdos e redes sociais, e o cumprimento da Lei 12.711/12 (reserva de vagas para estudantes egressos da rede pública, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita e estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção aos dados censitários). De 2006 a 2014, o Curso alcançou preenchimento de 92,5% das vagas ofertadas, e dos matriculados no período, 70% já se formaram.

Além disso, em 2013, foi realizado concurso público que resultou na nomeação e posse, em 2014, de 28 (vinte e oito) docentes do Magistério Superior, o que viabilizará o aperfeiçoamento da Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu, hoje existentes; a oferta do Curso de Pedagogia Bilíngue – Licenciatura semipresencial (em polos nas cinco regiões do Brasil, com 360 alunos surdos e ouvintes; *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite*, da Presidência da República, regido pelo Decreto nº 7.612/2011) e a construção de um Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu. Também foram nomeados Tradutores e Intérpretes de Libras, Técnicos Administrativos e Técnicos de TI, todos concursados. O Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue ofertou, para a turma 2013/14, 40 vagas, das quais 39 foram preenchidas, por surdos e ouvintes. Para a turma 2014/15, do referido Curso, foram preenchidas 38 das 40 vagas, também por surdos e ouvintes.

No campo da **Educação Básica: Colégio de Aplicação**, foi mantido o patamar esperado de matrículas no CAP-INES de cerca de 500 alunos, e já assegurada a atuação de Tradutores e Intérpretes de Libras concursados, bem como de Professores para o Ensino de Libras também concursados. Na Qualificação Profissional e Encaminhamento ao Trabalho, destacaram-se, novamente, as parcerias com

o Sistema S. Com o SENAI, no Programa *Jovem Aprendiz*, foram capacitados 21 Surdos (Assistente Administrativo) junto à Rede Globo e à Gerencial Brasil. Com o SENAC, em 2014, foram abertas 3 turmas em cursos de Informática Básica, com 43 Surdos inscritos. Além disso, dando continuidade a uma parceria firmada no âmbito do Governo Federal e superando dificuldades técnicas, foi possível efetivar a inscrição de 38 Surdos em cursos do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Houve também maior número de palestras de sensibilização sobre a pessoa surda, a pedido de empresas, e maior número de empresas ofertando vagas. Das 149 vagas disponibilizadas no ano, 138 foram preenchidas com pessoas surdas encaminhadas pelo INES.

No campo da **Saúde, Surdez e Educação**, foram realizados 9.047 procedimentos, em atendimento a 994 alunos do INES e 3.094 pessoas da comunidade. Houve 2.573 atendimentos a bebês e crianças (da comunidade e do INES, sendo 1.587 testes da orelhinha), relacionados direta ou indiretamente ao acesso e permanência na escola; 259 pessoas foram atendidas visando assegurar acesso ao transporte público gratuito; e 885 atendimentos visavam acesso e permanência de jovens e adultos surdos no trabalho. Foram encaminhados a instituições relacionadas à educação de surdos de todas as regiões do Brasil 29.000 itens de materiais produzidos pelo INES, abrangendo publicações, CDs e DVDs. O Instituto recebeu 690 pessoas em visitas técnicas, de 13 estados brasileiros e de 5 países da América, Europa e Ásia.

No campo da **Gestão do Conhecimento**, 5.466 profissionais ligados à educação de surdos de todo o Brasil foram capacitados por meio de ações do Instituto, incluindo 1 congresso internacional, 1 encontro de pais de surdos, 1 seminário no Nordeste, 4 fóruns no Rio de Janeiro, 6 assessorias técnicas e 9 palestras. Houve 35 pesquisas cadastradas em desenvolvimento, 4 internas e 31 externas. O Curso de Libras presencial, a partir de 2014 com professores surdos concursados, alcançou 1.298 participantes ao longo do ano, 40% deles da área da educação. Foram feitas duas importantes parcerias de capacitação de servidores externos em Língua de Sinais: com a Secretaria Estadual do Trabalho (atendentes do Sistema Nacional de Emprego – SINE), e com o Poder Judiciário e Ministério Público. Ambas visam ao atendimento e efetivação de direitos das pessoas surdas. A TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil, criada em 2013, ampliou seu alcance para smartphones, tablets e smartTVs, além da internet, e passou de 120 mil visualizações em 2013 para quase 350 mil em 2014, destacando-se o sucesso do Curso de Libras. A TV INES recebeu duas importantes premiações nacionais em 2014: o Troféu do Júri no *Prêmio Oi Tela Viva Móvel 2014*, na categoria Mídia, e o Prêmio *SET 2014*, na categoria Projeto de Mobilidade para Conteúdo Audiovisual.

Nos Macroprocessos de Apoio, que denominamos **Gestão Institucional**, em 2014, foram nomeados e empossados Professores do Ensino Superior e do Ensino Básico e Tecnológico, além de servidores do quadro Técnico-Administrativo em Educação, todos aprovados em Concurso Público lançado no final de 2013, o que praticamente resolveu pendências anteriores de terceirização relacionadas à área de TI – nível médio. Na área de TI, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e foi adquirida ferramenta de segurança tecnológica. Além disso, destaca-se ter sido feita instrução processual completa em quatro áreas: Plano Diretor de Obras; Fiscalização de Obras; Reforma Elétrica e Implantação de EAD. Para o apoio às atividades de ensino e pesquisa, foi concluída a reforma da Biblioteca INES e foram realizados pregões eletrônicos para aquisição de equipamentos e materiais para o Curso Semipresencial de Pedagogia Bilíngue (*Viver sem Limite*). Foi contratada solução de acessibilidade linguística, com aquisição de aparelhos de videoconferência e atuação de Tradutores e Intérpretes de Libras, e o Instituto aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável, de sustentabilidade ambiental. Por fim, no Programa de Apoio ao Plano Anual de Capacitação – PAC / INES, 40 capacitações de servidores do quadro do Instituto foram apoiadas em 2014.

Abaixo, discriminamos os itens da norma que **não se aplicam** à natureza da Unidade Jurisdicionada, com a correspondente justificativa:

## Quadro I – Itens da Norma que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada

Item da norma	Justificativa
Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013: Quadros A.1.1.2, A.1.1.3 e A.1.1.4	Nos termos do art. 5º da IN 63/2010, observadas as alterações fixadas pela IN TCU 72/2013, o Relatório do INES é Individual por envolver uma única Unidade Jurisdicionada.
Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013: Quadros A.2.5.2, A.2.5.3, A.2.5.4	Com base na Lei 6.404, de 1976, este item se refere a Sociedades por Ações (empresas estatais), o que não é o caso desta UJ.
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013: Quadro A.5.2.1.	Nos termos da Portaria 175, de 2013, “só devem preencher as informações referentes a programa temático as unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com <i>status</i> de ministério”, o que não é o caso desta UJ
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013: Quadro A.5.2.2.	Nos termos da Portaria nº 175, de 2013, “as informações referentes a objetivo devem ser consignadas no relatório de gestão pelas unidades jurisdicionadas a quem cumpra mais estratégica e diretamente o seu desenvolvimento”, o que não é o caso do INES.
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013: Quadro A.5.2.3.	O INES não é responsável integralmente por uma Ação, mas somente por Subtítulos de Ação.
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013: Quadro A.5.5	Esta UJ é uma instituição de ensino e centro de referência nacional, e pela diversidade de realizações (educação superior e básica; apoio à transição para o trabalho; atendimentos clínicos à comunidade; participação em formulação de políticas nacionais; cooperação técnica com sistemas de ensino; geração e difusão de conhecimento técnico e científico, etc.) e ainda pelo fato de que essas várias atividades não são compartimentadas em termos orçamentários, torna-se impraticável o cálculo.
Parte A, item 6.7, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013.	Esta Unidade Jurisdicionada não realiza gestão de renúncias tributárias.
Parte A, item 6.8, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013.	A abrangência desse item, nos termos da Lei, são as Unidades Jurisdicionadas do Poder Judiciário Federal responsáveis pela gestão e pagamento de precatórios.
Parte A, item 8.3, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013.	O INES não dispõe de bens imóveis de uso especial locados de terceiros.
Parte A, item 12.5, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013.	A abrangência desse item é de entidades cujos registros contábeis não são feitos no SIAFI
Parte A, item 12.6, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013.	Esse item abrange empresas estatais e sociedades de economia mista, o que não é o caso do INES.
Parte A, item 12.7, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013.	Esse item abrange empresas estatais, o que o INES não é.
Parte A, item 12.8, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013.	Autarquias e fundações, empresas estatais da Administração Pública Federal, fundos especiais e entidades que tenham firmado contrato de gestão.

Fonte: Gabinete da Direção Geral do INES.

Os itens da norma para os quais **não houve ocorrência** no exercício de 2014 foram:

- Ações não previstas na LOA – restos a pagar não processados OFSS;
- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos;
- Estagiários remunerados (houve apenas estágio curricular);
- Imóveis funcionais da União sob a responsabilidade do INES;
- Bens imóveis locados de terceiros sob a responsabilidade do INES.

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UJ

## 1.1 Relatório de Gestão Individual

### Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação	Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Nacional de Educação de Surdos		
Denominação Abreviada: INES		
Código SIORG: 252	Código LOA: 26104	Código SIAFI: 152005
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 00.394.445/0273-01	
Principal Atividade: Educação superior - graduação	Código CNAE: 8531-7/00	
Telefones/Fax de contato:	(21) 2285 5107	(21) 2285 7546 (21) 2285 7692
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:dirge@ines.gov.br">dirge@ines.gov.br</a>		
Página na Internet: <a href="http://www.ines.gov.br">http://www.ines.gov.br</a>		
Endereço Postal: Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22240-003		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criação: Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Denominação atual: Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957. Balizamento como Instituição Federal de Ensino: art. 206 da Constituição Federal e Lei 9.394, de 1996 (LDB). Balizamento como centro de referência nacional na área da surdez: Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 (D.O.U. de 26/8/2009).		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Como órgão específico singular da estrutura do MEC: Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012 (D.O.U. de 6 de março de 2012). Balizamento como instituição educacional bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa): Lei 10.436, de 2002 e seu Decreto de Regulamentação nº 5.626, de 2005. Credenciamento para ensino superior: Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005. Regimento Interno: Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
A instituição promoveu em regime participativo, ao longo do exercício de 2011, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico - PPP e de um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período de 2012 a 2016. Tais documentos de planejamento estratégico foram finalizados e divulgados à comunidade por meio da Intranet, bem como aprovados em reunião aberta do Conselho Diretor do INES e encaminhados ao Senhor Ministro de Estado da Educação.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
152005	Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
152005	00001

## 1.2 Finalidades e competências institucionais da unidade

O Instituto foi originalmente criado pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, e teve sua denominação atual dada pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.

Como Instituição Federal de Ensino habilitada à oferta de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) e Educação Superior (graduação e pós-graduação), a ação educativa do INES é balizada nos princípios firmados no art. 206 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394, de 1996. A Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005, credenciou a instituição para o ensino superior.

Como centro de referência nacional na área da surdez, sua atuação tem como base o Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nos termos do Art. 5º, § 3º da Constituição, texto desse dispositivo tem valor jurídico de Emenda Constitucional no Brasil e baliza várias ações do INES, conforme demonstrado a seguir.

Em seu Artigo 24, relativo à **Educação**, esse Decreto estabelece que os Estados-Partes promovam:

- Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e
- Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, ainda na área da **Educação**, o referido artigo desse Decreto também determina que os Estados-Partes:

- (...) tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.
- (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Com respeito ao **Encaminhamento Profissional**, determina-se:

- Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

O Decreto, em seu Capítulo 25, trata da **Saúde**, e define que os Estados-Partes:

- Oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;
- Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

Indicamos, a seguir, artigos da Convenção da ONU que norteiam a atuação do INES especificamente como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**:

- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;
- Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;
- Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.
- Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;
- Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.
- Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos;
- Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais;

- [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade;
- As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda;
- [Coletar] dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção.

As finalidades e competências do INES estão delineadas respectivamente em dois dispositivos. O primeiro deles é a Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, alterada pela Portaria 951, de 21 de julho de 2010, publicada no D.O.U. de 22 de julho de 2010, que aprovou o Regimento Interno do INES. Nesse documento legal define-se que o Instituto é dotado de autonomia limitada e subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação.

O segundo dispositivo a ser examinado é o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Educação. Nele, define-se que o Instituto é órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação.

Assim, nos termos do art. 1º, § 1º de seu Regimento Interno, são **finalidades do INES**:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e,
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Nos termos do art. 35 do Decreto 7.690/12, são **competências do INES**:

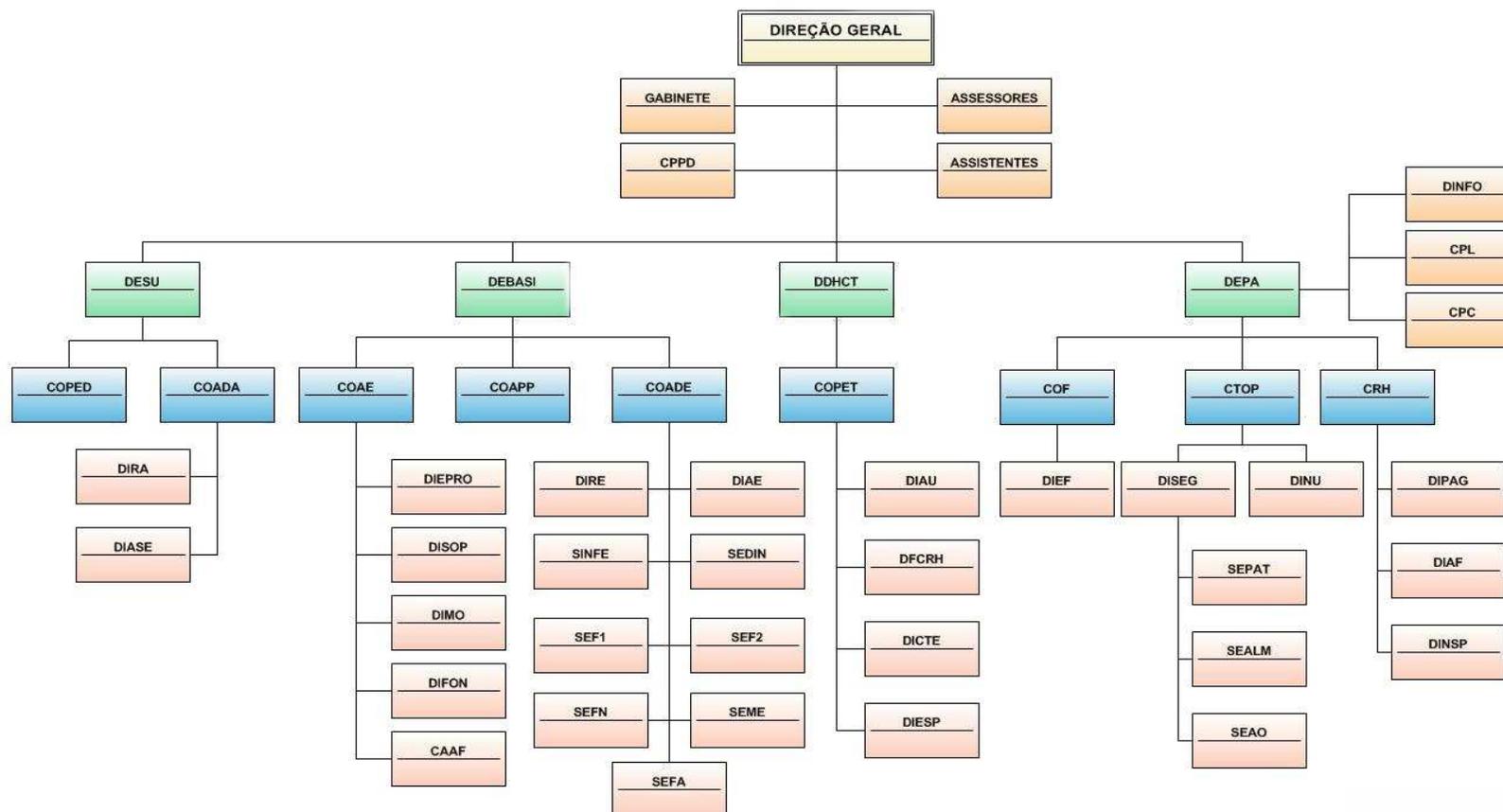
- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação na área de surdez;
- II - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área de surdez;

- III - assistir, tecnicamente, os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;
- IV - promover intercâmbio com as associações e organizações educacionais do País, visando a incentivar a integração das pessoas surdas;
- V - promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de educação básica, visando a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas;
- VI - efetivar os propósitos da educação inclusiva, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, com o objetivo de preparar profissionais bilíngues com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação;
- VII - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda;
- VIII - promover programas de intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;
- IX - elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos;
- X - atuar de forma permanente junto à sociedade, mediante os meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando ao resgate da imagem social das pessoas surdas; e
- XI - desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho e promoção de encaminhamento profissional, com a finalidade de possibilitar às pessoas surdas o pleno exercício da cidadania.

### 1.3 Organograma funcional

**Quadro II:** Organograma do INES nos termos do Regimento Interno vigente: Portaria MEC nº 323, de 08/4/ 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).

## ORGANOGRAMA



### Quadro A.1.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
<b>Direção-Geral</b>	Dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as ações do INES enquanto instituição federal de ensino superior e de educação básica e centro de referência nacional na área da surdez, incluindo planejamento estratégico, formulação de políticas, gestão, relações institucionais com o Estado e a Sociedade e com outras instituições do Brasil e do exterior, e comunicação social, sempre visando à cidadania e inclusão social e educacional da pessoa surda nas políticas públicas.	Solange Maria da Rocha	Diretora-Geral	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>Gabinete da Direção-Geral</b>	Assistir o Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa, supervisionar as atividades administrativas do seu Gabinete e coordenar a comunicação social do Instituto.	Ana Paula de Paiva Figueiredo	Chefe de Gabinete	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>Departamento de Ensino Superior - DESU</b>	Coordenar, supervisionar e orientar os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e semipresenciais ofertados, bem como as atividades docentes, impulsionando, além do ensino em perspectiva bilíngue (Libras e Português), a pesquisa e a extensão e também o engajamento de alunos em práticas de iniciação científica e monitoria e promovendo a gestão democrática nos termos da lei.	Wilma Favorito	Diretora	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>Departamento de Educação Básica - DEBASI</b>	Coordenar, supervisionar e orientar as atividades pedagógicas de educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - do Colégio de Aplicação do INES, impulsionando, além do ensino em perspectiva bilíngue (Libras e Português), a pesquisa e a extensão, assegurando também atendimentos na área de saúde ao aluno do CAP e oferta de cursos visando à qualificação profissional e à geração de renda para a pessoa surda, e promovendo a gestão democrática nos termos da lei.	Monique de Mattos Couto	Diretora	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>Departamento de Desenvolvimen to Humano, Científico e Tecnológico – DDHCT</b>	Planejar, propor, desenvolver e avaliar ações voltadas ao desenvolvimento e produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e pedagógicos; desenvolvimento de recursos humanos; articulação com instituições nacionais e estrangeiras, na área da surdez, para intercâmbio de experiências e informações; desenvolvimento na área de audiologia, principalmente diagnóstico; cooperação técnica visando impulsionar as políticas públicas para pessoas surdas; gestão da memória e do acervo histórico e bibliográfico do INES.	Maria Inês Batista Barbosa Ramos	Diretora	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>Departamento de Planejamento e Administração – DEPA</b>	Conduzir e desenvolver atividades relacionadas a: organização e modernização administrativa; planejamento e programação orçamentária e financeira; gestão de tecnologias da informação; gestão de pessoas e serviços gerais; gestão da sustentabilidade ambiental; bem como compra, contratação de serviços, alienação e locações de bens, suprimento de fundos, licitações, etc., no âmbito do Instituto, zelando pelo interesse público e pelo cumprimento das normas vigentes.	Alvanei dos Santos Viana	Diretor	01/01/2014 a 31/12/2014

## 1.4 Macroprocessos finalísticos e de apoio

Nos termos do documento PDI INES 2012-2016, os macroprocessos finalísticos do INES podem ser assim organizados:

Macroprocesso	Descrição (processos)	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
* Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional (finalístico)	* Formulação de Políticas Públicas; * Gestão do Desenvolvimento Institucional * Gestão das Relações Institucionais	* Políticas educacionais, linguísticas, de saúde auditiva, de acessibilidade, de promoção de direitos humanos, de assistência estudantil e de comunicação social, dentre outras; * Construção de planejamento estratégico, indicadores, avaliação e acompanhamento, relatórios, atendimento ao cidadão e à sociedade em geral, bem como ao servidor e aos usuários dos serviços do INES; * Interlocução e laços de cooperação com instituições e atores nacionais e internacionais.	* Alunos surdos do INES, seus familiares e cidadãos surdos brasileiros; * Demais instituições parceiras.	* Assessoria da Direção Geral, em articulação com unidades finalísticas de educação, saúde e desenvolvimento científico e tecnológico do Instituto.
* Educação Superior: Ensino, Pesquisa, Extensão (finalístico)	* Ensino de Graduação * Ensino de Pós-Graduação * Pesquisa * Extensão	* Curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura; * Curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue; * Manutenção de grupos de pesquisa; * Oferta de cursos livres à comunidade.	* Alunos surdos e ouvintes; * Pesquisadores internos e externos ao INES; * Comunidade.	* Departamento de Ensino Superior

* Educação Básica: Colégio de Aplicação (finalístico)	* Escolarização * Transição para o Trabalho	* Oferta de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) a alunos com surdez severa e profunda; * Cursos de preparação para o trabalho e de atividades para a geração de renda e ações de triagem e encaminhamento profissional de pessoas surdas, abertos à comunidade.	* Alunos surdos do INES; * Pessoas surdas jovens e adultas da comunidade; * Empresas.	* Departamento de Educação Básica
* Saúde, surdez e educação (finalístico)	* Atendimentos clínicos para público interno (alunos) e externo relacionados a prevenção, diagnóstico a indicações terapêuticas em saúde auditiva * Construção e difusão de conhecimento em Saúde Auditiva	* Testes de acuidade auditiva; * Atendimentos e orientações fonoaudiológicas; * Exames médicos relacionados à saúde auditiva; * Atendimentos a alunos por assistentes sociais e psicólogos; * Pesquisa e ensino relacionados à saúde auditiva e à relação saúde e educação.	* Alunos surdos do INES; * Bebês, crianças, jovens e adultos da comunidade, surdos ou não; * Comunidade acadêmica.	* Divisões de Audiologia, Fonoaudiologia, Médico-Odontológica e Sociopsicopedagógica.
* Gestão do Conhecimento (finalístico)	* Apoio à Educação de Surdos * Produção Editorial; * Cooperação Técnica * Difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras	* Concepção, desenvolvimento e distribuição de materiais de apoio à educação de surdos; * Produção editorial na área da surdez; * Cooperação com os sistemas de ensino para a na área da surdez; * Difusão da Língua Brasileira de Sinais por meio de cursos e da TV INES.	* Sistemas de ensino, suas instituições e alunos; * Comunidade surda do Brasil; * Comunidade acadêmica.	* Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.
* Gestão Institucional (de apoio)	* Programação e Execução Orçamentária e Financeira * Gestão de Pessoas * Gestão de Suporte Técnico e Operacional * Gestão de TI	* Gerenciamento de informações orçamentárias e financeiras via SIAFI; * Gerenciamento de informações sobre despesas de pessoal no SIAPE; * Gerenciamento das atividades-meio do INES; * Proposição e gestão da política de recursos humanos do INES; * Atualização e suporte técnico permanentes na área de TI, inclusive para trabalho em rede com outras instituições.	* A sociedade e os cidadãos surdos, por meio da boa administração dos recursos da instituição.	* Departamento de Planejamento e Administração

## 1.5 Principais parceiros

Os principais parceiros das ações realizadas pelo Instituto são:

- Presidência da República – Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Ministério da Educação – MEC
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- Ministério da Saúde – MS
- Instituto Benjamin Constant - IBC
- Unidades Regionais dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SENAI e SENAC
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- No Programa *Viver sem Limite* (Presidência da República / Ministério da Educação), para a realização do Curso de Pedagogia Bilíngue semipresencial: Universidade Federal do Amazonas; Universidade do Estado do Pará; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Grande Dourados; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, Roraima, Rondônia, Tocantins, Ceará, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba)
- Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro
- Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro) - INEPAC
- Secretaria Municipal de Educação de Niterói-RJ
- Departamento de Trânsito do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Rio de Janeiro – TRF1
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa – Rede COMEP;
- Universidades públicas e privadas que encaminham, ao Instituto, alunos em regime de estágio curricular obrigatório supervisionado.

## **II – DESENVOLVIMENTO**

### **1. Informações sobre a governança**

#### **2.1. Estrutura de governança**

Tomando por base a referência a conselho de administração, entendemos que o Conselho Diretor previsto no Regimento Interno da Instituição cumpre funções semelhantes, uma vez que, com ampla representatividade – direção, docentes, discentes, técnicos administrativos e pais de alunos – tem como competências: a proposição de diretrizes de funcionamento; o parecer sobre proposta orçamentária; a participação no planejamento estratégico e no acompanhamento de sua execução; o estabelecimento de critérios para a realização de concursos; a concepção de requisitos e normas de avaliação de desempenho, progressão, mudança de regime de trabalho de técnicos e docentes, etc. Suas regras são estabelecidas em regimento próprio.

Com respeito aos demais Comitês, temos a informar que:

- 1) o Instituto planeja constituir seu Comitê de Tecnologia da Informação em 2015, considerando que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) foi elaborado em 2014. Nessa área, o INES está promovendo a realização sistemática de concursos públicos para Analista e Técnico de TI, visando superar por completo as pendências com terceirizações nessa área considerada estratégica. Adicionalmente, cumpre informar que, nos termos das diretrizes de Política de Segurança em TI do PDTI / INES, o Instituto adquiriu, em 2014, ferramenta de segurança tecnológica (antivírus), com softwares licenciados por 36 meses;
- 2) em 2014, foi feita a instrução processual completa do Plano Diretor de Obras / INES, restando apenas, a fazer em 2015, licitação em processo, em atendimento a Termo de Conciliação INES – INEPAC, mediado pela Consultoria Jurídica da União no Rio de Janeiro. Estamos constituindo Comitê de Obras, uma vez que houve eleição em 2014 e o novo grupo gestor somente tomou posse em 2015;
- 3) no ano de 2014, foi apresentada ao Conselho Diretor proposta de constituição do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como mecanismo de gestão democrática, e iniciou-se a discussão sobre a constituição de um Comitê de Ética.

No tocante às ações de correição, os Processos Administrativos Disciplinares têm sido instaurados para apuração de ocorrências no âmbito da Unidade, e vem sendo utilizado regularmente o sistema CGUPAD.

Temos a informar, por fim, que em atendimento a diretrizes vigentes e a recomendações dos órgãos de controle, o INES adquiriu e instalou, no exercício de referência, um Sistema da Almoxarifado e Patrimônio. Em 2014, houve capacitações em Gerenciamento do Sistema (4 servidores do Serviço de Patrimônio - SEPAT e 5 servidores do Serviço de Almoxarifado - SEALM) e em Requisitores de Material de Consumo (30 pessoas, dos diferentes departamentos do Instituto).

## 2.2. Atuação da unidade de auditoria interna

O INES ainda não pôde implantar sua Unidade de Auditoria Interna em 2014, considerando ter enfrentado grave carência no quadro de pessoal, sanada, em parte, somente a partir do mês de outubro, quando ocorreu o provimento em caráter efetivo de candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital nº 29/2013 (DOU de 30/12/2013). Além disso, faz-se necessário retomar as discussões para atualização do Regimento Interno do INES, a fim de redimensionar suas ações e sua estrutura.

## 2.3. Sistema de correição

As atividades de correição no âmbito desta UJ acontecem regularmente, observados os normativos em vigor, inclusive no tocante à utilização do sistema CGUPAD.

## 2.4. Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
<b>Análise crítica e comentários relevantes:</b> Como se percebe, algumas barreiras ainda precisam ser ultrapassadas para o alcance da efetividade das ações de controle interno. O sucesso na implantação de planos que tendem a modificar rotinas e comportamentos depende, inquestionavelmente, de forma como são conduzidos. Assim, para que tenhamos um efetivo controle interno integrado na nossa Instituição, há que se tomar medidas corretivas ou complementares, a fim de adequar e integrar toda a estrutura administrativa ao sistema. Um importante passo neste sentido foi dado no exercício de 2012 e desdobrado em 2013: a realização de concurso público para 03 (três) vagas de Analista de Tecnologia da Informação. Em 2014, foram nomeados e empossados também Técnicos de TI. Também finalizamos o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, restando agora a instituição do Comitê de TI, para as deliberações necessárias. Deve-se destacar a grave carência no quadro de pessoal do INES ainda no ano de 2014,					

sanada, em parte, somente a partir do mês de outubro, quando ocorreu o provimento em caráter efetivo de candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital nº 29/2013 (DOU de 30/12/2013). Além disso, faz-se necessário retomar as discussões para atualização do Regimento Interno do INES, a fim de redimensionar sua estrutura, adequando-a a sua efetiva atuação. Destacamos ainda a necessidade de formalizar os procedimentos relativos aos controles internos. A título ilustrativo, destacamos que a jornalista concursada que passou a integrar o quadro de pessoal do INES já apontou e iniciou o atendimento de algumas demandas da Instituição no tocante ao aprimoramento da comunicação e ao tratamento das informações. Para tornar a informação tempestiva e acessível, considerando que temos um quadro de servidores e usuários composto de pessoas surdas e ouvintes, o INES contratou solução tecnológica para comunicação com surdos e pessoas com reduzida capacidade de audição, por meio de equipamentos de videoconferência e da atuação de Tradutores e Intérpretes da Libras (foram adquiridos 15 aparelhos, distribuídos estrategicamente em setores-chave do Instituto). Pretende-se que o código de ética seja elaborado a partir da discussão do novo Regimento Interno do INES e da constituição do respectivo comitê. Por fim, registramos que algumas iniciativas já definem claramente as responsabilidades delegadas aos respectivos agentes, como no caso dos fiscais dos contratos celebrados pela Unidade.

**Escala de valores da Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

### **3. Relacionamento com a sociedade**

#### **3.1 Canais de acesso do cidadão**

A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Em sintonia com esse dispositivo, o PDI INES 2012-2016 contempla, como um dos objetivos estratégicos da Instituição, “construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva (...) do bom atendimento ao cidadão; da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas”.

Em 2013, foram implantados a Ouvidoria Institucional e o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Em ambos os serviços, são asseguradas acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras), bem como infraestrutura e espaço físico adequados. Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes.

Por meio da Ouvidoria, o INES vem recebendo e respondendo consultas de alunos, professores, funcionários e público externo regularmente, na forma da Lei, de maneira presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. Igualmente, encontra-se em funcionamento a Ouvidoria do Servidor, que recebe e encaminha demandas de cidadãos servidores públicos. Em 2014, foram 12 atendimentos, a maior parte (7 atendimentos, ou 58%) relativa ao Colégio de Aplicação.

Em relação ao e-SIC, que visa facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas e também possibilitar o recebimento de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, houve 51 atendimentos em 2014, a maior parte (21 pedidos ou 41,18%) sobre Materiais do INES. Na sequência, empatados com 9 pedidos cada tema (17,65% cada), aparecem Informações Gerais sobre o INES e sobre Exame Nacional ProLibras; por fim, com 4 pedidos cada (7,84% cada um), aparecem Direito e Legislação, Pesquisas e Concurso Público.

A TV INES, lançada em abril de 2013, primeira Web TV bilíngue do Brasil – Libras e Língua Portuguesa – consolidou-se em 2014 com mais de 350 mil visualizações. Foram democratizados os mecanismos de acesso: internet, aplicativos para tablets, celulares e TV digital. E, também em 2014, foram inauguradas interfaces com as principais redes sociais (Facebook, Google Plus, Twitter, YouTube, Instagram) e foi possibilitado o recebimento de mensagens em Fale Conosco, o que contempla a avaliação da programação por parte dos cidadãos telespectadores, bem como o envio de colaborações, sob a forma de conteúdos em vídeo.

O sítio eletrônico do INES, acessível para pessoas surdas (vídeos em Libras) e para pessoas com deficiência visual (sintetizador de voz), disponibiliza, além das informações acerca do Instituto, seus serviços, produtos e eventos e modos de acessá-los, os telefones e e-mails de contato dos responsáveis de cada setor, bem como um mapa de localização do INES.

A imprensa em geral (TV, rádio e jornais) é atendida por jornalista concursada e nomeada no final de 2014, que já está fazendo curso de Libras e inicia colaboração no aperfeiçoamento do sítio eletrônico do INES para torná-lo mais eficaz e amigável no atendimento ao cidadão.

#### **3.2 Carta de serviços ao cidadão**

Embora o INES ainda não tenha formalizado a Carta de Serviços ao Cidadão – que será publicada em 2015 – em consonância com o disposto no artigo 4º do Decreto 6.932/2009, as

informações claras, precisas e acessíveis (textos em português, vídeos em Libras para alcançar o cidadão surdo usuário da língua de sinais, sintetizador de voz disponível para alcançar o cidadão com deficiência visual e indicação de telefones e e-mail de todos os setores e mapa de localização do INES) relativas aos seguintes serviços / produtos / eventos estão disponíveis em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores < [www.ines.gov.br](http://www.ines.gov.br) >:

- Atendimentos clínicos: avaliação audiológica de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, sempre gratuitos e abertos à comunidade, com indicação da sistemática e telefones para agendamento;
- Ensino público gratuito:
  - Educação Básica: no Colégio de Aplicação do INES (incluindo descrição das etapas ministradas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio –; dos atendimentos específicos a alunos surdos com múltiplas deficiências e demais serviços, como a qualificação para o trabalho e o encaminhamento ao emprego) – estão informados telefones, dias e horários de atendimento;
  - Educação Superior: curso de Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue. Estão disponíveis os editais de seleção (em português e em Libras), bem como informações relativas a: infraestrutura existente; recursos de acessibilidade e atendimento prioritário; mecanismos de participação da comunidade acadêmica (colegiado, centro acadêmico); laboratórios e biblioteca (incluindo catálogo online, mapa de localização e contatos telefônicos e via e-mail);
- Cooperação técnica com Estados e Municípios brasileiros: abrange seminários e assessorias técnicas: estão disponíveis as áreas de conhecimento atendidas, a duração de cada atividade, os requisitos materiais e tecnológicos, as normas, formulários, contatos, etc.
- Produtos: publicações impressas, CDs e DVDs produzidos pelo Instituto e encaminhados gratuitamente a instituições de ensino e pesquisa, bibliotecas, etc. Estão descritos: a forma de solicitação; a pessoa responsável; os telefones e o e-mail de contato;
- Eventos: seminários, congressos, fóruns, encontros realizados pelo INES, são sempre noticiados em português e em Libras;
- “Trabalhe conosco”: o cidadão interessado em trabalhar no INES encontrará sempre em formato acessível as informações relativas a concursos públicos, bem como as informações que lhe permitam conhecer o Instituto: história; estrutura e organograma; regimento interno; plano de desenvolvimento institucional; projeto político-pedagógico, etc..

### **3.3 Mecanismos para medir a satisfação de produtos e serviços**

Em 2015, o INES deverá formalizar instrumentos globais que lhe permitam avaliar sistematicamente a satisfação de usuários com seus produtos, serviços e eventos. Não obstante, o Instituto já adota mecanismos para medir a satisfação de cidadãos-usuários.

Temos os seguintes exemplos desses mecanismos:

- Formulários de avaliação por parte do participante são encartados no material fornecido em cada evento realizado pelo INES em todo o Brasil há pelo menos 10 anos: seminários, assessorias técnicas, fóruns, encontros de pais, congresso internacional, etc. Os resultados são tabulados e informados em relatórios setoriais, e tomados como subsídios para decisões futuras;
- A Comissão Própria de Avaliação – CPA – prevista na Lei 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – aplica regularmente, desde 2008, questionários de avaliação dos serviços educacionais ofertados pelo INES, respondidos por alunos surdos e ouvintes de graduação e pós-graduação, abrangendo qualidade das aulas,

relacionamento com professores e demais servidores, infraestrutura existente, etc. Os resultados desses questionários são tabulados e analisados, e compõem documento encaminhado ao MEC em processos de credenciamento, recredenciamento e reconhecimento de curso, nos termos da legislação vigente;

- Os Professores do Curso de Libras aberto à comunidade já coletam subsídios a suas atividades por meio de avaliações respondidas por seus alunos acerca de seu trabalho. A partir de 2015, o mesmo será feito também por docentes do Colégio de Aplicação do INES;
- A TV INES, web TV bilíngue – Libras e Português – mantida pelo Instituto, também fundamenta suas definições de programação a partir do nível de satisfação dos cidadãos-teleespectadores, de maneira direta (mensagem) ou indireta (contagem de visualizações, acessos, streaming, etc.).

### **3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada**

O INES disponibiliza, em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores < [www.ines.gov.br](http://www.ines.gov.br) > e de modo acessível para pessoas surdas, com deficiência auditiva e com deficiência visual, informações relativas a sua atuação consideradas relevantes e úteis ao cidadão que busca, com razão, uma gestão pública transparente. São elas:

- Regimento Interno;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016;
- Projeto do Curso de Graduação;
- Projeto Político-Pedagógico do Colégio de Aplicação;
- História do Instituto;
- Relatórios de Gestão;
- Link para o portal Transparência Pública, do Governo Federal, para informações acerca de licitações, despesas e convênios;
- Link para o Portal da Transparência, do Governo Federal, onde é possível acessar informações sobre servidores;
- Editais de concursos públicos em formato acessível;
- Legislação concernente aos direitos das pessoas surdas;
- Contato para imprensa, com jornalista concursada e credenciada;
- Contato para agendamento de visita técnica guiada ao Instituto;
- Legislação concernente ao direito de acesso à informação.

### **3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada**

O INES deverá lançar sua Carta de Serviços ao Cidadão em 2015, e nesse mesmo ano deverá elaborar e aplicar instrumentos que lhe permitam aferir a satisfação dos cidadãos-usuários com seus serviços, produtos e eventos, ampliando o escopo das avaliações de desempenho já indicadas no subitem 3.3, acima, e feitas regularmente pela Instituição.

### **3.6 Medidas relativas à acessibilidade**

Com respeito à acessibilidade por parte de cidadãos surdos ou com deficiência auditiva, nos termos da Lei 10.098, de 2000, do Decreto 5.296, de 2004 e normas ABNT, o INES dispõe de:

- servidores capacitados para realizar atendimento em português oral ou em língua de sinais à pessoa surda que integre a comunidade do INES (alunos, professores, técnicos-administrativos, pais) e à pessoa surda ou com deficiência auditiva que procure o Instituto;
- professores da Educação Básica e da Educação Superior concursados e conhecedores das particularidades linguísticas relacionadas à surdez e à deficiência auditiva, inclusive no tocante à avaliação de conhecimentos a partir da produção escrita do aluno surdo, e todos com curso de Libras concluído ou em andamento;
- garantia da atuação de qualificados e concursados Tradutores e Intérpretes de Libras em atividades pedagógicas – ensino, pesquisa e extensão – , administrativas, artístico-culturais e científicas no âmbito da Educação Básica, da Educação Superior e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, alguns deles habilitados a atuar também como guias-intérpretes para acessibilidade de pessoas surdocegas;
- garantia de registro em vídeo de avaliações e monografias apresentadas em Língua de Sinais, com apoio de Tradutores e Intérpretes de Libras;
- inserção da Libras como disciplina no Ensino Fundamental e também no curso de graduação em Pedagogia;
- adoção de práticas da Pedagogia Visual reivindicadas pelo movimento social surdo e por pesquisadores para promover a acessibilidade linguística do aluno surdo;
- contratação de solução tecnológica (central de intermediação) para tradução e interpretação em Libras por meio da atuação de profissionais e de equipamento de videoconferência, que substitui com vantagem o telefone adaptado;
- manutenção de um sítio eletrônico totalmente acessível para cidadãos surdos e com deficiência auditiva, em que os conteúdos relevantes a esses segmentos (apresentação do Instituto, História, Regimento Interno, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto político-Pedagógico, etc.) são apresentados em texto e em vídeo (Libras);
- disponibilização de dicionário virtual de Libras no sítio eletrônico do Instituto;
- produção e distribuição de materiais de apoio à educação de surdos, destinados a promover a acessibilidade a conteúdos pedagógicos e outros nas práticas pedagógicas do próprio Instituto e encaminhados gratuitamente aos sistemas de ensino de todo o Brasil;
- divulgação da produção científica recente em educação de surdos em evento internacional de periodicidade anual, em que é assegurada interpretação para a língua brasileira de sinais;
- concepção e desenvolvimento de uma web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – que estende seu alcance à rede mundial de computadores, a tablets, celulares, smartphones e TVs digitais e que é apresentada prioritariamente em Língua de Sinais (mas também com a sonorização cabível e legenda), levando informação, cultura e entretenimento ao cidadão surdo ou com deficiência auditiva;
- sinalização luminosa em elevador para indicação a essas pessoas;
- produção de conteúdos e mídias específicos em estúdio próprio (Laboratório de Novas Tecnologias) para viabilizar a acessibilidade linguística de alunos: resenhas, resumos, apresentações, palestras, etc., gravados em vídeo por pessoas surdas ou Tradutores e Intérpretes de Libras;
- construção, com base em estudos e pesquisas, de glossário de termos acadêmicos em núcleo de pesquisa com participação de profissionais surdos, Tradutores e Intérpretes de Libras, linguistas, professores do ensino superior e do CAP INES, etc. – projeto Manuário – Dicionário Acadêmico Bilíngue Libras/Português.

No tocante à acessibilidade por parte de cidadãos com deficiência visual ou com deficiência física e mobilidade reduzida, com base na aludida legislação, o INES contempla, para o período de vigência do PDI:

- assento de uso preferencial sinalizado nos auditórios do Instituto;
- elevador adaptado para acesso a palco, coxias e camarins no auditório do Instituto;
- pessoal capacitado para atender pessoas com deficiência visual;
- reserva de vagas sinalizadas no estacionamento da instituição, próximas ao prédio principal e ao prédio do Ensino Superior, para veículos que transportem pessoas com deficiência;
- disponibilização de área especial para embarque e desembarque dessas pessoas;
- atuação assegurada de Guia-Intérprete para pessoas surdocegas, uma vez que há Tradutores e Intérpretes de Libras concursados na Instituição que possuem qualificação para essa função;
- autorização para entrada de cão-guia para deficientes visuais;
- docentes que fizeram cursos nas áreas da deficiência visual e da surdocegueira, considerando que crianças surdocegas são atendidas no Instituto;
- existência de veículo leve movido a energia elétrica que serve para transporte na área do INES de pessoas com deficiência visual, física ou com mobilidade reduzida ou alunos surdos com múltiplas deficiências;
- participação de pessoas cegas e surdocegas em eventos do INES, sendo assegurada a atuação de guias-intérpretes quando demandado;
- garantia, para candidatos com deficiência visual, de prova ampliada e leitor no processo seletivo ao Curso Bilíngue de Pedagogia do INES;
- indicação sonora e em Braille dos andares no elevador do prédio da Educação Superior do INES.

#### **4 Ambiente de atuação**

##### **4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada**

O ambiente de atuação do INES é de dupla natureza: o Instituto é, ao mesmo tempo, participante de processos de formulação de políticas públicas educacionais em nível nacional e ofertante de serviços educacionais em nível local. Isso demanda dupla expertise: acerca dos marcos jurídicos, políticos, teóricos e metodológicos concernentes à educação de surdos no mundo e no Brasil, e acerca das melhores práticas pedagógicas relacionadas a esse alunado.

O cenário no qual se insere o Instituto é complexo. Com quase 160 anos de existência, o que começou como pequena escola no Império é hoje um centro de referência nacional que oferta educação desde a estimulação de bebês até a pós-graduação. Nesse cenário, sua atuação nem sempre é bem compreendida, dadas suas especificidades históricas.

O INES já foi uma instituição asilar e segregadora, mas nem sempre e não apenas isso – tanto que nas décadas de 50 e 60 do século passado qualificou professores de todo o Brasil para o atendimento escolar de alunos surdos. Mas desde meados da década de 90 do século XX, teve seu papel redefinido na perspectiva de colaborar com os sistemas de ensino na quebra de barreiras a esses alunos e de promover a autonomia e a emancipação dos surdos como cidadãos e, cada vez mais, como integrantes de uma comunidade linguística brasileira – notadamente a partir da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005, que reconheceram e dispuseram sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

As políticas educacionais vigentes definem como caminho prioritário a construção de escolas inclusivas, abertas e capacitadas ao atendimento da diversidade de seus alunos, incluindo aqueles com deficiência auditiva e com surdez.

E o ambiente de atuação do INES contempla o apoio à implantação dessas políticas, por meio:

- da formação e qualificação de docentes surdos e ouvintes (em nível de graduação e pós-graduação), no plano local (cursos presenciais) e nacional (curso a distância para polos de todo o País);
- da produção e socialização em nível local e nacional de conhecimento técnico e científico na área da surdez e da educação de surdos;
- da concepção, desenvolvimento e distribuição gratuita aos sistemas de ensino de materiais de apoio aos profissionais que atuam com alunos surdos ou com deficiência auditiva;
- da cooperação técnica com os sistemas de ensino na construção e implementação de suas políticas relacionadas a esse segmento da população;
- do apoio à consolidação e difusão da Língua Brasileira de Sinais, por exemplo, por meio da web TV bilíngue – Libras e Português – acessível de diferentes formas.

Ao mesmo tempo, deve-se realçar que o INES, como instituição de ensino, busca definir e aperfeiçoar sua identidade como referência em Pedagogia Bilíngue, sintonizada com as demandas de identidade linguística e cultural das comunidades surdas brasileiras, amparadas na legislação acima citada e, sobretudo, no Decreto 6.949, de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Com base no exposto, o cenário atual sinaliza que a missão do INES tem dois vetores:

- 1) apoiar os sistemas de ensino para que sejam construídas e consolidadas escolas públicas cada vez mais aptas a receber e atender com qualidade e acessibilidade o aluno surdo;
- 2) subsidiar a construção de uma política nacional de educação bilíngue – o que o Instituto vem fazendo, ao tomar parte em Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério da Educação para esse fim – que contemple escolas bilíngues pautadas nas reivindicações das comunidades surdas brasileiras, ao mesmo tempo tentando tornar-se uma escola bilíngue de referência.

## 5 Planejamento da unidade e resultados alcançados

### 5.1 Plano de Desenvolvimento Institucional

Ao longo de 2011, o INES construiu coletivamente um Plano de Desenvolvimento Institucional, que foi aprovado por unanimidade em Reunião Extraordinária aberta do 7º Conselho Diretor do Instituto, no dia 18 de novembro de 2011. Sua publicação deu-se na Portaria INES nº 306/2012, Boletim de Serviço 11/2012.

#### 5.1.1 Período de abrangência do PDI

O PDI INES abarca o período de 2012 a 2016.

#### 5.1.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais

No PDI INES 2012-2016, a missão do Instituto ficou assim definida:

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, órgão da administração direta, específico e singular da estrutura do Ministério da Educação, Centro de Referência Nacional na Área da Surdez – com a missão de promover a inclusão social e a cidadania das pessoas surdas nas políticas educacionais do Brasil em uma perspectiva bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa) e de colaborar para que tal propósito se efetive também nas políticas nacionais: de saúde; de trabalho e emprego; de assistência social; sociojurídicas; linguísticas; de cultura; de direitos humanos; de comunicação; de esporte e de ciência e tecnologia – é instituição federal de ensino habilitada à oferta de Educação Superior (ensino, pesquisa e extensão), e à oferta de Educação Básica, em suas diferentes etapas e modalidades.

Os 23 objetivos e 136 metas do PDI estão estreitamente vinculados às competências regimentais do Instituto, consubstanciadas nos campos finalísticos em que foram reunidos no Plano – Políticas Públicas e Relações Institucionais; Educação Básica; Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão do Conhecimento; Saúde, Surdez e Educação – somados ao campo da Gestão Institucional. São múltiplas as dimensões da atuação do INES como órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação:

- Como instituição de **Educação Básica**, que mantém um Colégio de Aplicação de orientação bilíngue (LIBRAS e Português), que oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional;
- Como instituição de **Ensino Superior** que realiza, em contexto bilíngue (LIBRAS e Português), a formação inicial (graduação) e continuada (pós-graduação Lato Sensu) de profissionais da educação, bem como a pesquisa e a extensão;
- Como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**, que atua:
  - No diagnóstico e atenção inicial em saúde auditiva, abertos à comunidade;

- Na produção editorial orientada para a difusão de informações e conhecimentos nessa área, por meio impresso, audiovisual e eletrônico;
- Na valorização das práticas culturais das comunidades surdas e no ensino da Língua Brasileira de Sinais aberto à comunidade;
- Na cooperação técnica com Estados e Municípios em relação à formulação e implementação de políticas públicas e à difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, na perspectiva da inclusão social e cidadania das pessoas surdas;
- Na promoção de eventos nacionais e internacionais que visam socializar os resultados de pesquisas na área da surdez.

### 5.1.3 Vinculação do PDI com o PPA

A Lei 11.593 de 2012, que institui o Plano Plurianual 2012-2015 - PPA, inclui entre as diretrizes desse documento que orienta as ações do Governo Federal no Brasil a “garantia dos direitos humanos” e a “valorização da diversidade cultural”.

O documento *Dimensão Tática: Programas Temáticos*<sup>1</sup>, relativo ao PPA 2012-2015, põe em relevo aspectos que dialogam com as vertentes da missão deste Instituto.

Em primeiro lugar, o texto diz que os objetivos da **Educação Básica** de formar “indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” e de “contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para a redução das desigualdades sociais existentes” não podem ser alcançados, sem que a educação seja norteadada pelos “princípios da **equidade**, da **valorização da diversidade**, dos **direitos humanos** (...) da garantia de padrão de qualidade, da **acessibilidade**, da **igualdade de condições** para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de cor/raça, etnia, sexo, local de domicílio ou condição de **pessoa com deficiência**”. [*grifo nosso*]

Em segundo lugar, o documento faz menção à **Educação Superior**. Realça que “um primeiro desafio que se coloca é a continuidade da expansão da oferta de vagas e matrículas na graduação”, mas lembra que “a expansão da oferta **em condições adequadas para o acesso de todos os segmentos** populacionais é um importante instrumento de inclusão social”. [*grifo nosso*]

E conclui que “outro desafio é a manutenção e ampliação das medidas que garantem **condições de acesso à educação superior para todos**, como a expansão e interiorização da rede pública federal gratuita, da concessão de bolsas de estudo e de financiamentos estudantis, além do apoio à permanência dos estudantes de baixa renda, de forma a reduzir a evasão”. [*grifo nosso*]

#### 5.1.3.1 Programas temáticos

As principais ações finalísticas do INES, no PPA 2012-2015, podem ser compreendidas no âmbito do Programa Temático 2030 – Educação Básica, no qual a ação que lhe cabe é a 2030.20RI.26104.0033 – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica.

Com base no Anexo I da Lei 11.593 de 2012, transcrevemos Objetivos, Metas e Iniciativas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira o INES participa de sua efetivação.

<sup>1</sup> Disponível em:

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp\\_004\\_dimensao\\_tatico\\_sociais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp_004_dimensao_tatico_sociais.pdf) Acesso em 06 dezembro 2012.

## Programa 2030 - Educação Básica:

“**OBJETIVO 0598** - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.”

*Comentário: Esse objetivo inclui tanto a **Iniciativa 02BY do PPA**, de “manutenção das instituições federais de educação básica” (como o INES, com seu Colégio de Aplicação) quanto a **Meta do PPA** de “elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência”, para a qual colabora a ação do INES de cooperação técnica com as redes regulares de ensino de Estados e Municípios, e também a produção e envio de materiais de orientação e apoio, bem como o apoio à **Iniciativa 02C1 do PPA**, relativa ao “acesso à rede mundial de computadores, a equipamentos e recursos tecnológicos digitais”, visando à “utilização pedagógica das tecnologias de informação e comunicação”, o que vem sendo feito desde 2012 com o projeto de acesso a tablets por parte do corpo docente e discente do Colégio de Aplicação do Instituto.*

Além disso, o INES também ajuda a efetivar outros Objetivos contemplados no Programa 2030:

“**OBJETIVO 0596** - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.”

“**OBJETIVO 0597** - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.”

*Comentário: Esses objetivos contemplam tanto a escolarização básica - ofertada no Colégio de Aplicação do INES – quanto a **Iniciativa 02BQ do PPA**, relativa à “formação inicial e continuada, presencial e a distância”, que inclui a “formação para docência intercultural” e para a “educação bilíngue”, algo que o Departamento de Ensino Superior do INES realiza com o curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura e com o curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue.*

A análise detalhada do PPA 2012-2015 indica que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **outros Programas Temáticos do PPA vinculados ao MEC**. Igualmente, para fins didáticos, transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas,

e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

### **Programa 2031 Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação):**

**“OBJETIVO 0582** - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.”

*Comentário: O INES tem realizado nos últimos anos parcerias com o Sistema S que têm viabilizado a participação de pessoas surdas em cursos certificados de Educação Profissional, e isso também efetiva meta do Plano Nacional de Educação.*

### **Programa 2032 – Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão:**

**“OBJETIVO 0841** - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.”

*Comentário: No PPA, para esse Objetivo, incluem-se as Metas de “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior” e de “ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020”, bem como as correspondentes **Iniciativas 03GA**, de promover acesso, permanência e sucesso na educação superior considerando “as especificidades das pessoas com deficiência”, e **03GD**, de promover “a pesquisa e a extensão” e garantir “condições de acessibilidade”. Todas essas metas e iniciativas são contempladas na Educação Superior do INES, e efetivam também metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.*

Por fim, cabe registrar que a análise do PPA mostra que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **Programas Temáticos do PPA vinculados a outros Ministérios**. Novamente transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

### **Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda (Ministério do Trabalho e Emprego):**

**“OBJETIVO: 0869** - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade,

aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.”

***Comentário:** O INES realiza ações em 5 (cinco) frentes que concorrem para a promoção do Trabalho Decente:*

- *Termo de Adesão entre INES e Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, em sua modalidade Bolsa-Formação, prevê participação prioritária de pessoas com deficiência;*
- *cursos de preparação para o trabalho e para a geração de renda;*
- *cadastramento e encaminhamento profissional de pessoas surdas;*
- *parcerias com instituições da rede regular de educação profissional, com vistas em acesso, permanência e formação profissional de pessoas surdas;*
- *diagnóstico clínico de surdez como um dos meios de viabilizar a participação de pessoas surdas em processos de habilitação e reabilitação profissional, bem como seu acesso ao mundo do trabalho via contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho.*

#### **Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) (Ministério da Saúde):**

**“OBJETIVO: 0713** - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.”

***Comentário:** O INES atua em consonância com a **Iniciativa 02PR do PPA** - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência, especificamente segundo a diretriz prevista para a “atenção básica” no Art. 3º da Portaria MS nº 2.073 de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva: ‘realizar ações de caráter individual ou coletivo, voltadas para a promoção da saúde auditiva, da prevenção e da identificação precoce dos problemas auditivos, bem como ações informativas, educativas e de orientação familiar.’ Todas essas atividades são realizadas pelas Divisões de Audiologia e de Fonoaudiologia do INES.*

#### **5.1.3.2 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado**

As ações do INES nessa esfera estão inseridas no Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e são as seguintes:

- 2109.2004.26104.0033 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- 2109.2010.26104.0033 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- 2109.2011.26104.0033 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;

- 2109.2012.26104.0033 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- 2109.20CW.26104.0033 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;
- 2109.4572.26104.0033 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

#### **5.1.4 Contexto de planejamento estratégico**

As ações do Instituto – dado ser ele órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação, nos termos do Decreto 7.690, de 2012 – estão compreendidas, conforme transcrito a seguir, no contexto de planejamento estratégico do referido Ministério, que se pautou nos termos do Projeto de Lei 8.035-B/2010 (Plano Nacional de Educação proposto pelo Executivo Federal) no período de sua tramitação no Congresso Nacional e que, a partir de 25 de junho de 2014, passou a se orientar pela Lei 13.005, da referida data, que “aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”:

##### **5.1.4.1 Contexto de planejamento estratégico até 24/6/2014 (PL 8.035-B/2010, texto proposto do Plano Nacional de Educação - PNE):**

“**META 4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### **ESTRATÉGIAS**

**4.5:** Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas escolas públicas para garantir o acesso e a permanência na escola dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva;

**4.6:** Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda Língua, aos(as) alunos(as) surdos e deficientes auditivos de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e dos arts. 24 e 30 da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema *Braille* de leitura para cegos e surdos-cegos;

**4.8:** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolares, dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas no estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

**4.9:** Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas na promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**4.10:** Estimular a continuidade da escolarização dos(as) alunos(as) com deficiência na educação de jovens e adultos, de forma a assegurar a educação ao longo da vida, observadas suas necessidades e especificidades;

**4.11:** Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores(as) de Libras, prioritariamente surdos e professores(as) bilíngues;

**4.12:** Definir, no 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento aos(às) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**META 11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

**ESTRATÉGIA 11.6:** ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

**META 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

**ESTRATÉGIA 12.5:** ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.”

#### **5.4.1.2 Contexto de planejamento estratégico a partir de 25/6/2014 e até 2024 (vigência do PNE, Lei 13.005/2014):**

**META 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

**ESTRATÉGIA 1.11:** priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

**META 4:** universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

## **ESTRATÉGIAS**

**4.2:** promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**4.3:** implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

**4.5:** estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**4.7:** garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

**4.8:** garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

**4.10:** fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**4.11:** promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

**4.13:** apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

**4.14:** definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**4.16:** incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**META 5:** alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

**ESTRATÉGIA 5.7:** apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**META 7:** fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

**ESTRATÉGIA 7.30:** universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

**META 9:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE,

erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

### **ESTRATÉGIAS:**

**9.1:** assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

**9.11:** implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

**META 10:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

### **ESTRATÉGIAS:**

**10.4:** ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

**10.9:** institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

**META 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

### **ESTRATÉGIAS:**

**12.1:** otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

**12.3:** elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

**12.4:** fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

**12.5:** ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

**12.8:** ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

**12.9:** ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

**12.10:** assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

**12.15:** institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

**META 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

### **ESTRATÉGIAS:**

**13.3:** induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

**13.4:** promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

**13.7:** fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

**13.8:** elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

**META 15:** garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**ESTRATÉGIAS 15.5:** implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

**META 16:** formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

**16.3:** expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

**16.4:** ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

### **5.1.5 Objetivos estratégicos do PDI e Plano de Ação para 2014**

Com base no PDI INES 2012-2016, no texto proposto do PNE e no texto da Lei que aprovou o PNE, conforme mencionado anteriormente, os Objetivos Estratégicos e o correspondente Plano de Ação do INES seguem delineados por área de abrangência.

#### **Políticas Públicas e Relações Institucionais**

<b>Objetivo Estratégico (PDI)</b>	<b>Plano de Ação</b>
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de	* Avançar na estruturação do curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue

educação, em uma perspectiva bilíngue (LIBRAS e Português).	(LIBRAS e Português) com outras instituições de ensino superior;
III – Subsidiar a formulação das políticas nacionais de saúde, de trabalho e emprego, de assistência social, sociojurídicas, de cultura, de direitos humanos, de comunicação, de esporte e de ciência e tecnologia, no âmbito de sua competência na área da surdez.	* Estabelecer interlocuções com diferentes órgãos de políticas para contemplar as questões dos direitos linguísticos e sociais dos surdos.
IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - como patrimônio imaterial do País em todo território nacional, e favoreçam a sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.	* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES;  * Manter espaço de Estudos da LIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes e/ou pesquisadores da LIBRAS e com participação aberta a linguistas e outros dedicados ao tema;  * Promover o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais por meio da TV INES.
VI – Fortalecer e legitimar a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez.	* Redefinir a Política de Pesquisa do Instituto, em consonância com as demandas da área da Surdez e com os novos marcos organizacionais, abrangendo mecanismos de apoio da instituição à participação em estudos pós-graduados e à apresentação de trabalhos;

### Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

<b>Objetivo Estratégico (PDI)</b>	<b>Plano de Ação</b>
VIII- Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.	* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia;  * Promover a realização de concurso público de provas e títulos para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Magistério Superior, para o curso Bilíngue de Pedagogia, com atuação em regime de dedicação exclusiva, em jornada de 40 horas semanais;  * Promover a realização de concurso público para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Intérprete de LIBRAS – Português para atuação em situações de aula e avaliação no Curso Bilíngue de Pedagogia, bem como em atividades de pesquisa e extensão;  * Institucionalizar o ensino de pós-graduação, mantendo-se a oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construindo, em 2014, um curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado);  * Construir uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior;  * Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica, com palestras e mesas-redondas;  * Promover – com recursos do Programa <i>Viver sem Limite</i> , da Presidência da República – e coordenar pedagógica e administrativamente a realização de um

	Curso de Pedagogia Bilíngue, na modalidade semipresencial, com 360 vagas ofertadas, sendo 60 para o INES e 300 para polos nas cinco regiões do Brasil – 30 vagas por polo – sendo 50 % do total de vagas reservadas para candidatos surdos.
IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.	* Manter Grupos e Núcleos de Pesquisa de que participem docentes da Educação Básica e da Educação Superior, alunos de pós-graduação, bem como servidores em geral, em temáticas relacionadas à área da surdez, à educação de surdos e à LIBRAS.

## Educação Básica: Colégio de Aplicação

<b>Objetivo Estratégico (PDI)</b>	<b>Plano de Ação</b>
XI - Promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de Educação Básica, visando garantir a escolarização – educação infantil, fundamental, média e de jovens e adultos – a educação profissional e a transição para o trabalho de pessoas surdas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Fazer com que todo o corpo docente da Educação Básica tenha o curso completo de LIBRAS e a utilize, efetivamente, como primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem;</li> <li>* Qualificar novos professores para as atividades de ensino da LIBRAS e de assistência educacional em LIBRAS;</li> <li>* Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda a partir de 2012, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);</li> <li>* Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil, conduzidas por professor de LIBRAS;</li> <li>* Ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES, preferencialmente no horário em que seus filhos estão na escola.</li> <li>* Ampliar o quadro de profissionais concursados nos cargos de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS e de Professor da carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;</li> <li>* Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos na Educação Básica;</li> <li>* Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica a partir de 2013, em consonância com o Pronatec;</li> <li>* Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;</li> <li>* Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).</li> </ul>

## Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico relacionado à saúde auditiva;</li> <li>* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados às causas da surdez e às possibilidades de prevenção;</li> <li>* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem o Curso completo de LIBRAS ofertado pelo Instituto ou equivalente até 2015;</li> <li>* Institucionalizar, até 2013, o atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde;</li> <li>* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiologia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento;</li> <li>* Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez, na perspectiva de viabilizar e agilizar o atendimento;</li> <li>* Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social.</li> <li>* Disseminar o conhecimento produzido sobre a prática fonoaudiológica com alunos surdos, com ênfase na interface entre comunicação e aprendizagem, diretamente para os pais ou responsáveis (abrangendo linguagem, motricidade oral, audição, voz e uso de próteses auditivas) e para a sociedade em geral por meio de assessorias técnicas, participação em eventos, publicação de artigos, produção de materiais (folhetos, vídeos) e campanhas de esclarecimento;</li> <li>* Realizar articulação interinstitucional com vistas ao estabelecimento de convênios para obtenção e adaptação de aparelho auditivo e para avaliação e procedimento de implante coclear;</li> <li>* Contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto.</li> </ul>

## Gestão do Conhecimento

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Construir um documento de Política Editorial que consiga:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- abarcar a pluralidade das linhas de ação do Instituto orientadas para os direitos</li> </ul> </li> </ul>

<p>pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez.</p>	<p>sociais e de cidadania das pessoas surdas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- orientar a implantação de um sistema de intercâmbio;</li> <li>- qualificar, nos sistemas de avaliação (<i>Qualis</i> CNPq, por exemplo), os diferentes itens de nossa linha editorial;</li> <li>- ampliar e diversificar essa linha editorial, inclusive por meio de periódicos eletrônicos e da edição de publicações em LIBRAS eventualmente em novos suportes, como os <i>e-books</i>;</li> </ul> <p>* Elaborar e distribuir a partir de 2013 materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas (os dois segmentos do ensino fundamental e ensino médio), por meio de um Grupo de Trabalho (composto por professores da Educação Básica e da Educação Superior, técnicos, intérpretes), bem como materiais e publicações técnico-científicos;</p> <p>* Elaborar, a partir de 2013, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Pronatec, inclusive por meio de parcerias;</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>
<p>XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos.</p>	<p>* Realizar, a cada 2 (dois) anos, um Congresso Internacional Pluridisciplinar;</p> <p>* Efetivar, a partir de 2013, um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;</p> <p>* Realizar, anualmente, eventos como Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, Seminários (incluindo Grêmio Estudantil do INES), Encontros de Pais, etc.</p>
<p>XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos.</p>	<p>* Elaborar, negociar e implantar, em 2013, um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares;</p> <p>* Criar, até 2014, um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais;</p> <p>* Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas;</p> <p>* Estimular, nos encontros com órgãos públicos de Estados e Municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.</p>
<p>XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural.</p>	<p>* Construir e publicar um documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>, gerenciado por Bibliotecário(a) efetivo(a), incluindo nesse documento diretrizes de relacionamento com Centros similares e com Bases de Dados Nacionais e Internacionais e inserindo o referido Centro no novo Regimento Interno do</p>

	<p>INES;</p> <p>* Elaborar um Termo de Referência e licitar um projeto de adequação da estrutura física, mobiliário e equipamentos do edifício atualmente utilizado pela Biblioteca do INES, respeitadas normas de acessibilidade.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais dedicados ao futuro Centro por meio de lotação de mais Bibliotecários, além de Técnicos Administrativos de Nível Médio; Museólogo; Arquivista e Historiador;</p>
XVIII - Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania.	* Consolidar, em 2014, a Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Instituto, a TV INES.
XIX – Ampliar as ações de difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, por meio da Educação a Distância.	<p>* Estruturar a área de educação a distância no INES;</p> <p>* Promover a utilização do Estúdio do INES nos processos de educação a distância;</p>

## Gestão Institucional

<b>Objetivos Estratégicos (PDI)</b>	<b>Plano de Ação</b>
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	* Consolidar o desenvolvimento do Programa de Apoio ao Plano Anual de Capacitação do INES – PAC INES, visando à constante melhoria da eficiência e eficácia dos processos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo;
XXI – Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	<p>* Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis;</p> <p>* Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;</p>
XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	<p>* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover o mapeamento da Gestão da Tecnologia da Informação no INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;</p> <p>* Realizar um mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional;</p> <p>* Construir um documento de diretrizes da Gestão da Tecnologia da Informação no INES;</p>

<p>XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.</p>	<p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- do bom atendimento ao cidadão;</li> <li>- da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor;</li> <li>- da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores;</li> <li>- da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.</li> </ul>
---	---

### 5.1.6 Estratégias de atuação

Os Objetivos Estratégicos traçados – bem como o correspondente Plano de Ação – foram fruto de um processo de discussão e construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.

A divulgação deu-se por meio de: apresentações abertas no auditório do INES; envio das versões do texto à representação dos diferentes segmentos que compõem o Conselho Diretor do Instituto para compartilhamento com os pares e defesa do texto final em reunião aberta do Conselho Diretor. Após sua aprovação naquela Instância, por unanimidade, o documento foi divulgado via Intranet.

No início de cada ano letivo, os Departamentos finalísticos e não-finalísticos do INES, bem como a Assessoria da Direção Geral, apresentam a toda a comunidade INES, em auditório, relatos acerca dos Objetivos traçados para o ano anterior, do Plano de Ação adotado e dos correspondentes Resultados alcançados. Nesse momento, são explicitados alguns riscos ou obstáculos para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, e também listadas algumas linhas de ação para o exercício seguinte.

As principais estratégias adotadas em 2014, no âmbito do Instituto, foram:

- a) análise e formulação em políticas públicas e gestão;
- b) realização de concursos públicos;
- c) estabelecimento de parcerias com outros entes do Poder Público e com a iniciativa privada;
- d) realização de eventos;
- e) realização de cursos regulares e cursos livres;
- f) produção de materiais de apoio na área da surdez e educação de surdos;
- g) cooperação técnica com entes federados;
- h) participação de servidores em eventos de capacitação;
- i) criação de comissões *ad hoc*;
- j) criação de condições estruturais para a oferta de educação a distância;
- k) consolidação e ampliação do alcance de um veículo de comunicação (web TV) bilíngue acessível a pessoas surdas, pessoas com deficiência auditiva e pessoas ouvintes (TV INES).

A seguir, descrevemos os principais riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos, bem como as correspondentes ações adotadas para enfrentá-los:

<b>Riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos</b>	<b>Ações implementadas para mitigar os riscos ou obstáculos identificados</b>
a) O debate sobre o Plano Nacional de Educação ensejava um risco para o Instituto, no sentido de que na redação original a atuação educativa de instituições especializadas não contemplava a ação do INES, deixando-o fora do contexto de planejamento estratégico do Ministério onde se insere.	O Instituto articulou-se com o movimento social dos surdos e teve participação bem sucedida na Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014, alcançando a aprovação de propostas relacionadas à educação bilíngue para surdos. Em sintonia com tal articulação, encaminhou ao Senado propostas para o Plano Nacional de Educação que, em linhas gerais, foram contempladas no texto final, aprovado na Lei 13.005, de 2014.
b) Havia significativo déficit, na força de trabalho, em diversas áreas fundamentais para os Objetivos Estratégicos, como Professor do Magistério Superior e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Na Educação Superior, o risco relaciona-se ao reduzido número de professores efetivos no quadro e ao compromisso do INES de conduzir um curso de Pedagogia na modalidade a distância para todo o Brasil; na Educação Básica, o risco relaciona-se ao grande número de docentes em vias de se aposentar.	Com a distribuição dos cargos criados pela Lei 12.677, de 2012, e após negociações em Brasília, o INES obteve a autorização para provimento de vagas. Foram publicados dois editais de concursos públicos: nº 09/2012 e nº 29/2013. Pelo primeiro, foram aprovados e nomeados 22 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Pelo segundo Edital, foram nomeados e empossados 28 professores do quadro de Magistério Superior e 41 professores para o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
c) Incapacidade da atual instalação elétrica do Instituto de atender com eficácia e segurança às necessidades de todos os setores, com risco de mau funcionamento ou desligamento de equipamentos.	Em 2014, foi instalada uma nova subestação de energia elétrica para atender às necessidades de todo o Instituto e, além disso, foi realizada instrução processual completa para conclusão dos trabalhos inerentes à reforma elétrica de alta e baixa tensão do Instituto, iniciada em 2012.
d) A falta de Tradutores e Intérpretes Libras / Língua Portuguesa efetivos para a Educação Básica e a Educação Superior levava ao risco de interrupção das atividades letivas, uma vez que a instituição estava (e está) submetida ao imperativo de substituir integralmente os terceirizados.	Nos termos do Edital nº 9/2012, foram providas por meio de concurso público 28 vagas de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, e nos termos do Edital nº 29/2013, foram nomeados e empossados, em 2014, 26 candidatos aprovados e classificados para esse cargo.
e) As condições estruturais do edifício e mobiliário que abrigavam a Biblioteca do Instituto colocavam em risco o valioso acervo, considerado de referência na área da surdez.	Em 2014, concluiu-se a reforma e restauro do edifício da Biblioteca INES, com o cumprimento de todas as exigências da Prefeitura do Rio de Janeiro.
f) A mudança do perfil e a ampliação da oferta de atendimento da Divisão de Audiologia, bem como mudanças no política de prevenção à surdez suscitaram risco de descontinuidade do elevado número de atendimentos que o INES oferta gratuitamente, no campo do diagnóstico e da prevenção da surdez, à comunidade e a seus alunos.	Nos termos do Edital nº 29/2013, foi nomeado e empossado um candidato aprovado e classificado para o cargo de médico com especialidade em otorrinolaringologia (esse profissional subscreve os laudos dos atendimentos ofertados à comunidade e aos alunos).
g) Havia sério risco à segurança da informação e ao próprio desenvolvimento das atividades do Instituto por	Em 2014, o INES concluiu a elaboração de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e, em atendimento às suas diretrizes de Política de Segurança em

conta de desatualização de ferramentas de proteção.	TI, foi adquirida ferramenta de segurança tecnológica (antivírus), com softwares licenciados por 36 meses.
---	--

### 5.1.7 Execução do Plano de Ação

Os resultados de execução das ações empreendidas para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no PDI INES 2012-2016 seguem delineados por área de abrangência

#### Políticas Públicas e Relações Institucionais

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Avançar na estruturação do Curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue e estabelecer interlocuções relativas aos direitos dos surdos.	<p>* Em 2014, foram feitos termos de referência e licitações necessários à estruturação do Curso no INES e nos polos, uma vez que já foi redefinido o currículo e foram designados os coordenadores de polo do Curso Semipresencial de Graduação em Pedagogia Bilíngue.</p> <p>* O INES prosseguiu sua participação em Grupo de Trabalho designado pelo MEC para a formulação da Política Nacional de Educação Bilíngue – LIBRAS e Português, e estabeleceu interlocuções também com a ANCINE e a TV Brasil (políticas de acessibilidade) e Justiça Federal (apoio a penas alternativas).</p>	-x-	* O INES consolidou seu papel político no cenário da educação nacional, em sintonia com os anseios das comunidades surdas brasileiras.
* Apoiar pesquisas.	<p>* Foram mantidos 3 grupos de pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino Superior, com participação de alunos de Iniciação Científica;</p> <p>* Foi apoiado o desenvolvimento de 35 pesquisas (4 internas e 31 externas) cadastradas na Divisão de Estudos e Pesquisas do INES;</p> <p>* Prosseguiu a implantação do Plano Anual de Capacitação e de seu Programa de Apoio, que abarcam o apoio institucional a ações de capacitação de longo prazo;</p> <p>* Encontra-se em discussão, no âmbito do Conselho Diretor do INES, minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto.</p> <p>* Em 2014, o Instituto ampliou seus laços de cooperação internacional ao</p>	-x-	O prosseguimento da oferta de pós-graduação Lato Sensu e a realização das pesquisas impulsionam a construção, a partir de 2014, de uma proposta de programa de estudos pós-graduados em nível de Mestrado.

	<p>convidar representantes de instituições de diferentes países (Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, Japão, França) para participação em seu Congresso Internacional. Entendimentos com o Reitor da Universidade Gallaudet, dos Estados Unidos, sinalizam o estabelecimento de parceria para intercâmbios, acolhimento de estudantes de graduação e pós-graduação e pesquisas no campo dos Estudos Surdos.</p>		
<p>* Subsidiar formulação de políticas públicas.</p>	<p>* Realizado Seminário Educação e Surdez, do INES, em parceria com o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS do Maranhão, do qual participaram 500 pessoas em três dias de evento. Esse evento possibilita mapear demandas de apoio, identificar ações que poderão ser realizadas em parceria e acompanhar a concepção e o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à surdez.</p> <p>* Prosseguiu a participação do INES em Grupo de Trabalho formado pelo MEC para a formulação de uma política nacional de educação bilíngue – LIBRAS e Português.</p>	<p>-x-</p>	<p>* O INES consolidou-se em seu papel de referência em políticas linguísticas e educacionais relacionadas às comunidades surdas.</p>
<p>* Matricular anualmente 600 pessoas com curso de LIBRAS, criar Núcleo de Estudos de LIBRAS e realizar Exame de Certificação Pró-LIBRAS.</p>	<p>* O INES alcançou a matrícula de quase 1.300 pessoas em cursos presenciais de LIBRAS ao longo de 2014.</p> <p>* Em 2014, prosseguiu o funcionamento de um Núcleo dedicado a Estudos e Pesquisas sobre a LIBRAS, formado por profissionais surdos, intérpretes, professores e pesquisadores, que está construindo um glossário de termos acadêmicos na área de Pedagogia (Manuário – Glossário Acadêmico Bilíngue Libras / Português). Ele ganhou destaque na imprensa (jornal O Globo) e passou a ser um programa veiculado regularmente na TV INES.</p> <p>* Em 2014, realizamos licitação para contratação de empresa para realização do Prolibras, nos termos de Parecer CJU-RJ/AGU. O contrato</p>		<p>* O INES consolidou-se em seu papel de referência na valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais e das produções culturais das comunidades surdas.</p>

	com a única empresa regularmente habilitada no processo licitatório foi rescindido unilateralmente pelo INES por inexecução contratual. Em seguida, foram adotadas medidas reestruturantes visando à realização do Exame Nacional Prolibras.		
* Redefinir Política de Pesquisa e definir mecanismos de apoio a estudos pós-graduados.	* Uma minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto em análise por parte da Direção Geral e do Conselho Diretor do INES.  * Em 2014, prosseguiu a implantação de seu Plano Anual de Capacitação de Servidores – PAC INES e Programa de Apoio, que contemplam também o apoio a estudos pós-graduados.	-x-	* Prevê-se para 2015 a aprovação da Política Editorial e de Acervo do Instituto, bem como a designação do Comitê de Ética em Pesquisa.

### Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Matricular 60 novos alunos no curso de graduação em Pedagogia;</p> <p>* Aperfeiçoar modelo de Edital de concurso, valorizando a Libras e a experiência em educação de surdos;</p> <p>* Manter a oferta de pós-graduação Lato Sensu;</p> <p>* Promover a Semana Pedagógica.</p> <p>* Viabilizar a realização de um</p>	<p>* O INES alcançou a meta de matrículas no curso de graduação, e o curso teve a maior demanda desde sua criação.</p> <p>* Em 2014, no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, que valoriza o conhecimento de Libras e a experiência em educação de surdos, foram nomeados e empossados 28 professores para o Magistério Superior.</p> <p>* Manteve-se a oferta de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue, com 35 concluintes da segunda turma, em 2014, e 38 aprovados para a terceira turma do curso, que se inicia em 2015.</p> <p>* Em 2014, não foi possível a realização da tradicional Semana Pedagógica do INES;</p> <p>* Em 2014, o INES adotou medidas estruturantes para a viabilização do</p>	<p>* Ainda falta material acadêmico em LIBRAS, de grande importância para o desenvolvimento do aluno surdo. Têm sido produzidos filmes com material didático em LIBRAS, com supervisão linguística pela Diretora do Departamento de Ensino Superior, atuação de intérpretes de Libras / Português e consultoria de professor surdo.</p> <p>* A intensa dedicação do quadro docente à</p>	<p>O sucesso na implementação da graduação a da pós-graduação Lato Sensu – mesmo consideradas as grandes dificuldades enfrentadas pela escassez de Docentes efetivos, de Intérpretes e de Técnicos Administrativos, bem como de suporte em TI para gestão acadêmica – credenciou o INES a ser indicado pelo MEC para, dentro do Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República, conduzir um novo curso de graduação em Pedagogia bilíngue na modalidade semipresencial, para polos nas cinco regiões brasileiras, alcançando 360 alunos, surdos e não-surdos. Ao mesmo tempo, o Instituto, ao acumular experiência bem sucedida na oferta de pós-graduação Lato Sensu, credencia-se para, a partir de 2014, conforme Objetivo Estratégico do PDI, construir programa de pós-graduação Stricto Sensu. Adicionalmente, o lançamento da primeira obra acadêmica em Libras por um</p>

<p>Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue semipresencial e a distância para todo o Brasil.</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>	<p>referido Curso, incluindo a nomeação de docentes e tradutores e intérpretes concursados.</p> <p>* Em 2014, o INES levou ao grande público, via TV INES, diversos programas de interesse cultural e informativo das comunidades surdas.</p>	<p>estruturação do Curso Semipresencial de Graduação em Pedagogia Bilíngue comprometeu a realização da Semana Pedagógica, que deverá ser retomada em 2015.</p>	<p>centro de referência representa tecnologia social colocada à disposição da comunidade e do Poder Público na perspectiva de que novas iniciativas promovam a acessibilidade do aluno surdo aos conteúdos do Ensino Superior.</p>
<p>* Construir documentos com diretrizes para pesquisa e constituir grupos de pesquisa.</p>	<p>* O DESU já possui documento de política e normas para as atividades de pesquisa (política e normas), mas no momento encontra-se em discussão, no âmbito do Conselho Diretor do INES, a elaboração de um documento unificado de Pesquisa, que contemple também as atividades realizadas pelo Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDHCT.</p> <p>* Em 2014, funcionaram três grupos de pesquisa, em atividade, com docentes da Educação Superior e da Educação Básica e alunos de Iniciação Científica, dedicados a temas relacionadas à educação de surdos e à LIBRAS.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Espera-se que os resultados das ações credenciem o INES a propor a criação de um programa de pós-graduação Stricto-Sensu a partir de 2015, que também constitui Objetivo Estratégico institucional.</p>
<p>* Definir uma política de extensão.</p>	<p>* Desde a publicação da Portaria nº 154/2012, que instituiu normas para as atividades de extensão, foram ofertadas 7 atividades, entre cursos e oficinas, à comunidade. No entanto, em 2014, não foram ofertados novos cursos.</p>	<p>* A ampliação da oferta de cursos demanda planejamento, bem como ampliação do quadro de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais e também de Docentes efetivos. Em 2013, tomaram posse os primeiros Intérpretes efetivos do INES, e somente em outubro de 2014 ingressaram novos docentes efetivos (os primeiros haviam ingressado em concurso de 2006).</p>	<p>* Em 2015, haverá esforço de retomar a oferta, inclusive a partir da constituição de uma estrutura para ações em EAD.</p>

## Educação Básica: Colégio de Aplicação

<b>Síntese do Plano de Ação</b>	<b>Resultados das ações planejadas</b>	<b>Justificativas para não realização de ações</b>	<b>Impactos dos resultados em face dos objetivos</b>
<p>* Matricular 500 alunos no CAP INES.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais por meio de concurso, incluindo Intérpretes e Professores de LIBRAS.</p> <p>* Viabilizar acesso à educação profissional.</p> <p>* Realizar projetos de inclusão digital com os alunos.</p> <p>* Estimular a produção artística dos alunos.</p>	<p>* Alcançada a meta de matrícula no Colégio de Aplicação do INES.</p> <p>* Os Concursos Públicos (Edital nº 09/2012 e Edital nº 29/2013) ampliaram significativamente o quadro docente do Ensino Básico e superaram definitivamente pendência de Tradutores e Intérpretes de Libras terceirizados.</p> <p>* Em 2014, a DIEPROINES conseguiu inscrever 38 surdos no Pronatec / Viver sem Limite, ao qual o INES aderiu em 2013, com base em negociações com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Isso deverá viabilizar a inserção de alunos surdos em instituições de educação profissional.</p> <p>* Em 2014, foram novamente disponibilizados tablets aos alunos do Colégio de Aplicação, o que tem dinamizado os processos de ensino e aprendizagem.</p> <p>* Em 2014, realizou-se exibição de trabalhos artísticos feitos por alunos surdos.</p>	<p>* As ações vêm sendo implementadas, mas se faz necessário superar o déficit do quadro docente da Educação Básica, principalmente em face do número de professores próximos da aposentadoria. O concurso público aberto pelo Edital nº 29/2013 proveu 41 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.</p>	<p>* Faz-se necessária melhoria na gestão da informação relativa ao aluno. Trabalha-se na perspectiva de um cadastro único. Espera-se também uma melhor organização do trabalho docente, por meio de Portaria a ser aprovada pelo Conselho Diretor.</p>

## Saúde, Surdez e Educação

<b>Síntese do Plano de Ação</b>	<b>Resultados das ações planejadas</b>	<b>Justificativas para não realização de ações</b>	<b>Impactos dos resultados em face dos objetivos</b>
<p>* Realizar atendimento para diagnóstico.</p>	<p>* Foram realizados 9.047 procedimentos, em atendimento a 994 alunos do INES e 3.094 pessoas da comunidade. Houve 2.573 atendimentos a bebês e crianças (da comunidade e do INES, sendo 1.587 testes da orelhinha), relacionados direta ou indiretamente ao acesso e permanência na escola; 259 pessoas foram atendidas visando assegurar acesso ao transporte público</p>	<p>-x-</p>	<p>* Consolida-se a importância do campo da Saúde Pública no conjunto de competências institucionais, o que sinaliza a necessidade de se redefinir o lugar desse campo na estrutura organizacional do Instituto, para ampliar e qualificar o quadro de recursos humanos, assegurar espaços e equipamentos necessários,</p>

<p>* Produzir materiais de orientação e apoio.</p> <p>* Definir perfil e quantitativo de profissionais em saúde para concurso.</p> <p>* Fazer com que profissionais de Saúde frequentem curso de LIBRAS.</p> <p>* Melhorar gestão da informação e atendimento.</p> <p>* Disseminar conhecimento produzido na área.</p>	<p>gratuito; e 885 atendimentos visavam acesso e permanência de jovens e adultos surdos no trabalho..</p> <p>* A equipe elaborou em 2014 um novo livro de Audiologia para profissionais de outras áreas, que se encontra no prelo;</p> <p>* Foram elaborados pela equipe os folders e cartazes para a Feira de Saúde e Cidadania a ser realizada no ano de 2015.</p> <p>* No Concurso regido pelo Edital 29/2013, foi nomeada e empossada candidata aprovada e classificada para prover uma vaga no cargo de Médico, na especialidade Otorrinolaringologia;</p> <p>* Novos profissionais das áreas de Audiologia, Fonoaudiologia, Medicina, Psicologia e Serviço Social frequentaram Curso de LIBRAS.</p> <p>* Uma vez completada a efetivação de novos profissionais da área, deverá ser reestruturado, em 2015, o atendimento em saúde ao público do INES.</p> <p>* Profissionais da área da Saúde Auditiva do INES ministraram aulas, e palestras e participaram de campanhas relacionadas ao tema da Saúde Auditiva. Além disso, apresentaram trabalhos em eventos nacionais e internacionais no campo da Audiologia, inclusive divulgando ações e materiais do Instituto, e realizaram assessorias técnicas. O Núcleo de Orientação e Saúde do Surdo – NOSS realizou ações de: capacitação e atendimento a alunos (e seus familiares) do CAP INES; disseminação de conhecimentos sobre a relação Saúde-Surdez em instituições de ensino superior (UERJ, UFF e UFRJ); apresentação de trabalhos em eventos; publicação de artigos; produção de banner e folder do Núcleo; distribuição de material didático sobre DST/AIDS e pré-produção (roteiro) de vídeo</p>		<p>aperfeiçoar a gestão e potencializar resultados.</p> <p>* O NOSS necessita de reforço em seu quadro para poder desempenhar seu papel. Recomenda-se a participação de profissionais surdos, de administrativos e principalmente de profissionais da área de Saúde.</p>
--	--	--	--

<p>* Elaborar termo de referência para fornecimento de baterias para aparelho.</p>	<p>sobre aleitamento materno.</p> <p>* Em 2014, foram adquiridas e disponibilizadas, 1.003 baterias a alunos do INES, garantindo desta forma o pleno funcionamento de seus aparelhos auditivos.</p>		
--	---	--	--

## Gestão do Conhecimento

<b>Síntese do Plano de Ação</b>	<b>Resultados das ações planejadas</b>	<b>Justificativas para não realização de ações</b>	<b>Impactos dos resultados em face dos objetivos</b>
<p>* Elaborar uma Política Editorial.</p> <p>* Produzir materiais de apoio à educação de surdos.</p> <p>* Construir glossário de termos técnicos para apoiar participação de surdos na educação profissional.</p> <p>* Produzir materiais em LIBRAS, segundo interesse das comunidades surdas.</p>	<p>* Elaborado, no âmbito da Comissão Editorial designada, documento de Política Editorial e de Acervo do Instituto, encontra-se pendente de análise e deliberação por parte do Conselho Diretor.</p> <p>* Concluídos e lançados os livros Série Histórica Volume 5: <i>Congresso Internacional de Surdos- Mudos</i> e Série Histórica Volume 6: <i>A Surdo Mudez no Brasil</i>.</p> <p>* No total, foram encaminhadas a escolas, universidades, bibliotecas públicas, ONGs e polos do curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue, coordenado pelo INES, 16.243 publicações impressas, 4.911 CDs e 7.846 DVDs concebidos e produzidos pelo INES.</p> <p>* Em 2013, o INES aderiu ao Pronatec / Viver sem Limite. O processo de inserção de alunos surdos em instituições de educação profissional teve início em 2014, com 38 inscritos pela DIEPRO/INES, o que deverá suscitar demandas terminológicas para a construção de um glossário de sinais correspondentes a termos técnicos.</p> <p>* O Laboratório de Novas Tecnologias do INES tem produzido diversos materiais em LIBRAS: Editais filmados de Concursos Públicos, incluindo o ENEM em Libras; resenhas</p>	<p>-x-</p>	<p>* A Política Editorial será analisada pelo Conselho Diretor em 2015.</p>

	<p>filmadas de textos acadêmicos; spots para o Portal INES; Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Interno e normas de funcionamento do Colégio de Aplicação, sempre em Libras; registro de aulas, de eventos pedagógicos e de palestras; materiais para aulas da pós-graduação em Libras; material para assessoria técnica; produção de QR para revista Arqueiro (publicação técnica do INES), etc.</p>		
<p>* Realizar Congresso Pluridisciplinar.</p> <p>* Realizar eventos anuais.</p>	<p>* Realizados o XIII Congresso Internacional e o XIX Seminário Nacional, com <b>1.156</b> participantes presenciais de todo o Brasil e do exterior e <b>2.325</b> pessoas que acessaram o Congresso via TV INES durante os três dias de realização, totalizando um público de <b>3.481</b> pessoas.</p> <p>* Eventos realizados: Fórum Educação, Linguagem e Surdez: <b>536</b> participantes; XIX Encontro de Pais do estado do Rio de Janeiro: <b>210</b> participantes; Seminário Educação e Surdez em parceria com o CAS Maranhão: <b>500</b> pessoas; Assessorias Técnicas: <b>187</b> profissionais capacitados; Palestras: <b>542</b> profissionais capacitados.</p> <p>* Visitas técnicas: o Instituto recebeu <b>690</b> pessoas, entre profissionais e estudantes, de todo o Brasil e também dos seguintes países: Portugal, Estados Unidos, Suíça, Finlândia, Japão e França.</p>	-x-	
<p>* Consolidar, em 2014, a TV INES como Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa.</p>	<p>* Lançada em 2013, a TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil, expandiu seu alcance nacional e internacional para smartphones, tablets e smartTVs, além da internet, e passou de 120 mil visualizações em 2013 para quase 350 mil em 2014, destacando-se o sucesso do Curso de Libras. A TV INES recebeu duas premiações importantes em 2014: o Troféu do Júri no <i>Prêmio Oi Tela Viva Móvel 2014</i>, na</p>		<p>* O lançamento da TV INES teve impacto na mídia e nas comunidades surdas. Apresentadores e repórteres surdos ganharam destaque na mídia convencional durante a Copa do Mundo, ajudando na difusão positiva da comunidade surda brasileira e de sua Língua de Sinais. O novo portal da TV INES, mais interativo, possibilita, além da avaliação, comentários e compartilhamento de vídeos em redes sociais e o</p>

	categoria Mídia, e o Prêmio <i>SET 2014</i> , na categoria Projeto de Mobilidade para Conteúdo Audiovisual.		envio de vídeos pelo público.
<p>* Criar sistema de informação e acompanhamento da cooperação técnica.</p> <p>* Estabelecer contatos e parcerias com CAS relativos a políticas.</p>	<p>* Efetivados 6 assessorias técnicas, 1 seminário e 9 palestras, em diferentes Estados brasileiros, alcançando <b>1.229</b> profissionais, na sua maioria ligados à educação de surdos, principalmente da rede pública.</p> <p>* Nas ações de Cooperação Técnica com municípios, o INES demanda que as prefeituras informem resultados de levantamentos acerca do número de surdos do município, perfil, tipo de atendimento ofertado, etc. Isso impulsiona o autoconhecimento dos municípios e ajuda o INES a compatibilizar a cooperação às necessidades locais;</p> <p>* Realizado um Encontro do INES com o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS do Estado do Maranhão. Participaram <b>500</b> (quinhentas) pessoas. O objetivo é mapear demandas de apoio, identificar ações que poderão ser realizadas em parceria e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à surdez.</p>	-x-	* Ainda se faz necessária a criação de um sistema de acompanhamento da Cooperação Técnica.
<p>* Reformar e restaurar edifício que abriga a Biblioteca.</p> <p>* Ampliar quadro de profissionais especializados nas áreas de Informação e Memória.</p>	<p>* Em 2014, foi concluída a reforma da Biblioteca. O INES buscará autorização para novos concursos.</p> <p>* No concurso público aberto por meio do Edital nº 9/2012, foi provida uma vaga para o cargo de Arquivista, e no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013, foi provida uma vaga de Técnico em Arquivo.</p>	-x-	
* Realizar campanhas que valorizem potencialidades dos surdos.	* Em 2014, foi realizada uma Mostra de Artes Plásticas com produções de pessoas surdas.	-x-	* O evento deu visibilidade a trabalhos de jovens surdos criativos e talentosos.

<p>* Estruturar a área de educação a distância.</p>	<p>* Em 2014, o INES realizou ações estruturantes para viabilizar a oferta, a partir de 2014, de um curso de graduação em Pedagogia Bilíngue na modalidade semipresencial para polos nas cinco regiões do Brasil, definidos a partir dos critérios: (1) demanda de professores segundo quantidade de alunos surdos matriculados na educação infantil e primeiro segmento do EF (censo do IBGE 2010); (2) experiência da instituição com EAD; (3) experiência do coordenador de polo com ensino e pesquisa na área da surdez; (4) infraestrutura tecnológica do polo para acolher um curso de EAD; (5) facilidade de acesso para aulas presenciais nas instituições-polo. Além disso, foi construído coletivamente, com os coordenadores de polo, o projeto pedagógico do Curso. Foram providas vagas para docentes e equipe administrativa em Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2013. Também no ano de 2014 o INES encaminhou ao MEC informações necessárias ao seu credenciamento para EAD.</p>	<p>-x-</p>	<p>* O INES confirma seu papel de referência na área da surdez e da educação de surdos como agência nacional de formação.</p>
---	--	------------	---

## Gestão Institucional

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Iniciar a implantação do Plano Anual de Capacitação, incluindo mapeamento de competências e necessidades de qualificação.</p>	<p>* Em 2014, foi consolidada a implantação do Plano Anual de Capacitação (PAC/INES) e de seu Programa de Apoio, com 40 capacitações de servidores apoiadas pelo Instituto ao longo do ano.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Prevê-se para 2015 uma avaliação diagnóstica do perfil de competências e das demandas de capacitação desta instituição.</p>
<p>* Mapear condições e definir diretrizes de sustentabilidade.</p>	<p>* Todos os Editais lançados pelo INES consideram os critérios de sustentabilidade indicados pela legislação vigente e pelos órgãos de controle.</p> <p>* Em 2014, o INES aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável, de sustentabilidade ambiental no âmbito do Governo Federal.</p>	<p>* O INES planeja qualificar servidores para atuação específica nesse campo.</p>	

<p>* Realizar concurso público para área de Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover mapeamento da Gestão de TI no INES: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços;</p> <p>* Formular diretrizes da Gestão da TI no INES;</p> <p>* Disponibilizar nova página do INES na internet, observados critérios de acessibilidade.</p>	<p>* No concurso público aberto por meio do Edital nº 09/2012, foram oferecidas 3 vagas de Analista de Tecnologia da Informação, cujo provimento efetivamente se concluiu em janeiro de 2015, em função das recorrentes vacâncias do próprio concurso. No concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, foram providas 7 vagas para Técnico em Tecnologia da Informação, inclusive para atender às demandas relacionadas à participação do INES no Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República.</p> <p>* Em 2014, com base em mapeamento de demandas setoriais, o Instituto concluiu a elaboração de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação, e nos termos de suas diretrizes de Política de Segurança em TI, adquiriu ferramenta de segurança tecnológica (antivírus), com softwares licenciados por 36 meses.</p> <p>* O novo Portal do INES na internet, lançado no início de 2014, já possui adaptações para observância dos critérios de acessibilidade, bem como da Lei de Acesso à Informação.</p>	<p>* Demanda-se autorização para novos concursos em cargos de TI, e o quadro efetivo completo é algo relevante para o adequado tratamento dessa área considerada estratégica, dada a ampliação significativa das atividades do Instituto com a gestão inicial de um curso semipresencial (EAD).</p>	
<p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva:</p> <p>- do bom atendimento ao</p>	<p>* Foram realizadas reuniões mensais com a Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>* Em 2014, foi nomeada e empossada jornalista efetiva, que já vem colaborando nos ajustes da área de comunicação do INES.</p> <p>* Implantada a Ouvidoria Institucional e o Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC). Em ambos os serviços são asseguradas acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras), bem como infraestrutura e espaço físico adequados. Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes.</p>	<p>Em 2014, muitas demandas estruturais (TI, Elétrica, reformas arquitetônicas) demandaram o departamento, que deverá dedicar maior atenção ao tema em 2015.</p>	

<p>           cidadão;            - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor;            - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores;            - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.         </p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Por meio da Ouvidoria, o INES vem recebendo e respondendo consultas de alunos, professores, funcionários e público externo regularmente, na forma da Lei, de forma presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. Em 2014, houve 12 atendimentos, a maioria (7 atendimentos ou 58%) relativa ao Colégio de Aplicação.</li> <li>2. Em relação ao e-SIC, que visa facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, houve 51 atendimentos em 2014, a maior parte (21 pedidos ou 41,18%) sobre Materiais do INES. Na sequência, empatados com 9 pedidos cada tema (17,65% cada), aparecem Informações Gerais sobre o INES e sobre Exame Nacional ProLibras; por fim, com 4 pedidos cada (7,84% cada um), aparecem Direito e Legislação, Pesquisas e Concurso Público.</li> </ol>		
--	---	--	--

## **5.2 Programação e execução orçamentária e financeira e resultados alcançados**

### **5.2.1 Programa temático**

Esta UJ não possui programas temáticos de governo sob sua responsabilidade, mas somente ações, conforme explicitado nos itens subsequentes. Nos termos da Portaria TCU nº 90/2014, “só devem elaborar as informações referentes a programa temático, as unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva ou secretaria geral de ministério ou de secretaria com *status* de ministério no âmbito da Presidência da República”.

### **5.2.2 Objetivo**

Nos termos da Portaria TCU nº 90, de 2014, “as informações referentes a objetivo devem ser consignadas no relatório de gestão pelas unidades jurisdicionadas a quem cumpra mais estratégica e diretamente o seu desenvolvimento”. Este não é o caso do INES, instituição a que cabem ações, conforme exposto a seguir.

### **5.2.3 Ações**

#### **5.2.3.1 Ações OFSS**

Não se aplica ao INES.

### 5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20RI - Func. Das Instituições Federais de Educação Básica					<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Descrição</b>	Manutenção das Instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da Educação Básica nas Instituições Federais de Ensino de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas Instituições, dentre outras, aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas física e jurídicas, investimentos em obras e instalações, aplicação, reforma e adaptação, observados os limites da Legislação vigente.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da Ed.Básica.	<b>Código</b>	598				
<b>Programa</b>	Educação Básica	<b>Código</b>	2030	<b>Tipo</b>	Apoio às políticas públicas		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	61.528.655,00	64.528.655,00	14.934.357,67	10.142.456,06	10.142.456,06	0,00	4.791.901,61
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Estudante Matriculado	Unidade	2.760	2.984	2.984		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
33	14.926.945,87	8.703.045,40	2.933.362,37	Estudante Matriculado	Unidade	0

Fonte: SIAFIGerencial/SIMEC/SIOP

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4572- Capacitação Serv. Pub. Federais Em Proc. Qualificação e Requalificação			<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Proporcional aos servidores as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento na carreira, ao aprimoramento profissional e a melhoria da eficácia administrativa e pedagógica.	<b>Código</b>	4572		
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do MEC	<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>	Finalístico
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Lei Orçamentária 2014</b>					

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	608.000,00	608.000,00	124.863,97	117.453,97	117.453,97	0,00	7.410,00
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Servidor Capacitado		Unidade	320	320	258	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33	13.285,09	9.480,00	230,00	Servidor Capacitado	Unidade	0	

Fonte: SIAFIGerencial/SIMEC/SIOP

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União				<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Descrição</b>	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados civis da União.					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	Garantir condições remuneratórias para todos os servidores do Instituto.	<b>Código</b>				
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do MEC	<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>	Finalístico	

<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	23.374.120,00	27.876.650,00	27.720.053,41	27.714.609,38	27.714.609,38	0,00	5.444,03
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Servidor Beneficiado	Unidade	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFIGerencial/SIMEC/SIOP

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Código</b>	0181 - Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Serv.Civis	<b>Tipo</b>	Operações Especiais
<b>Descrição</b>	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos Servidores Públicos Civis da União ou de seus Pensionistas.		

<b>Iniciativa</b>									
<b>Objetivo</b>		Garantir proventos de direito próprio dos Servidores Públicos Cíveis ou de seus Pensionistas.			<b>Código</b>				
<b>Programa</b>		Previdência de Inativos e Pensionistas da União			<b>Código</b>		0089	<b>Tipo</b>	Finalístico
<b>Unidade Orçamentária</b>		26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos							
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras							
<b>Lei Orçamentária 2014</b>									
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados		Não Processados	
0033	37.352.906,00	40.329.507,00	40.051.883,83	40.051.883,83	40.051.883,83	0,00		0,00	
<b>Execução Física</b>									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
					Previsto	Reprogramado (*)		Realizado	
0033	Aposentados e Pensionistas beneficiados			Unidade	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		

Fonte: SIAFIGerencial/SIMEC/SIOP

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Serv.				<b>Tipo</b>	Atividade	
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	Conceder benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados federais, inclusive pessoal contratado.	<b>Código</b>	2109				
<b>Programa</b>	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC	<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>	Finalístico		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	19.200,00	38.200,00	35.668,40	35.668,40	35.668,40	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Criança Atendida	Unidade	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			



Execução Física						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Pessoa Beneficiada	Unidade	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFIGerencial/SIMEC/SIOP

#### Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2012 - Aux.Alimentação aos Serv. Civis e Empregados			<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e demais considerações da sua descrição.	<b>Código</b>	2109		
<b>Programa</b>	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC	<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>	Finalístico
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	1.584.000,00	1.664.000,00	1.651.802,83	1.651.802,83	1.651.802,83	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Pessoa Beneficiada		Unidade	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFIGerencial/SIMEC/SIOP

#### Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação			
<b>Código</b>	09HB - Contribuição da União p/ custeio regime previdência	<b>Tipo</b>	Operações Especiais
<b>Descrição</b>	Pagamento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais a forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.		
<b>Iniciativa</b>			

<b>Objetivo</b>	Garantir o pagamento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais, conforme normas vigentes.			<b>Código</b>	2109		
<b>Programa</b>	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC			<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>	Finalístico
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	4.666.655,00	5.596.723,00	5.350.176,35	5.350.176,35	5.350.176,35	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001	Servidor Beneficiado		Unidade	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores					<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Descrição</b>	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	Conceder, em caráter suplementar, o benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, e demais considerações da sua descrição.	<b>Código</b>	2109				
<b>Programa</b>	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC	<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>	Finalístico		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	912.348,00	942.348,00	872.450,28	868.355,28	868.355,28	0,00	4.095,00
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Pessoa Beneficiaria	Unidade	NÃO SE	NÃO SE	NÃO SE		

				APLICA	APLICA	APLICA
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFIGerencial/SIMEC/SIOP

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	<b>Tipo</b>	Operações Especiais		
<b>Descrição</b>	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Concessão do auxílio-funeral devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, bem como do auxílio-natalidade devido à servidora por motivo de nascimento de filho.	<b>Código</b>	2109		
<b>Programa</b>	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC	<b>Código</b>	2109	<b>Tipo</b>	Finalístico
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
<b>Lei Orçamentária 2014</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>					

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	70.652,00	70.652,00	47.751,10	47.751,10	47.751,10		
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Pessoa Beneficiaria	Unidade	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFIGerencial/SIMEC/SIOP

### **5.2.3.3 Ações não previstas na LOA – restos a pagar não processados OFSS**

Não houve em 2014.

### **5.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI**

Não houve em 2014.

### **5.2.3.5 Análise situacional**

Em 2014, o orçamento do INES, aprovado na LOA, somado aos créditos suplementares, totalizou o montante de R\$ 142.124.735,00 (cento e quarenta e dois milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais) para as despesas correntes e de capital, sendo R\$ 73.802.880,00 (setenta e três milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e oitenta reais) com Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 39.375.613,00 (trinta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e treze reais) com outras despesas correntes e R\$ 28.946.242,00 (vinte e oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e dois reais) com investimentos.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 65.393.681,00, que comprovadamente não foram suficientes para custeá-las, face ao acréscimo de despesas ao longo do exercício, decorrente de ingresso de concursados no quadro de pessoal do Instituto, demandando um acréscimo de aproximadamente 12,86%, gerando um crédito suplementar de R\$ 8.409.199,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, do exercício de 2014 com o de 2013, houve um aumento de aproximadamente 12,58% (R\$ 8.246.285,00) ocasionado pelo ingresso de concursados no quadro de pessoal do INES e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Em relação às Outras Despesas Correntes, foi proposto o valor de R\$ 36.124.613,00, para o exercício de 2014, registrado na PLOA/LOA, havendo um crédito suplementar no valor de R\$ 3.251.000,00, referente à dotação por superávit financeiro do exercício anterior.

Para as Despesas de Capital, a dotação proposta no PLOA e aprovada na LOA foi da ordem de R\$ 28.946.242,00, não sendo necessário crédito suplementar.

Analisando os quadros acima detalhados, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período.

## **5.3 Informações sobre outros resultados da gestão**

Podemos dizer que esforços realizados em 2014 concorrem para que metas traçadas no Plano Nacional de Educação, aprovado na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, e que deverão orientar os esforços do Governo Federal e dos sistemas de ensino até 2024, possam ser alcançadas em menos tempo, o que representa efetivação de direitos dos cidadãos surdos brasileiros.

## **5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional**

### **EDUCAÇÃO BÁSICA**

#### **1. Relação candidato / vaga**

**Objetivo:** aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

**Horizonte:** atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

**Equação básica:** relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

**Resultado:** O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 500. Alcançou-se a matrícula de 504 alunos surdos em agosto de 2014. Equação:  $504 / 500 = 1,008$ .

**Análise crítica:**

O INES atendeu integralmente à demanda de vagas (ingresso + transferência). Eventuais flutuações futuras nos resultados desse indicador poderão se relacionar à crescente oferta de educação bilíngue em escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos, como a Baixada Fluminense.

## 2. Relação alunos / docente

**Objetivo:** aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação de docentes na oferta de escolarização do INES.

**Equação básica:** a relação alunos / docente é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

**Obs.:** contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

**Resultados:** Em 2014, havia 216 professores designados no Colégio de Aplicação, mas desses, 30 eram professores substitutos (contratados temporariamente do INES ou então contratados do IFRJ em exercício no INES), 19 estavam ocupando chefias, 32 estavam em atividades fora de sala de aula (gestão e outras), 2 estavam em licença sem vencimentos e 13 estavam afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 120 (cento e vinte) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. O número máximo de alunos em processo de escolarização ao longo de 2014 foi de 504 (quinhentos e quatro). Incluímos no cálculo apenas os professores do quadro permanente em efetiva regência de turma (120) e os alunos em escolarização (504). O resultado da operação  $504 / 120 = 4,2$ .

**Análise crítica:**

O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- a) as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- b) o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- c) o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

O expressivo aumento do quadro docente deve-se a dois fatores. Em primeiro lugar, no concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, foram providas 40 vagas de Professor da Carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Em segundo lugar, embora estivesse previsto, não se confirmou um grande número de aposentadorias de docentes em 2014, dado que muitos professores aguardam incorporação de vantagens financeiras relativas ao RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências, definido na Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012) a seus vencimentos.

### 3. Índice de titulação do quadro docente efetivo

**Objetivo:** mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

**Equação básica:** índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a  $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$  dividido por  $N + G + A + E + M + D$ , onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

#### Resultados:

N = 2 x 0,5	G = 25 x 1	A = 2 x 2	E = 76 x 3	M = 73 x 4	D = 8 x 5
N = 1,0	G = 25	A = 4	E = 228	M = 292	D = 40

Equação:  $590 / 186 = 6,86$

#### Análise crítica:

Considerando-se que a pontuação mínima esperada seria de 186 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo apenas com Graduação, que é a exigência mínima em concursos para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica – e pontuação máxima possível seria de 930 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com Doutorado – vemos que o INES avançou um pouco em relação ao exercício anterior – **60%** da pontuação máxima em 2013 para **63,5%** em 2014 – podendo e devendo melhorar os resultados desse Indicador nos próximos anos. Se o ingresso de docentes surdos concursados em 2013 e nomeados em 2014 trouxe ao Instituto, de maneira geral, profissionais em início de atividade e apenas com a titulação mínima exigida para o cargo, por outro lado o mesmo certame trouxe também profissionais com maior titulação – mestrado e doutorado. Os mapeamentos e o apoio previstos no Plano Anual de Capacitação e em seu Programa de Apoio, que tiveram sua implementação iniciada em 2013, deverão colaborar para a melhoria desse quadro nos próximos anos. A aposentadoria de docentes mais antigos e que detém menor titulação do que os recém-concursados, que deverá ocorrer tão logo haja incorporação de vantagens relativas à norma que institui o

Reconhecimento de Saberes e Competências (Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012), favorecerá igualmente a melhoria de resultados neste indicador.

#### **4. Relação entre docentes substitutos e número total de docentes**

**Objetivo:** aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

**Horizonte:** diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

**Equação básica:** número de professores substitutos dividido pelo número total de professores (efetivos do quadro permanente, mais substitutos, contratados pelo INES ou pelo IFRJ) e multiplicado por 100.

**Resultados:** Em 2014, tivemos 30 professores substitutos (18 do INES e 12 do IFRJ) para um total de 216 docentes vinculados ao CAP-INES:  $30 / 216 = 0,13$ .

#### **Análise crítica:**

O INES melhorou seus resultados nesse indicador, diminuindo a participação de substitutos em relação ao total do quadro docente – em 2013, havia sido de **0,19**, ou seja 19%, e em 2014 foi de **0,13**, ou seja 13% – devido ao concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013. Foram providas 40 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Em 2015, deverão ser concluídos os prazos de contratos, o que deverá concorrer para a melhoria dos resultados no próximo ano.

#### **5. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue**

**Objetivo:** aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

**Horizonte:** ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

**Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino):** número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

**Resultados:** O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram estes:

Etapa SEDIN:  $13 / 13 = 1,0$  (100%)  
Etapa CAAF:  $2 / 2 = 1,0$  (100%)  
Etapa SEF1 (1º segmento):  $28 / 28 = 1,0$  (100%)  
Etapa SEFN (Noturno):  $07 / 10 = 0,7$  (70%)  
Etapa SEF2 (2º segmento) / SEME:  $48 / 50 = 0,96$  (96%)

### **Análise crítica:**

Os resultados apresentam o quadro anterior à posse de novos professores aprovados e classificados no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013. Cabe realçar que o referido Edital valorizou conhecimento prévio da Língua de Sinais, o que de fato motivou a aprovação de candidatos com conhecimento prévio. Adicionalmente, cabe informar que todos os profissionais nomeados e empossados a partir de aprovação no referido Concurso ingressaram automaticamente em turma específica do Curso de Libras ofertado pelo próprio Instituto. Por fim, deve-se lembrar que foi ampliada em 2014 a carga horária de aula de Libras no Ensino Fundamental.

### **6. Taxa de evasão escolar**

**Objetivo:** dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

**Horizonte:** diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

**Equação básica:** número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no ano letivo.

**Resultados:** O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 52. O número de alunos matriculados no ano letivo = 504. Equação:  $52 / 504 = 0,10$ .

### **Análise crítica:**

O resultado de permanência de **90%** dos alunos matriculados (**10% de evasão**) representa uma melhora em relação ao ano anterior, que foi de **86%** (**14% de evasão**). É possível que a atenção dada à situação de vulnerabilidade socioeconômica de parcela considerável das famílias – dependência do Benefício de Prestação Continuada – BPC e do Bolsa Família, identificada a partir de questionário socioeconômico aplicado para fins de atribuição de cestas básicas recebidas em parceria com o Poder Judiciário no apoio a penas alternativas – tenha colaborado para esse resultado positivo de freio à evasão escolar ligada à situação de pobreza. Encontra-se em discussão proposta de um Programa de Assistência Estudantil, que poderá concorrer para esse fim.

### **7. Taxa de utilização da biblioteca do INES**

**Objetivo:** aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

**Horizonte:** ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

**Equação básica:** número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

### **Resultados e análise crítica:**

Os resultados, em 2014, foram em parte comprometidos pelo fato de estar em andamento obra de reforma e restauro do edifício que abriga a Biblioteca do INES, o que dificultou a acolhida principalmente de turmas do Colégio de Aplicação, para os quais não foram registradas pesquisa em acervo ou empréstimo de acervo – houve apenas 6 ocorrências de empréstimo por parte de alunos do CAP. Igualmente, o espaço onde está funcionando provisoriamente a Biblioteca não possibilita a consulta a terminais de internet. Por outro lado, o fato de o Instituto haver disponibilizado *tablets* a todo o corpo docente e discente do Colégio pode ter redirecionado as estratégias de pesquisa, uma vez que muitos textos importantes no contexto da Educação Básica – Literatura, por exemplo – encontram-se disponíveis na internet, inclusive no portal [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), que é a Biblioteca Digital do Ministério da Educação.

## **8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez**

**Objetivo:** Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

**Horizonte:** Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

**Equação básica:** Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

**Resultados:** Para o cálculo deste Indicador, contabilizamos apenas os docentes efetivos do CAP INES em regência de turma em sala de aula ou em laboratórios e oficinas, que são 120 (cento e vinte). Desses, 22 (vinte e dois) realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento. Equação:  $22 / 120 = 0,18$ .

### **Análise crítica:**

O resultado de 18% de engajamento de docentes do Colégio em atividades de pesquisa e extensão fica aquém das expectativas, dado que a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ratificou o entendimento de que são atividades inerentes à carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico “o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional”. No entanto, pode ser explicado pelo fato de que em 2014 assumiu um expressivo contingente de novos professores efetivos que, apesar

de terem boa titulação acadêmica, detêm ainda pouca familiaridade com o campo da educação de surdos a ponto de já contribuírem com novos conhecimentos para essa área. Encontra-se em discussão a criação de uma norma interna para organização do trabalho docente, que deverá criar condições para que essa importante dimensão da função docente possa ser exercida neste centro de referência.

## 9. Índice de tempestividade no atendimento educacional infantil

**Objetivo:** Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

**Horizonte:** Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

**Equação básica:** Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

### Resultados:

#### A) Idade média de início do atendimento no INES

- soma das idades: 86
- n° de crianças: 34
- equação:  $86 / 34 = 2,53$

#### B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria)

- soma das idades: 45
- n° de crianças: 34
- equação:  $45 / 34 = 1,32$

$$(A) - (B) = 2,53 - 1,32 = 1,21$$

### **Análise crítica:**

Dois fatores tiveram impacto nos resultados deste indicador em 2014: a diminuição do número de alunos matriculados na Educação Infantil em relação ao exercício anterior e a matrícula de crianças surdas filhas de profissionais surdos que ingressaram no quadro permanente da Instituição por meio de concurso público. O fato de boa parte dessas crianças apresentar surdez congênita levou à diminuição da idade média de ocorrência da surdez nesse segmento do alunado. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que a disseminação do Teste da Orelhinha potencialmente viabiliza o ingresso “no tempo certo” de crianças surdas. A Divisão de Audiologia do INES realizou, em 2014, 1.587 testes da orelhinha em bebês da comunidade. É possível avançar por meio de ações interinstitucionais no âmbito da implementação das políticas de saúde auditiva, bem como por meio de campanhas de comunicação de massa sobre prevenção e diagnóstico.

### **10. Taxa de sucesso nas ações de preparação para o trabalho e a geração de renda**

**Objetivo:** aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece às pessoas surdas da comunidade.

**Equação básica - observação:** vínhamos trabalhando com a equação “número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes”, mas optamos por redefinir a abordagem, uma vez que o número de ingressantes pode não refletir a capacidade e a adequação da oferta de vagas em relação à demanda. Assim, propõe-se como nova equação “número de concluintes dividido pelo número de vagas ofertadas”.

**Resultados:** Houve 324 concluintes e 292 vagas ofertadas inicialmente. Equação:  $324 / 292 = 1,10$ .

### **Análise crítica:**

Os principais fatores que intervêm nesse resultado são: (1) a dificuldade na contratação dos Instrutores – nos termos da legislação vigente, o Instituto deve contratar pessoa jurídica – que ocasionou diminuição na oferta de cursos, e (2) o ingresso de pessoas surdas inscritas no mercado de trabalho: elas iniciam, mas, no meio do curso, param para poder trabalhar. Não obstante, o resultado de superar em 10% as vagas ofertadas para os cursos é positivo, mas deve ser compreendido no detalhe de estar alavancado em cursos que superaram a oferta inicial, como Orientação para o Mercado de Trabalho e Teatro. Uma análise ponderada da relação oferta x demanda mostra que, em 2015, em média houve 72% de concluintes para os cursos ofertados, havendo cursos com baixa procura, cursos bem sucedidos e cursos, como os mencionados acima, em que a oferta está aquém da demanda. Sugere-se que a Divisão responsável realize pesquisa de satisfação com os participantes e também um levantamento de aptidões e interesses de pessoas surdas para subsidiar decisões sobre cursos que contemplem tanto os interesses e aptidões dos surdos quanto às demandas do mercado de trabalho ou as possibilidades efetivas de geração de renda.

## 11. Índice de efetividade na transição para o Trabalho Decente

**Objetivo:** aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via treinamento em serviço ou participação em processo seletivo, em empresas têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a treinamento em serviço em empresas e de participação em processo seletivo realizado por empresas alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

**Equação básica:** número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT compreende A (vagas de treinamento em serviço em empresas) + B (participação em processo seletivo em empresas).

**Observação:** Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

**Resultados:** Em 2014, houve 149 oportunidades de acesso ao trabalho, que compreendem (A) 21 vagas de treinamento em serviço em empresas + (B) 128 vagas em processo seletivo em empresas. Dessas vagas, 138 foram preenchidas. Equação:  $138 / 149 = 92,6\%$

### **Análise crítica:**

O resultado de 92,6% de efetivações no trabalho de pessoas surdas encaminhadas pelo INES em relação às vagas disponibilizadas é positivo. Em 2014, 38 alunos surdos do INES conseguiram inscrever-se para cursos gratuitos por meio da participação do INES no Pronatec *Viver sem Limite* e 43 alunos surdos inscreveram-se para cursos junto ao SENAC. Espera-se que, a partir de 2015, esses fatores, aliados aos cursos ministrados pela DIEPRO, impulsionem contratações de pessoas surdas.

## EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Quadro B.66.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002**

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Professores Equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	206	219	213	190	164
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de Residência Médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

**Quadro B.66.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002**

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,51	3,57	3,12	3,12	3,15
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

## **Análise crítica:**

Nos termos da Portaria TCU 123, de 2011, e com base em consulta informal à CGU, firmamos o entendimento de que os componentes dos indicadores em tela, de maneira geral (alunos em tempo integral; envolvimento discente com pós-graduação [Stricto Sensu]; conceito CAPES/MEC para pós-graduação [Stricto Sensu]; hospital universitário; residência médica; oferta semestral de cursos) não correspondem à realidade de uma instituição como o INES – que tão-somente mantém um curso de graduação (desde 2006) e um de especialização Lato Sensu (desde 2008) – e sim à de Universidades Federais. Nos quadros acima, assinalamos “NA” nos casos que correspondem a esse entendimento.

Quanto ao Quadro B.66.1, nos termos da Decisão do TCU em tela, “aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso”. Quanto ao Quadro B.66.2, registramos que a implementação do curso iniciou-se em 2006, com apenas 8 (oito) professores efetivos, 4 deles com doutorado, e com esse quadro se manteve por alguns anos. Com a ampliação do número de turmas, foi necessária a contratação de professores temporários e isso impactou nos resultados. Em 2013, com o compromisso assumido pelo INES de conduzir um curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue de abrangência nacional, foi lançado o Edital nº 29/2013, que logrou aprovar e nomear, em 2014, 28 (vinte e oito) novos docentes de Magistério Superior para o Quadro do Instituto, com titulação de Doutorado, o que teve impacto positivo sobre a qualificação docente. A seguir, apresentamos outros Indicadores para o campo da Educação Superior, construídos pela Instituição.

### **1. Relação candidato / vaga**

**Objetivo:** aferir em que medida a Educação Superior ofertada pelo INES atende à procura por vagas por parte de surdos e ouvintes.

**Horizonte:** atender integralmente a demanda das pessoas surdas e não-surdas por Ensino Superior, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

**Equação básica:** relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo.

<b>Resultado: Relação Candidato/Vaga</b>					
<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>6,06</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1,8</b>	<b>1,5</b>

## **Análise crítica:**

O desenvolvimento do Curso, sua divulgação (na rede pública de ensino, na internet, nas redes sociais e nos movimentos surdos) e a inserção de egressos têm contribuído para o expressivo aumento da demanda: em 2014, houve a maior procura desde a abertura do curso em 2006: 364 candidatos inscritos, para os turnos Manhã e Noite, estabelecidos em 2013 com o propósito de atender à condição do aluno trabalhador.

## 2. Relação alunos / docente em tempo integral

**Objetivo:** aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

**Equação básica:** a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

**Obs.:** contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

<b>Resultado: Relação Alunos/Docente em tempo integral</b>					
2014	2013	2012	2011	2010	2009
5,56	10,69	11,5	10,8	9,3	9

### Análise crítica:

A demanda pelo Curso Bilíngue vem crescendo, como se depreende do fato de que o processo seletivo de candidatos para cursar essa Graduação em 2015, teve o maior número de inscritos desde sua criação, em 2006. Ao mesmo tempo, muitos alunos concluíram e apresentaram suas monografias, alcançando a formatura e a colação de grau. Em 2014, houve uma ampliação expressiva do número de professores efetivos e com boa titulação, a partir da nomeação professores do Magistério Superior aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2013. Ocorre que parte desse efetivo se destina também a atuar no Curso de Pedagogia Bilíngue a ser implementado ainda no prazo de vigência do PDI INES 2012-2016, na modalidade semipresencial, para polos em diferentes regiões do País.

## 3. Relação entre docentes temporários e número total de docentes

**Objetivo:** aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle.

**Horizonte:** diminuir progressivamente o percentual de participação de professores temporários em relação ao total de professores do Ensino Superior do INES.

**Equação básica:** número de professores temporários dividido pelo número total de professores.

<b>Resultado: Relação Docentes substitutos/total de docentes</b>					
2014	2013	2012	2011	2010	2009
0,19	0,57	0,55	0,63	0,61	0,61

### Análise crítica:

Como já informado, ao longo da implementação fez-se necessária a contratação de professores temporários para assegurar a realização dessa ação e atender aos direitos dos alunos, uma vez que apenas em 2006/7 havia sido autorizado concurso público para o Magistério Superior, em que foram providas somente 8 de 10 vagas. O resultado positivo verificado em 2014, de reduzir a apenas 19% a participação de substitutos na força de trabalho docente, deve-se à nomeação de professores efetivos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013. Não obstante, os resultados futuros podem ainda melhorar: em primeiro lugar, porque dos 46 professores em atividade no Ensino Superior do INES, 37 são efetivos e apenas 9 são contratados, e seus contratos estão sendo concluídos; em segundo lugar, porque mesmo não tendo sido possível prover todas as 40 vagas para o Magistério Superior no aludido concurso, o INES, dando por encerrado o certame, poderá pleitear vagas e autorização para novo certame.

#### 4. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

**Objetivo:** aferir em que medida os docentes da graduação ofertada pelo INES têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue.

**Horizonte:** ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores habilitados para a educação em contexto bilíngue com sujeitos surdos e não-surdos.

**Equação básica:** número de professores do Ensino Superior do INES (graduação) com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores do Ensino Superior do INES (graduação).

<b>Resultado: Taxa de prontidão docente para educação bilíngue</b>					
<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>0,16</b>	<b>0,24</b>	<b>0,26</b>	<b>0,27</b>	<b>0,27</b>	<b>0,07</b>

#### Análise crítica:

Os resultados apresentados abarcam somente o período de 2008 a 2013 em razão do fato de que, ao longo de 2014, deu-se uma transição importante no perfil do quadro de docentes do ensino superior do INES. Durante alguns anos, o Instituto, pela falta de vagas e de consequente autorização para novo concurso – contou com escasso quadro de efetivos, o que causou dependência de contratados para a realização da missão institucional e atendimento ao direito dos alunos. No final de 2013, em atendimento a reiteradas demandas, pudemos lançar o Edital nº 29/2013, que já valorizava o conhecimento da LIBRAS e a experiência de trabalho com surdos. Foram providas 28 das 40 vagas oferecidas para o Magistério Superior, mas como as nomeações ocorreram entre final de 2014 e início de 2015, ao mesmo tempo em que os últimos contratos de professores findavam, não foi possível obter dado fidedigno atualizado que permitisse completar o quadro desse indicador. Podemos informar que todos os docentes ingressantes foram chamados a fazer curso de Libras ministrado por Professora do Instituto e, no próximo relatório, já sem nenhum professor contratado no quadro de ensino superior, poderemos informar os dados de 2014 e 2015 com exatidão.

#### 5. Taxa de sucesso no Ensino Superior

**Objetivo:** aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

**Equação básica:** número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

<b>Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior</b>					
<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>0,73</b>	<b>1,2</b>	<b>0,46</b>	<b>0,22</b>	<b>0,17</b>	<b>0,11</b>

#### **Análise crítica:**

Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação de Programa de Assistência Estudantil para estudantes em situação de pobreza; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc. Não obstante, consideramos positivo o resultado de 31 concluintes em 2014 em relação aos 42 ingressantes no processo seletivo de 2010, ou seja, 73% de concluintes no prazo mínimo previsto.

#### **6. Taxa de evasão**

**Objetivo:** dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

**Horizonte:** diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

**Equação básica:** número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

<b>Resultado: Taxa de Evasão</b>					
<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>0,16</b>	<b>0,21</b>	<b>0,11</b>	<b>0,07</b>	<b>0,07</b>	<b>0,10</b>

#### **Análise crítica:**

É positivo ter havido redução na taxa de evasão de 21% em 2013 para 16% em 2014, mas ainda são demandadas ações concretas de apoio à permanência e sucesso do aluno. Segundo o Departamento de Ensino Superior do INES, “a evasão pode estar relacionada a diferentes fatores, como a redefinição

por parte do(a) aluno(a) em relação ao curso de formação de sua preferência; moradia distante e/ou em área de risco, aliada a situação de vulnerabilidade socioeconômica (conflitos familiares, desemprego, insuficiência de renda, cuidado com filhos); insuficiência de rendimento acadêmico (alunos que tiveram sérias defasagens em sua formação básica, muitas vezes, não conseguem viabilizar uma permanência bem-sucedida na Educação Superior) e material didático em LIBRAS insuficiente”. As medidas adotadas pelo INES nos últimos anos incluem: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, em favor do aluno trabalhador, etc. Encontra-se em análise minuta de Programa de Assistência Estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

## 7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

**Objetivo:** aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

**Horizonte:** ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

**Equação básica:** número de acessos (incluindo as situações de consulta ao acervo e de empréstimo de item do acervo) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

1.129 acessos por parte de alunos ou docentes / 243 alunos de graduação ou pós-graduação com matrícula ativa + 46 docentes (graduação e pós-graduação) = **3,90**

Taxa de utilização da biblioteca do INES					
2014	2013	2012	2011	2010	2009
3,90	3,74	1,71	X	X	X

### Análise crítica:

Os alunos têm utilizado com frequência a Biblioteca, mas os docentes podem fazê-lo com mais regularidade. De todo modo, o resultado é positivo, e apresentou melhora em relação ao ano anterior. Medida a ser adotada em 2015, em conformidade com o PDI, é a constituição de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo.

Os resultados de utilização da Biblioteca poderão vir a ser impactados pela distribuição de tablets aos(às) alunos(as) de graduação do INES a partir de 2013. Isso tem possibilitado a eles novas estratégias de pesquisa e o acesso a muitas obras disponibilizadas gratuitamente para *download*, como por exemplo, no portal [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), Biblioteca Digital do Ministério da Educação.

## 8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

**Objetivo:** Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

**Horizonte:** Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

**Equação básica:** Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

**Observação:** Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

<b>Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez</b>					
2014	2013	2012	2011	2010	2009
0,13	0,82	0,90	0,89	0,61	0,61

#### **Análise crítica:**

O resultado explica-se pelo ingresso de um número elevado de novos docentes via Concurso Público em 2014 (28 professores), que ainda não têm condições de atuar na difusão de conhecimento dessa área específica, bem como a fase de transição para o encerramento de todos os contratos temporários.

#### **9. Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica**

**Objetivo:** Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

**Horizonte:** Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

**Equação básica:** Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

<b>Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica</b>					
2014	2013	2012	2011	2010	2009
0,03	0,03	0,09	X	0,02	0,02

#### **Análise crítica:**

A instalação dos programas de apoio é recente e a participação ainda incipiente reflete esse fato, assim como se relaciona à rotatividade no quadro docente (professores contratados, que em geral não

poderiam liderar pesquisas tampouco supervisionar alunos de Iniciação Científica ou Monitoria) – superada, em parte, em 2014, com as nomeações de 28 Professores do Magistério Superior, no Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2013. Devemos ressaltar que houve pesquisas concluídas em 2014, o que pode ter impactado este indicador.

## 10. Avaliação do curso de Graduação do INES segundo egressos

**Objetivo:** aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

**Horizonte:** ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

**Equação básica:** percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

- concorda totalmente

- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

**Análise crítica:** Encontra-se em pauta a formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador.

## **REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ**

### **1. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez à escolarização formal**

**Objetivo:** Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas à educação.

**Horizonte:** Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas à educação.

**Equação básica:** Número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela Divisão de Audiologia do INES – DIAU que foram encaminhadas formalmente para matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) – do INES ou de outras instituições escolares – dividido pelo número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

**Observação:** Em 2014, o INES construiu formulários que são preenchidos no ato de agendamento / atendimento em audiologia, para nutrir com dados este Indicador. Os dados já começaram a ser coletados e mostram uma ampliação no percentual de atendimentos relacionados direta ou indiretamente relacionados ao acesso e permanência na escola por parte de crianças em idade de escolarização:

**Quadro III: Diagnóstico da surdez e acesso ou permanência na escola**

Ano	Total de pessoas atendidas		Bebês para teste orelhinha	Crianças de até 12 anos	Percentual de atendimentos relacionados à escolarização
	Da comunidade	Alunos do INES			
2013	3.506	581	1.550	1.067	78% (3.198 / 4.087)
2014	3.094	994	1.587	986	87% (3.648 / 4.088)

**2. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez ao Trabalho Decente**

**Objetivo:** Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas ao Trabalho Decente.

**Horizonte:** Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas ao Trabalho Decente, abrangendo, para esses sujeitos, as situações de: ingressar na Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem (maiores de 14 e menores de 24 anos, nos termos da Lei 11.180, de 2005); firmar Contrato de Trabalho, ainda que em regime de experiência (maiores de 16 anos, nos termos da CLT); participar de processo de reabilitação profissional (art. 203 da Constituição; Decreto 129, de 1991, que promulga a Convenção 159, da OIT; Decreto 3.048, de 1999).

**Equação básica:** Número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES, que foram encaminhadas para: matricular-se em curso de Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem; firmar Contrato de Trabalho, ainda que em caráter de experiência; ou participar de processo de Reabilitação Profissional junto ao INSS, dividido pelo número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

**Observação 1:** Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente

remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

**Observação 2:** Na passagem de 2013 a 2014, quando se iniciou o registro para esse indicador, foi apurada a seguinte relação entre o atendimento audiológico de jovens e adultos realizado pelo INES e a utilização desse atendimento pelos usuários desse serviço para o acesso ou a permanência no trabalho.

#### **Quadro IV: atendimentos audiológico e acesso ou permanência no trabalho**

<b>Ano</b>	<b>Jovens e adultos atendidos em exames audiológicos</b>	<b>Jovens e adultos atendidos em exames audiológicos para acesso ou permanência no trabalho</b>	<b>Resultado em termos percentuais</b>
2013	1.470	587	40%
2014	1.515	885	58%

### **3. Taxa de sucesso em Curso de Libras**

**Objetivo:** aferir em que medida o ensino de Libras desenvolvido pelo INES tem assegurado permanência e conclusão com bom aproveitamento.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem com sucesso sua aprendizagem de Libras em curso ministrado pelo INES.

**Equação básica:** número de concluintes com aproveitamento do Curso de Libras nos dois semestres letivos dividido pelo número de matriculados nos dois semestres letivos.

**Resultados:** 1.298 concluintes / 1.489 matriculados = **0,87**.

#### **Análise crítica:**

O resultado alcançado indica uma melhoria significativa (87%) na permanência e conclusão no Curso de Libras em relação ao exercício anterior (68%). O número de desistentes no Curso de LIBRAS, segundo o relato dos alunos, está relacionado principalmente às condições econômicas. O gasto com passagens é apontado como principal motivo de desistência e/ou trancamento da matrícula. Ao mesmo tempo, foi feita uma pesquisa direta com os alunos do Curso de Libras e 65% preferem a realização do Curso somente uma vez por semana.

Entre 2013 e 2014, foi resolvido o problema de terceirização por meio de um Concurso Público: todos os professores de Libras do INES passaram a ser professores concursados, o que concorre positivamente para o sucesso do Curso.

#### 4. Índice de qualificação da produção editorial científica do INES na área da surdez

**Objetivo:** aferir em que medida o produto editorial *Espaço*, informativo científico do INES a partir da nova Política Editorial – que visa difundir o conhecimento resultante de pesquisa na área da surdez – atende aos requisitos estipulados pelo Sistema Qualis, da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, para passar do Grau B4 para o Grau B3 até 2015. Buscar melhores resultados na avaliação do periódico científico institucional favorecerá a democratização do acesso à informação e ao conhecimento (via disponibilização on-line e indexação em bases de dados), em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), bem como a captação e divulgação de artigos originais de pesquisadores de ponta na área da surdez, em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência.

**Horizonte:** elevar o resultado da avaliação do período científico *Espaço*, do INES, no Sistema Qualis, da Capes, de B4 para B3 até 2015, por meio do cumprimento anual dos critérios próprios do Grau almejado. A meta é alcançar e manter o resultado 1, que indicará que todos os 10 quesitos estão plenamente atendidos.

**Equação básica:** número de itens plenamente atendidos pelo periódico científico *Espaço*, do INES, em relação aos critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, dividido pelo total de 10 (dez) critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, a seguir discriminados:

- “1 – (X) É publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica;
- 2 – (X) Atende às normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior);
- 3 – (X) Tem circulação nacional;
- 4 – ( - ) Está disponível on-line;
- 5 – (X) Possui periodicidade mínima de 2 números anuais;
- 6 – ( X ) Apresenta regularidade na edição dos números;
- 7 – ( - ) Possui conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições;
- 8 – (X) Publica ao menos 12 artigos por ano, com diversidade institucional dos autores;
- 9 – (X) Pelo menos 40% de artigos estão vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 10 – ( - ) Está indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

**Observações:** 1. Nos termos do sítio < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> >:

“Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de

periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.”

2. Nos termos do Documento de Área - Educação, disponível no sítio < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> >, os critérios que possibilitam a um periódico alcançar a classificação B3 são os seguintes:

“Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições . Publicar no mínimo 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores; pelo menos 40% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

**Resultados:** vide preenchimento dos quesitos acima: 70%.

#### **Análise crítica:**

O Resultado de 70% de atendimento dos critérios sinaliza a possibilidade de se alcançar, no médio prazo, uma elevação no Grau obtido no Sistema Qualis. Para tanto, encontra-se em análise minuta de Política Editorial para o Instituto, a ser divulgada, debatida e votada em 2015. O Instituto, e particularmente o Departamento onde se desenvolvem as ações da Comissão Editorial, passou a contar com Tradutor e Intérprete de Libras e o Instituto passou a contar com uma jornalista também concursada. O INES busca, junto ao Ministério do Planejamento cargos para o Quadro de Pessoal do INES relacionados ao seu papel editorial, incluindo Revisor de Texto, Fotógrafo; Web Designer, etc.

#### **5. Índice de democratização do acesso ao conhecimento e à informação na área da surdez, produzido e/ou disseminado pelo INES.**

**Objetivo:** aferir em que medida os conhecimentos e informações gerados e/ou veiculados pelo INES via produção editorial (vídeos institucionais, anais de eventos, livros, publicações avulsas, periódicos escaneados ou em versão eletrônica, documentos históricos, etc.) têm seu acesso democratizado – em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência e em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), no sentido de estarem disponíveis para visualização e/ou *download* no Portal do Instituto na internet, observadas as normas de acessibilidade e respeitados os direitos autorais e demais dispositivos legais vigentes.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de itens da produção editorial do INES disponíveis no Portal do Instituto na internet.

**Equação básica:** número de itens (títulos) da produção editorial do INES plenamente disponíveis no Portal do Instituto na internet dividido pelo número de itens (títulos) catalogados da produção editorial do INES.

**Resultados:** Segundo dados de 2014, os títulos catalogados da produção editorial do INES são 20 (vinte), 9 em texto e 11 em vídeo, a saber:

1. TEXTO

- Anais do Congresso (registro de evento)
- Arqueiro (periódico técnico)
- Espaço (periódico técnico-científico)
- Fórum (registro de evento)
- Série Histórica (documentos históricos do acervo)
- Vivendo Ciências (livro do aluno)
- Direitos da Pessoa Surda (manual)
- DST /AIDS (manual de orientação)
- INES: 150 anos (livro)

2. VÍDEO

- Série Educação de Surdos
- Arca de Noé
- Atlas Geográfico
- Cá entre Nós
- Dicionário de Libras
- Imagens do Invisível
- Implante Coclear
- Quando se Escuta com os Olhos
- Surdocegueira
- João e Maria em Libras
- Linguagem e Cognição (versão em Libras de uma obra acadêmica)
- Música Brasileira em Língua de Sinais: História, Política, Cultura
- Manuário – Dicionário Acadêmico Bilíngue Libras/Português

Desses 20 títulos, apenas 8 (cinco) encontravam-se disponíveis no Portal do Instituto na rede mundial de computadores ou via link para o sítio eletrônico da TV INES, o que corresponde a **40%**.

**Análise crítica:**

Encontra-se em reformulação o Portal do INES na internet e, além disso, prevê-se a disponibilização de todos os conteúdos nos próximos anos por meio da TV INES, web TV que entrou em funcionamento no mês de abril de 2013.

**6. Taxa de qualificação de profissionais ligados à educação de surdos por meio de eventos locais, nacionais e internacionais promovidos pelo INES.**

**Objetivo:** aferir em que medida os eventos promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez alcançam profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento das pessoas surdas em todo o Brasil.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nos eventos promovidos pelo INES.

**Equação básica:** número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nos eventos locais, nacionais e internacionais (Fóruns, Encontros, Seminários, Congressos, etc.) promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, dividido pelo total de participantes efetivos desses eventos.

**Resultados:** O total de participantes efetivos desses eventos foi de 5.466 (cinco mil quatrocentos e sessenta e seis) pessoas, sendo 5.256 profissionais diretamente ligados à educação de surdos nos eventos: Programa de Prática Profissional – PROPP (curso, 10 pessoas); assessorias técnicas realizadas pelo INES em todo o Brasil (187 participantes); Congresso Internacional (3.481 participantes); Seminário Educação e Surdez em São Luiz / MA, em parceria com o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS do Maranhão (500 participantes); palestras (542 participantes); Fóruns Educação, Linguagem e Surdez (536 participantes). Equação:  $5.256 / 5.466 = 0,96$ .

#### **Análise crítica:**

O resultado de **96%** deve-se a um esforço de definição de foco – na apresentação de eventos como congressos e fóruns, indicar o público alvo, para evitar a inscrição de pessoas que acabam não participando com proveito (alunos muito jovens; amigos ou parentes de surdos); o mesmo no estabelecimento de parcerias para seminários e assessorias técnicas – sendo deduzido o evento que contou majoritariamente com a presença de pais de alunos (Encontro de Pais de Surdos). A ampliação no total de profissionais capacitados deveu-se a um esforço de exibir o evento simultaneamente pela TV INES, acessível pela internet assim como via aplicativos para celulares, smartphones e smartTVs.

### **7. Participação de profissionais ligados à educação de surdos em ações de cooperação técnica com Estados e Municípios, promovidas pelo INES.**

**Objetivo:** aferir em que medida as ações de cooperação técnica com Estados e Municípios – promovidas pelo INES para apoiá-los na formulação e implementação de políticas públicas nessa área, visando à inclusão social e educacional das pessoas surdas, e para a difusão de conhecimentos e informações – têm alcançado profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento educacional das pessoas surdas em todo o Brasil.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nas ações de cooperação técnica do

INES com Estados e Municípios – Seminários, Assessorias Técnicas (de responsabilidade do INES) e Palestras de profissionais do INES em eventos locais, a convite dos organizadores.

**Equação básica:** número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nas ações de cooperação técnica promovidas pelo INES dividido pelo total de participantes nessas ações.

**Resultados: Equação:**  $1.229 / 1.229 = 1,0$ .

**Análise crítica:**

O índice de 100% reflete o interesse despertado bem como sinaliza a efetivação do papel do INES como centro de referência nacional na área da surdez. Em 2014, em termos de cooperação técnica no Brasil, o INES promoveu assessorias técnicas e palestras em todo o Brasil (729 profissionais participantes) e à realização de um Seminário Educação e Surdez em parceria com o Centro de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS do Maranhão (500 participantes). Deve-se trabalhar para manter a participação desse público específico e ampliar a realização de Seminários nas regiões que mais necessitem.

**Gestão de fundos do contexto de atuação da unidade**

**Não se aplica.**

## 6 Tópicos especiais de execução orçamentária e financeira

### 6.1. Programação e execução das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26104		UGO: 152005	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			65.393.681,00		36.124.613,00	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		8.409.199,00		3.251.000,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
<b>Outras Operações</b>						
Dotação final 2014 (A)			73.802.880,00		39.375.613,00	
Dotação final 2013(B)			65.556.595,00		70.524.133,00	
Variação (A/B-1)*100			12,58		-44,17	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			28.946.242,00			
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				

	<b>Créditos Cancelados</b>				
<b>Outras Operações</b>					
	<b>Dotação final 2014 (A)</b>	28.946.242,00			
	<b>Dotação final 2013(B)</b>	13.060.857,00			
	<b>Variação (A/B-1)*100</b>	121,625901			

Fonte: SIAFI Gerencial

### **Análise crítica:**

Para análise crítica dos quadros acima, destacamos que o orçamento do INES está dividido em dois grupos de despesas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. O primeiro está subdividido em: Pessoal e Encargos Sociais (1) e Outras Despesas Correntes (3). Já o segundo é composto apenas de Investimentos (vide coluna 4).

Em 2014, o orçamento do INES, aprovado na LOA, somado aos créditos suplementares, totalizou o montante de R\$ 142.124.735,00 (cento e quarenta e dois milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais) para as despesas correntes e de capital, sendo R\$ 73.802.880,00 (setenta e três milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e oitenta reais) com Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 39.375.613,00 (trinta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e treze reais) com outras despesas correntes e R\$ 28.946.242,00 (vinte e oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e dois reais) com investimentos.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 65.393.681,00, que comprovadamente não foram suficientes para custeá-las, face ao acréscimo de despesas ao longo do exercício, decorrente de ingresso de concursados no quadro de pessoal do Instituto, demandando um acréscimo de aproximadamente 12,86%, gerando um crédito suplementar de R\$ 8.409.199,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, do exercício de 2014 com o de 2013, houve um aumento de aproximadamente 12,58% (R\$ 8.246.285,00) ocasionado pelo ingresso de concursados no quadro de pessoal do INES e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Em relação às Outras Despesas Correntes, foi proposto o valor de R\$ 36.124.613,00, para o exercício de 2014, registrado na PLOA/LOA, havendo um crédito suplementar no valor de R\$ 3.251.000,00, referente à dotação por superávit financeiro do exercício anterior.

Para as Despesas de Capital, a dotação proposta no PLOA e aprovada na LOA foi da ordem de R\$ 28.946.242,00, não sendo necessário crédito suplementar.

Analisando os quadros acima detalhados, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período.

**Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>	150.014	152.005	12.306.2030.8744.0001			32.480,00
	153.163	152.005	12.364.2032.20RK.0042			665,19
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>						

Fonte: SIAFI Gerencial

**Análise crítica:**

Os créditos orçamentários recebidos por movimentação interna, no valor de R\$ 32.480,00, referem-se ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-Merenda, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, que objetiva propiciar alimentação adequada aos alunos matriculados na Educação Básica.

No ano de 2014, a despesa com a alimentação dos alunos matriculados no Colégio de Aplicação do INES foi de R\$ 599.875,75, sendo R\$ 567.395,75 com recursos orçamentários do INES e R\$ 32.480,00 com recursos do FNDE. Isso significa que o crédito recebido representa aproximadamente 5,41 % do valor total gasto para a referida despesa. Não registramos dificuldades para a cobertura do percentual restante, para o qual foram programados créditos originários da própria Unidade.

Os créditos orçamentários descentralizados pela UG 153163 - Universidade Federal de Santa Catarina, no valor de R\$ 665,19, foi para efetivação do pagamento, por meio da rubrica “Encargos de Curso e Concursos”, de um servidor que participou na banca de concurso publico para Carreira do Magistério Superior na referida Universidade.

Não houve movimentação externa.

**Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total**

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26104		UGO: 152005	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>9.064.567,83</b>	<b>8.589.120,83</b>	<b>9.064.567,83</b>	<b>8.490.414,05</b>
a) Convite		-		-
b) Tomada de Preços	226.422,13	226.422,13	226.422,13	226.422,13
c) Concorrência		-		-
d) Pregão	8.838.145,70	8.362.698,70	8.838.145,70	8.263.991,92

e) Concurso		-		-
f) Consulta		-		-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		-		-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.048.445,81</b>	<b>1.331.196,49</b>	<b>1.048.445,81</b>	<b>1.261.980,12</b>
h) Dispensa	495.992,61	472.988,79	495.992,61	440.845,22
i) Inexigibilidade	552.453,20	858.207,70	552.453,20	821.134,90
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>1.991,63</b>	<b>0,00</b>	<b>1.991,63</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos	1.991,63	-	1.991,63	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>76.217.248,86</b>	<b>67.618.013,76</b>	<b>76.217.248,86</b>	<b>67.618.013,76</b>
k) Pagamento em Folha	73.116.669,56	64.656.765,06	73.116.669,56	64.656.765,06
l) Diárias	87.291,04	230.791,05	87.291,04	230.791,05
m) Auxílio Alimentação	1.651.802,83	1.497.738,55	1.651.802,83	1.497.738,55
n) Auxílio Transporte	460.314,75	392.607,59	460.314,75	392.607,59
o) Auxílio Creche	35.668,40	23.455,95	35.668,40	23.455,95
p) Ressarcimento Ass. Médica	865.502,28	816.655,56	865.502,28	816.655,56
<b>5. Outros</b>	<b>108.217,82</b>	<b>128.147,41</b>	<b>108.217,82</b>	<b>128.147,41</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>86.440.471,95</b>	<b>77.666.478,49</b>	<b>86.440.471,95</b>	<b>77.498.555,34</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

**Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários**

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26104		UGO: 152005	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>9.064.567,83</b>	<b>8.589.120,83</b>	<b>9.064.567,83</b>	<b>8.490.414,05</b>
a) Convite		-		-
b) Tomada de Preços	226.422,13	226.422,13	226.422,13	226.422,13
c) Concorrência		-		-
d) Pregão	8.838.145,70	8.362.698,70	8.838.145,70	8.263.991,92
e) Concurso		-		-
f) Consulta		-		-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		-		-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.048.445,81</b>	<b>1.331.196,49</b>	<b>1.048.445,81</b>	<b>1.261.980,12</b>
h) Dispensa	495.992,61	472.988,79	495.992,61	440.845,22
i) Inexigibilidade	552.453,20	858.207,70	552.453,20	821.134,90
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>1.991,63</b>	<b>0,00</b>	<b>1.991,63</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	1.991,63	0	1.991,63	0

<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>76.217.248,86</b>	<b>67.618.013,76</b>	<b>76.217.248,86</b>	<b>67.618.013,76</b>
k) Pagamento em Folha	73.116.669,56	64.656.765,06	73.116.669,56	64.656.765,06
l) Diárias	87.291,04	230.791,05	87.291,04	230.791,05
m) Auxílio Alimentação	1.651.802,83	1.497.738,55	1.651.802,83	1.497.738,55
n) Auxílio Transporte	460.314,75	392.607,59	460.314,75	392.607,59
o) Auxílio Creche	35.668,40	23.455,95	35.668,40	23.455,95
p) Ressarcimento Ass. Médica	865.502,28	816.655,56	865.502,28	816.655,56
<b>5. Outros</b>	<b>108.217,82</b>	<b>128.147,41</b>	<b>108.217,82</b>	<b>128.147,41</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>86.440.471,95</b>	<b>77.666.478,49</b>	<b>86.440.471,95</b>	<b>77.498.555,34</b>
Fonte: SIAFI Gerencial				

#### **Análise crítica:**

Nas Despesas realizadas via Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, podemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo esta a mais utilizada para as contratações em 2014.

Podemos dizer que houve um acréscimo de R\$ 475.447,00, aproximadamente 5,69%, na modalidade Pregão, utilizada no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Quanto à contratação realizada na modalidade de Tomada de Preços, ainda é reflexo de contratações efetuadas em exercícios anteriores, e que ainda encontram-se em vigor no exercício de 2014, prática esta que não mais vem sendo utilizada no âmbito deste Instituto, senão por justificativas técnicas e dentro das normas vigentes.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, não há como alterar esses tipos de contratações uma vez que suas maiores incidências se referem aos serviços essenciais à manutenção da Unidade, tais como: luz, gás, água e tratamento de esgoto, serviços de publicações em Diário Oficial da União e serviços de Correios - e que comprovadamente não há firmas que executem esses serviços, pois muitos decorrem de contratos de concessões e outros por serem do próprio governo.

Em relação a suprimento de fundos, ocorreram despesas de pequeno vulto, na ordem de R\$ 1.991,63.

No tocante ao pagamento de pessoal, houve uma pequena variação, de aproximadamente 12,71% a mais sobre o exercício de 2013, ocorrendo tal variação pelo ingresso de concursados no quadro de pessoal do Instituto e pelo próprio aumento vegetativo da folha de pagamento.



44.90.52-Material Permanente	1.060.869,12	628.871,61	445.543,24	463.309,68	615.325,88	165.561,93	445.543,24	463.309,68
44.90.39-Out.serv.terc.PJ	104.798,26	0,00	104.798,26				104.798,26	
44.90.51-Obras	0,00	1.794.083,66		453.643,79		1.340.439,87		363.119,18
44.90.30-Material de Consumo	0,00	228.659,28		228.659,28		-		228.659,28
Demais elementos do grupo		63.630,00		55.831,00		7.799,00		55.831,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

**Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários**

<b>Unidade Orçamentária: Instituto Nacional de Educação de Surdos</b>					<b>Código UO: 26104</b>		<b>UGO: 152005</b>	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>1. Pessoal</b>								
<i>31.90.01-Aposentadorias</i>	31.471.922,75	28.517.440,95	31.471.922,75	28.517.440,95	0,00	0,00	31.471.922,75	28.517.440,95
<i>31.90.11-Vencimentos e Vant.</i>	26.306.799,55	22.904.838,71	26.306.799,55	22.904.838,71	0,00	0,00	26.306.799,55	22.904.838,71
<i>31.90.03-Pensionista</i>	7.689.158,43	7.203.326,43	7.689.158,43	7.203.326,43	0,00	0,00	7.689.158,43	7.203.326,43

Demais elementos do grupo	7.654.232,86	6.031.158,97	7.648.788,83	6.031.158,97	5.444,03	0,00	7.648.788,83	6.031.158,97
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
<i>33.90.39/91.39-Out.Serv.Terc.PJ</i>	8.019.190,62	16.885.791,25	5.310.457,51	4.537.144,76	2.708.733,11	12.348.646,49	5.310.457,51	4.459.746,22
<i>33.90.37-Locação mão-de-obra</i>	4.384.785,53	3.284.732,91	3.621.351,30	2.895.295,98	763.434,23	389.436,93	3.621.351,30	2.895.295,98
<i>33.90.46-Auxílio Alimentação</i>	1.545.949,25	1.418.764,31	1.545.949,25	1.418.764,31	0,00	0,00	1.545.949,25	1.418.764,31
<i>Demais elementos do grupo</i>	3.011.616,22	3.407.274,57	2.295.702,83	2.957.064,63	715.913,39	450.209,94	2.295.702,83	2.957.064,63
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4. Investimentos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
44.90.52-Material Permanente	1.060.869,12	628.871,61	445.543,24	463.309,68	615.325,88	165.561,93	445.543,24	463.309,68
44.90.39-Out.serv.terc.PJ	104.798,26	0,00	104.798,26	0,00	0,00	0,00	104.798,26	0,00
44.90.51-Obras	0,00	1.794.083,66	0,00	453.643,79	0,00	1.340.439,87	0,00	363.119,18
44.90.30-Material de Consumo	0,00	228.659,28	0,00	228.659,28	0,00	0,00	0,00	228.659,28
Demais elementos do grupo	0,00	63.630,00	0,00	55.831,00	0,00	7.799,00	0,00	55.831,00
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
FONTE:	Siafi							
Gerencial								

### **Análise crítica:**

Quanto às Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que, entre as despesas correntes, certamente aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

No exercício de 2014, o aumento da folha ocorreu pelo ingresso de concursados no quadro de pessoal do Instituto e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários - Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para docentes, bem como pela passagem de ativos para a inatividade.

Quanto às Outras Despesas Correntes, apresentam uma grande redução, comparando-se com o exercício de 2013, na natureza de despesa: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, tendo em vista que, em 2013, foram executadas despesas com reformas e restauração de instalações prediais, incluindo revisão e recuperação de toda a rede elétrica do INES, a fim de preservar o conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC e de resguardar o patrimônio institucional, a segurança e a integridade de todos aqueles que circulam pelo Instituto; bem como contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (interprogramas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis, ininterruptamente, para todo o território nacional.

Quanto à natureza de despesa - Locações de mão-de-obra, esta unidade visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, cozinheiro, etc..., sem os quais não poderia manter a unidade funcionando.



1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
33.90.32- Mat. Dist. Gratuita	32.480,00	31.900,00	32.480,00	31.900,00	0,00	0,00	32.480,00	31.900,00
33.90.36-Outros Serv. Terc. -PF	665,19	-	665,19	-		-	665,19	-
33.90.33- Passagens		-		-		-		-
Demais elementos do grupo		-		-		-		-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4. Investimentos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Fonte: SIAFI Gerencial								

#### **Análise crítica:**

Todos os créditos recebidos por esta Unidade, através de descentralização de créditos e/ou através de provisões concedidas, foram executados dentro do próprio exercício.

A descentralização concedida pelo FNDE, com vistas à aquisição de alimentação para alunos da Educação Básica, foi executada através de pregão eletrônico.

Quanto à provisão recebida da Universidade de Santa Catarina, no valor de R\$ 665,19, destinou-se à efetivação do pagamento através da folha de pagamento, por meio da rubrica “Encargos de Curso e Concursos” de um servidor que participou na banca de concurso público para Carreira do Magistério Superior na referida Universidade.

Em relação ao quadro A.6.1.3.6, no que se refere a despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação, não ocorreram nos exercícios de 2014 e 2013.

### 6.1. Despesas com ações de publicidade e propaganda

O INES não possui orçamento para esse tipo de ação.

### 6.2. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve em 2014.

### 6.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	R\$ 14.702.094,16	R\$ 8.497.609,83	R\$ 2.918.666,08	R\$ 3.285.818,25
2012	R\$ 238.136,80	R\$ 214.915,57	R\$ 14.926,29	R\$ 8.294,94
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	167.923,15	167.923,15	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
...				

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 6.3.1. Análise crítica

Em 2014, o INES movimentou na conta Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores o montante de R\$ 14.940.230,96, tendo sido cancelado o valor de R\$ 2.933.592,37 e sendo liquidado o valor de R\$ 8.712.525,40, ficando com saldo a pagar para o exercício de 2015, no valor de R\$ 3.294.113,19. O saldo de 2012, no valor de R\$ 8.294,94, refere-se a valor a ser pago de repactuação que se encontra em análise.

## 6.4. Transferências de recursos

**Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	

**LEGENDA**

<p><b>Modalidade:</b></p> <p>1 - Convênio</p> <p>2 - Contrato de Repasse</p> <p>3 - Termo de Cooperação</p> <p>4 - Termo de Compromisso</p>	<p><b>Situação da Transferência:</b></p> <p>1 - Adimplente</p> <p>2 - Inadimplente</p> <p>3 - Inadimplência Suspensa</p> <p>4 - Concluído</p> <p>5 - Excluído</p> <p>6 - Rescindido</p> <p>7 - Arquivado</p>
---	--

**Fonte:**

**Nota explicativa:** Não houve em 2014.

**Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES					
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0273-01					
<b>UG/GESTÃO:</b>	152005/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
<b>Convênio</b>	-	-	-	0,00	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	0,00	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	-	-	1	0,00	1.377.952,00	800.000,00
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	0,00	-	-
<b>Totais</b>	-	-	1	0,00	1.377.952,00	800.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

**Nota explicativa:** Em 2014, não houve instrumentos celebrados pela UJ, sendo que em 2012 e 2013 ocorreram repasses para a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, UG 153163, através de termo de cooperação, para execução do programa PROLIBRAS. O objetivo do PROLIBRAS é viabilizar, por meio de exames de âmbito nacional, a certificação de proficiência no uso e ensino da LIBRAS e de proficiência na tradução da LIBRAS.

**Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
<b>Nome:</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES			
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0273-49	<b>UG/GESTÃO:</b>	152005/00001	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Termo de cooperação	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	1.530.982,54	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado	-	

2012	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Fonte: SIAFI Gerencial				

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12 em R\$  
1,00

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome:							
CNPJ:		UG/GESTÃO:					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2014	Quantidade de Contas Prestadas						
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada				
			Quantidade Reprovada				
			Quantidade de TCE				
			Montante Repassado (R\$)				
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
			Montante Repassado (R\$)				
			Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
					Quantidade Reprovada		
	Quantidade de TCE						
	Montante Repassado (R\$)						
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
Montante Repassado (R\$)							
2013			Quantidade de contas prestadas				
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
	Quantidade Reprovada						
	Quantidade de TCE						
	Montante repassado						
Contas NÃO Analisadas	Quantidade						
	Montante repassado (R\$)						
2012	Quantidade de Contas Prestadas						

	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
<b>Exercício Anterior a 2012</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
<b>Fonte:</b>				

**Nota explicativa:** Não houve no período.

## 6.5. Suprimentos de fundos

### Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	152005	INES	-	-	7	35.000,00	5.000,00
2013		Não houve concessão	-	-	-	-	-
2012	152005	INES	-	-	3	15.000,00	5.000,00

Fonte: SIAFI

#### Análise crítica:

No Exercício de 2014, foi concedido a 7 supridos o valor total de R\$ 35.000,00, através do cartão de pagamento do Governo Federal, sendo que o maior limite individual foi da ordem de R\$ 5.000,00 e em 2013 não houve concessão.

### Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	152005	INES	-	-	-	-	1.991,63	1.991,63
2013	152005	INES	-	-	-	-	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

#### Análise crítica:

Em 2014, foi gasto com fatura do cartão de Pagamento do Governo Federal o valor de R\$ 1.991,63, sendo que em 2013 não houve utilização.

**Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
152005	INES	33.90.30	14	237,00
			24	926,43
			25	110,00
			26	718,20
			TOTAL	1.991,63

**Análise crítica:**

No exercício de 2014, a despesa executada por meio de cartão de Pagamento do Governo Federal referiu-se à aquisição de material de consumo, totalizando R\$ 1.991,63.

## 7. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados

### 7.1. Estrutura de pessoal da unidade

#### 7.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

##### 7.1.1.1. Força de trabalho da UJ

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	514	439	138	22
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	514	439	138	22
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	509	434	138	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	4		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	32	18	7	15
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	546	457	145	37

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

##### 7.1.1.2. Distribuição da lotação efetiva

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	218	221
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	218	221
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	213	221
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		18
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	218	239

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

### 7.1.1.3. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	9	9	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	9	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	9		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	70	38	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	70	37		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1		
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	79	47	0	0

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

#### Análise crítica:

Por meio das Portarias MPOG nº 242, de 04/7/2013, publicada no DOU de 05/7/2013, e nº 344, de 26/9/2013, publicada no DOU de 27/9/2013, o INES foi autorizado a realizar concurso público para provimento em caráter efetivo de cargos do quadro de pessoal, conforme quadro abaixo:

Cargo	Vagas
Professor da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	41
Técnico-Administrativo em Educação - Classe C	1
Técnico-Administrativo em Educação - Classe D	78
Técnico-Administrativo em Educação - Classe E	9
Professor do Magistério Superior	40

Neste sentido, algumas das carências do quadro de pessoal do Instituto foram supridas com o ingresso dos servidores aprovados no concurso realizado com base no Edital INES nº 29/2013 (DOU de 30/12/2013), cujas nomeações ocorreram a partir do mês de outubro de 2014.

Este ingresso de concursados demandou a avaliação, pela Unidade, dos contratos de professores temporários e/ou substitutos vigentes, nos termos da Lei nº 8.745/93, e levou à diminuição do número de professores contratados com base no aludido diploma legal.

Outro ponto que merece destaque é o elevado número de exonerações a pedido de servidores de nível médio da carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, tais como Assistente de Alunos e Assistente em Administração, motivadas em sua maioria por aprovações em outros concursos públicos.

Analisando o quadro anterior, podemos observar que as últimas autorizações para realização de concurso público e provimento de cargos em caráter efetivo concedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão contemplaram aproximadamente cento e setenta vagas, metade das quais se destinavam à área meio. Isto porque, ao longo da última década, o Instituto vinha pleiteando ao Ministério da Educação a recomposição de sua força de trabalho, iniciada de modo mais intenso, a partir de 2009, com a substituição de trabalhadores terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97.

A partir de 2015, estima-se uma elevação significativa no número de aposentadorias voluntárias, principalmente da carreira docente, que conta com pelo menos cinquenta profissionais que já preencheram os requisitos para requerê-la.

No tocante à carreira dos técnicos administrativos em Educação, contamos com cerca de vinte profissionais nesta situação. Aguardamos também a conclusão das nomeações de concursados nas vagas geradas por vacâncias do próprio concurso.

Considerando estes indicativos, estamos concluindo novo mapeamento de demandas para apresentar ao Ministério da Educação, a fim de solicitar nova autorização para realização de concurso público e/ou provimento de cargos.

### **7.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho**

A Unidade realizará, a partir de 2015, mapeamento das demandas por capacitação em consonância com as competências institucionais requeridas. No entanto, cumpre destacar que algumas categorias funcionais da carreira dos cargos Técnicos Administrativos em Educação, a exemplo, do Analista de Tecnologia da Informação (NS) e do Assistente de Alunos (NM), registram um significativo número de vacâncias, cujas ocorrências motivam-se por estrutura de carreira para o primeiro e por formação em nível superior ao exigido para o cargo, no caso do segundo.

### 7.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2014										0,00
	2013	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	28.759.158,32	520.025,60	1.950.569,02	5.740.665,64	1.443.962,89	1.200.404,24	NA	17.114,28		39.631.899,99
	2013	13.225.730,11	3.945.620,42	4.114.803,23	117.049,47	NA	1.077.370,35	NA	915.525,70	NA	23.393.099,61
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2014	76.197,32	NA	8.602,33	26.636,70	8.952,00	3.722,40				124.110.750,00
	2013	36.303,65	NA	3.223,23	2.889,53	NA	4.279,59	NA	NA	NA	46.696,00
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014	983.433,79		54.416,52	17.472,87	106.904,72	NA	NA	NA	NA	1.162.227,90
	2013	882.472,93	NA	64.199,50	NA	NA	NA	NA	NA	NA	946.672,43

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos e Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (INES)

## 7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

### 7.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201313588/001, de 22 de outubro de 2013, a Controladoria Geral da União, recebemos planilha contendo indícios de exercício de outra atividade remunerada por três professores com dedicação exclusiva; e/ou pertenceram, em dezembro de 2011, ao quadro societário de Sociedade Privada, na qualidade de Acionista diretor; e/ou Acionista presidente; e/ou Administrador; e/ou Diretor; e/ou Presidente; e/ou Sócio-gerente; e/ou Sócio administrador; e/ou Tesoureiro.

Procedemos à análise das ocorrências constantes das planilhas e informamos à CGU sobre a instauração de Processos Administrativos Disciplinares, de nº 23121.002123/2013-37; n.º 23121.002130/2013-39 e n.º 23121.002126/2013-71, a fim de apurar possíveis irregularidades.

Os resultados dos referidos processos foram os seguintes:

- Processo nº 23121.002126/2013-71 – Professora Ana Maria Vargas da Silva – Processo concluído em 04/4/2014 e arquivado, conforme Portarias e Julgamento. Não há valores a restituir ao erário;
- Processo nº 23121.002123/2013-37 – Professora Silene Pereira Madalena – Processo concluído em 12/5/2014. Aplicada a penalidade de Advertência, conforme Portarias e Julgamento. Não há valores a restituir ao erário;
- Processo nº 23121.002130/2013-39 – Professora Leila Maria Dias Manhães de Paula – Processo concluído em 10/12/2014. Aplicada a penalidade de Advertência, conforme Portarias e Julgamento. Foi solicitada à Unidade de Recursos Humanos do INES a adoção das providências para o ressarcimento ao erário, observado o relatório final. A servidora interpôs recurso, que foi encaminhado ao Ministério da Educação.

Os processos encontram-se integralmente cadastrados no Sistema CGU-PAD.

### 7.1.4.2 Terceirização irregular de cargos

**Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada**

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Assistente Educacional de LIBRAS	0	0	14		
Intérprete de LIBRAS	0	0	25		
Instrutor de LIBRAS	0	0	16		
Nutricionista	0	0	1		
Coordenador de Suporte	0	1	1		
Analista de Suporte	0	5	5		
Programador	0	0	2		
Analista de Tecnologia	1	1	1		
Analista de Sistemas	3	3	1		
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					
No concurso realizado por meio do Edital nº 29/2013 (DOU de 30/12/2013), foram oferecidas dez vagas para o cargo de Técnico em Tecnologia da Informação. Neste sentido, o Contrato nº					

31/2011, celebrado com a empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A, para prestação de serviços de suporte em Tecnologia da Informação, que contava com 1 Coordenador de Suporte e cinco Analistas de Suporte, foi rescindido amigavelmente em 03 de dezembro de 2014, quando os profissionais concursados foram empossados.

No tocante ao cargo de Analista de Tecnologia da Informação, apesar de termos realizado concurso para provimento em caráter efetivo de três vagas em 2012 (Edital nº 09/2012 – Dou de 04/12/2012), só conseguimos prover o quadro de pessoal com três concursados em janeiro de 2015, observadas as vacâncias originadas do próprio concurso. Desse modo, o Contrato nº 13/2012, celebrado com a empresa CSP Consultoria e Sistemas Ltda., em vigor até 24 de junho de 2015, deverá ter sua continuidade avaliada em função do período transcorrido entre a composição efetiva do quadro de pessoal com três Analistas de Tecnologia da Informação e a conclusão da necessária transferência de conhecimento decorrente dos serviços prestados pela aludida empresa.

Fonte: Coordenação d Recursos Humanos (INES)

### 7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

A Unidade realizará, a partir de 2015, mapeamento das demandas por capacitação em consonância com as competências institucionais requeridas. No entanto, cumpre destacar que algumas categorias funcionais da carreira dos cargos Técnicos Administrativos em Educação, a exemplo, do Analista de Tecnologia da Informação (NS) e do Assistente de Alunos (NM), registram um significativo número de vacâncias, cujas ocorrências motivam-se por estrutura de carreira para o primeiro e por formação em nível superior ao exigido para o cargo, no caso do segundo.

### 7.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

#### Indicadores gerenciais de recursos humanos

#### 1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto

**Objetivo:** aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

**Horizonte:** diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

**Equação básica:** número de servidores técnico-administrativos terceirizados dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

**Resultados e análise crítica:** Ao final de 2013, todo o quadro técnico administrativo do INES, nos termos da legislação vigente, já era composto exclusivamente de servidores efetivos concursados. O INES alcançou a meta, em cumprimento à legislação vigente e às indicações dos órgãos de controle.

#### 2. Taxa de prontidão bilíngue do corpo técnico-administrativo do INES

**Objetivo:** aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

**Horizonte:** ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

**Equação básica:** número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

**Observação:** Em 2015, serão criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador. O ingresso de significativo número de servidores surdos concursados que se deu em 2013 e 2014 tem demandado um esforço de capacitação em Libras dos servidores ouvintes.

### 3. Índice de titulação do corpo técnico-administrativo do INES

**Objetivo:** mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

**Equação básica:** índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a  $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$  dividido por  $G + A + E + M + D$ , onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

**Observação:** Em 2013 teve início um levantamento detalhado, inclusive para nortear a implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES e seu Programa de Apoio.

### 4. Taxa de capacitação de servidores públicos federais em exercício no INES em processos de qualificação e requalificação

**Objetivo:** aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

**Equação básica:** número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

**Observação:** Em 2013, teve início a implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES. Iniciadas as medidas de incentivo e apoio, o Instituto deverá criar instrumentos para aferir este Indicador.

## 7.2 Contratação de mão-de-obra de apoio e estagiários

### 7.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES													
UG/Gestão: 152005/00001							CNPJ: 00.394.445/0273-01						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Nº 13/11	29.000.841/0001-80	17/02/2011	16/02/2015	27	27					P
2014	V	O	Nº 15/2014	03.372.304/0001-78	01/05/2014	30/04/2015	39	39					A
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

## 7.2.2 Locação de mão-de-obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

**Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES													
UG/Gestão: 152005/00001							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	Nº 11/2009	03.372.304/0001-78	30/04/2009	0/04/2014	32	32					E
2010	8	O	Nº 14/2010	32.155.798/0001-37	10/05/2010	10/05/2014	1	1	1	1			E
2010	12	O	Nº 23/2010	29.000.841/0001-80	21/06/2010	21/06/2015	3	3					P
2010	2	O	Nº 26/2010	04.057.771/0001-76	02/07/2010	01/07/2014	5	5					E
2011	12	O	Nº 13/2011	29.000.841/0001-80	17/02/2011	16/02/2015	27	27					P
2011	12	O	N 14/2011	06.098.311/0001-11	01/03/2011	28/02/2014	3	2					E
2011	9	O	Nº 22/2011	07.710.046/0001-43	31/05/2011	31/05/2015	7	7					P
2011	3	O	Nº 31/2011	58.069.360/0001-20	26/07/2011	31/12/2014			6	6			P
2012	4	O	Nº 11/2012	09.186.082/0001-85	28/05/2012	27/05/2014	17	17					E
2012	3	O	Nº 12/2012	32.185.480/0001-07	25/06/2012	24/06/2015					1	1	P
2012	3	O	Nº 13/2012	32.203.135/0001-40	25/06/2012	24/06/2015					3	3	P
2012	12	O	Nº 08/2012	27.815.174/0001-69	06/03/2012	05/03/2015			5	5			P

2013	5	O	Nº 4/2013	14.793.641/0001-55	01/03/2013	28/02/2015			23	23			P
2013	4	O	Nº24/2013	03.358.040/0001-06	11/09/2013	10/09/2015			18	18			P
2014	2	O	Nº 34/2014	07.360.788/0001-96	31/11/2014	31/11/2015	5	5					E
2014	8	O	Nº 18/2014	11.013.411/0001-38	14/07/2014	14/07/2015	3	3	2	2			P
2014	12	O	Nº 03/2014	08.228.161/0001-49	10/03/2014	10/03/2015	4	4					P
2014	1	O	Nº 152014	03.372.304/0001-78	01/05/2014	30/04/2015			38	38			P

Observações:

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

### 7.2.3 Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

De forma geral, ainda persistiram algumas dificuldades na regularidade dos serviços prestados, especialmente no que se refere aos intervalos intrajornada e cobertura de postos em virtude de férias e demais afastamentos. Tais ocorrências demandaram providências da fiscalização, que além de expedirem ofícios, notificando as irregularidades e glosarem parcelas das faturas, solicitaram reuniões presenciais e, em certos casos, demandaram a instrução de processos de aplicação de penalidade.

Precisamente, no contrato de nº. 22/2014, junto à empresa Di Laroce Consultoria Projetos e Treinamentos Eireli, cujo objeto foi a contratação de serviços continuados de 06 (seis) motoristas, houve as seguintes ocorrências:

- 1) Aplicação da penalidade de Advertência, com fulcro no Inciso I, do Art. 87, da Lei de Nº. 8.666/93, em função do não pagamento dos salários, auxílio alimentação e vale transporte do seus empregados;
- 2) Aplicação de Multa Pecuniária, no valor total de R\$ 1.203,65 (Um mil, duzentos e três reais e sessenta e cinco centavos), com fulcro nos Incisos I, II e parágrafo segundo, da Lei de Nº. 8.666/93, em função da reincidência de descumprimento contratual (não pagamento dos salários, e benefícios dos seus empregados);
- 3) Rescisão Unilateral do Contrato de nº. 22/2014, com fundamento no Inciso I, Art. 79, c/c o Art. 78, Incisos I, II, III, IV e V, da Lei de Nº. 8.666/93 e em consonância com a cláusula Décima Primeira do supracitado contrato, conforme justificativas e ocorrências registradas nas folhas de nº. 505 a 508 do Processo Administrativo de Nº. 23121.000397/2014-72.

### 7.2.4 Contratação de estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	0	0	0	0	0,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	0	0	0	0	0,00
<b>Análise Crítica</b>					

**Nota explicativa:** O INES não contou com quadro de estagiários em 2014.

## **8. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário**

### **8.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros**

#### **Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
  - Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950;
  - Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996;
  - Instrução Normativa nº 9, de 26 de agosto de 1994, do Ministério do Estado da Administração Federal e Reforma do Estado;
  - Lei 8.112/90.
  
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Os veículos disponíveis são vitais para o pleno funcionamento do Instituto. Por meio da sua frota veicular, o INES assegura o atendimento de todas as suas demandas logísticas. Considerando os seus 11.000m<sup>2</sup> de área edificada e seus 44.000m<sup>2</sup> de área geográfica, destaca-se e ratifica-se como iniciativa pioneira a aquisição, em 2011, do Carro Elétrico, movido a bateria elétrica recarregável, utilizado para o transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção, consoante a matéria disposta no Decreto de nº 5.296/2004.
  
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CLASSIFICAÇÃO	QUANT.	GRUPO
Renault	Logan Sedan	2007/2008	Flex	KXP 1129	Veículo de serviço	01	IV-A
Renault	Logan Sedan	2013	Flex	KPW 3406	Veículo de serviço	01	IV-A
Volkswagen	Kombi	2008/2009	Flex	KNT 4433	Veículo de serviço	01	IV-A
Volkswagen	Parati	2005	Flex	KQQ 2647	Veículo de serviço	01	IV-A
ZC 2068 6P, com 01 cadeirante.	Veículo Elétrico Obs. Fabricado sob encomenda.	2011	Bateria Recarregável	LUX 9656	Veículo de serviço utilizado para transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004	01	IV-A
Agrale	Microônibus	2007/2008	Diesel	LUX 9656	Veículo de uso coletivo	01	IV-D
Fiat	Van-Ducato	2007/2008	Diesel	LUV 9886	Veículo de uso coletivo, adaptado com plataforma elevatória, com vistas ao transporte de cadeirante. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004.	01	IV-D
Fiat	Van Ducato	2010	Diesel	LLM 5271	Veículo de uso coletivo	01	IV-D

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

<b>GRUPO</b>	<b>VEICULO</b>	<b>MÉDIA DE KM</b>
IV-A	Logan sedan 2007/2008	<u>12.213KM</u>
	Kombi	<u>7.126KM</u>
	Parati	<u>8.921KM</u>
	Carro elétrico	<u>Não dispõe de hodômetro</u>
	Logan Sedan 2013	<u>2.304KM</u>
IV-D	Ônibus	<u>1.248KM</u>
	Van LLM 5271	<u>4.805KM</u>
	Van LUV 9886	<u>9.233KM</u>

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

<b>GRUPO</b>	<b>MÉDIA</b>
IV-A	6,2 anos
IV-D	7 anos

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);
- Combustíveis e Lubrificantes Automotivos: R\$ 19.414,57
  - Manutenção de Veículos: R\$ 12.596,08
  - DPVAT: R\$ 1.055,19
  - Seguro dos Veículos: R\$ 4.383,79
  - Acessórios para Veículos: 0,00
  - Instalação de Plataforma Elevatória para Acessibilidade: R\$ 0,00
  - Total: R\$ 37.449,63
- g) Plano de substituição da frota;  
Está em fase elaboração o plano de diretrizes para a substituição de veículos. No entanto, vale a pena esclarecer que os veículos em funcionamento são revisados periodicamente – manutenção preventiva e corretiva –, assegurando-se as condições essenciais de utilização.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;  
Atividades fins e meios da Instituição.

- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.  
Adoção de todos os procedimentos de segurança que garantam a utilização da frota de veículos.

### **Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;  
Não se aplica no caso do INES.
- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;  
Não se aplica no caso do INES.
- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;  
Não se aplica no caso do INES.
- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;  
Não se aplica no caso do INES.
- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;  
Não se aplica no caso do INES.
- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;  
Não se aplica no caso do INES.
- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;  
Não se aplica no caso do INES.
- h) Idade média anual, por grupo de veículos;  
Não se aplica no caso do INES.
- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;  
Não se aplica no caso do INES.
- j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.  
Não se aplica no caso do INES.

### **8.2.Gestão do patrimônio imobiliário**

## 8.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	<b>UF 1 – Rio de Janeiro</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
	município 1 – Rio de Janeiro	9	9
	município 2		
	município “n”		
	<b>UF “n”</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>9</b>	<b>9</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>9</b>	<b>9</b>

## 8.2.2 Imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
152005	600100390.500-5	21	3	120.429.991,00	14.01.2005	173.735.968,71		
152005	600103032.500-6	Locação para terceiros	3		18.01.2013	218.962,73		
152005	600104260.500-9	Locação para terceiros	3		18.01.2013	382.820,02		
152005	600104666.500-6	Em regularização - outros	3		18.01.2013	221.904,93		

152005	6001046667.500-1	Em regularização - outros	3		18.01.2013	428.133,88			
152005	600104668.500-7	Em regularização - outros	3		18.01.2013	181.710,02			
152005	600104669.500-2	Em regularização - outros	3		18.01.2013	181.710,02			
152005	600104670.500-8	Em regularização - outros	3		18.01.2013	250.362,86			
152005	600104671.500-3	Em regularização - outros	3		18.01.2013	246.423,86			
<b>Total: 175.847.997,03</b>								0,00	0,00
<b>Fonte: SPIUnet</b>									

**Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel		

**Nota explicativa:** não ocorreu em 2014.

**8.2.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ**

**Nota explicativa:** O INES não tem sob sua responsabilidade imóveis funcionais da União.

#### **8.2.4 Análise crítica dos itens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3**

Os bens imóveis relacionados no quadro A.8.2.2.1, de propriedade da União e sob responsabilidade e cadastrados via SPIUNET na UG do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, são controlados pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU/RJ. No âmbito do INES, o gerenciamento do Patrimônio é realizado pelo Serviço de Patrimônio, setor este ligado tecnicamente ao Departamento de Planejamento e Administração – DEPA/INES.

Em relação aos imóveis que se encontram em fase de regularização e imóveis ocupados irregularmente, tecemos as seguintes elucidaciones:

Foi emitido o Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ, frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo às orientações da Controladoria Regional da União, foi solicitado novo prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES, de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES, de 15/08/2013, e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então viabilizar que o INES dê prosseguimento à solução das pendências, relativas a bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de nova solicitação de dilatação de prazo para atendimento da recomendação por parte do INES. Já em relação aos imóveis ocupados por familiares de servidores falecidos, dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, foi solicitada ao INES a emissão da Notificação Extrajudicial, solicitando a desocupação dos imóveis ocupados por familiares de servidores já falecidos. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntária o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou os imóveis. Em face deste fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou os préstimos da Procuradoria Regional da União, no sentido de promover as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis, ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Todavia, os imóveis ainda continuam ocupados. Portanto, considerando que o INES não possui atribuição de caráter jurídico, a regularização dessas pendências independe da sua vontade. Estamos aguardando novas investidas da Procuradora Regional da União para a consecução dos feitos desejados.

#### **8.3 Imóveis locados de terceiros**

**Nota explicativa:** O INES não tem sob sua responsabilidade bens imóveis locados de terceiros.

## 9. Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento

### 9.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
47/2011	Suporte técnico (service desk) e manutenção de equipamentos de informática	26/07/2012 a 31/12/2014	58.069.360/0001-20	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S/A	R\$ 247.005,96	R\$ 226.422,13
13/2012	Serviços de suporte à infraestrutura de TI	25/06/2012 a 24/06/2015	32.203.135/0001-40	CSP CONSULTORIA E SISTEMAS	R\$ 329.949,72	R\$ 302.453,91
12/2012	Serviços de suporte à infraestrutura de TI	25/06/2012 a 24/06/2015	32.185.480/0001-07	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA.	R\$ 89.012,16	R\$ 81.594,48

## 10 Gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

### 10.1 Gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<b>Considerações Gerais:</b> Em relação aos aspectos da gestão ambiental, infere-se que ainda devemos aperfeiçoar e implementar procedimentos, com vistas à efetivação de práticas ambientais sustentáveis. Destaca-se como ponto positivo, as iniciativas relativas a inclusão de exigências desta natureza nos Termos de Referências, utilizados no processo de contratação de serviços e aquisição de materiais.			

## 11 Atendimento de demandas de órgão de controle

### 11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão TCU

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 020.830/2014-9				Ofício 0498/2014-TCU/SecexAdmin, de 28/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Diligência: Responder ao questionário “Perfil de Governança Pública e das Aquisições – Ciclo 2014”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Questionário respondido.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O questionário em referência contribui para a melhoria do desempenho das organizações públicas federais.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.					

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.6	DE	Ofício nº 2.342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Buscar o reforço da atuação da área de Tecnologia da Informação do Instituto, com contratação de pessoal especializado por meio de concursos públicos, capacitação do pessoal já alocado a essa área, implantação dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação e também busca de orientação ministerial para alinhamento a políticas unificadas no setor.					

<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
No período de 2012 a 2014, foram realizados dois concursos públicos para o provimento de cargos de Analista de Tecnologia da Informação (três vagas) e de Técnico em Tecnologia da Informação (10 vagas). Também foi concluído o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que será implementado a partir de 2015.	
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
<p>Por meio da Portaria MPOG nº. 450, de 28/09/2012 (DOU de 19/09/2012), obtivemos autorização para realizar concurso público para provimento de 03 cargos de Analista de Tecnologia da Informação. O Edital nº. 09/2012 foi publicado no DOU de 04/12/2012 e a homologação do concurso foi publicada no DOU de 20/03/2013. Dessa forma, tomaram posse e entraram em exercício, até 2014, apenas, 02 analistas, sendo que o último em novembro/2012. A nomeação do terceiro Analista de TI aprovado no concurso, após recorrentes vacâncias do próprio concurso, só ocorreu em dezembro de 2014. A partir de 2015, a composição inicial do quadro de pessoal da área no Instituto e a implantação efetiva dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação possibilitarão o início da implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação recém-elaborado. Além disso, temos investido nas propostas de capacitação de profissionais do quadro do INES que atuam nesse campo, a fim de aprimorar o desenvolvimento de suas competências individuais. Muitas destas capacitações ocorreram em parceria com Instituições ligadas à área de TI; Rede COMEP/RNP.</p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>Como ponto positivo, destacamos o investimento em atividades de capacitação e, como ponto negativo, destacamos a ausência de quadro de pessoal efetivo na área de TI, sobretudo pelo não preenchimento das vagas oferecidas, decorrente de pedidos de exoneração dos servidores recém-nomeados por motivo de aprovação em outros concursos públicos. Além disso, a insuficiência de profissionais desta área, tendo em vista as inúmeras ações assumidas pelo INES: PROLIBRAS, Programa <i>Viver Sem Limite</i>, TV INES.</p>	

## 11.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno(OCI)

### Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001. adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo as orientações da Corregedoria Regional da União, foi solicitado no prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES de 15/08/2013 e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então permitir que o INES dê prosseguimento a solução das pendências, relativas bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos, citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de novo solicitação de dilatação por parte do INES.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Ponto positivo: esforço inabalável por parte da CGU/RJ para a solução desta pendência. Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação sob responsabilidade da GRPU/RJ;

**Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108900	<b>Constatação 07 - Recomendação nº 03</b>	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001. adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional. Três imóveis encontram-se irregularmente ocupados por familiares de servidores já falecidos. Em vista disso, foi enviado o ofício nº. 015/2013/GAB/INES, de 17 de janeiro/2013, para a Procuradoria Regional da União, solicitando providências no sentido de obter a reintegração da posse das mesmas. Como resposta aquela Procuradoria Regional da União, solicitou por meio do Ofício de Nº. 0178/25/2013-PRU/RJ, datado de 04/02/2013 a necessidade envio de documentação relativa aos feitos. Tal documentação foi encaminhada para a referida Procuradoria por meio do Ofício de Nº. 058/2013/GAB/INES, datado de 25/02/2013. Por razões externas, a referida Procuradoria solicitou o reenvio da documentação citada por meio do Ofício nº. 1154/25/2014-PRU/RJ/CPAM, datado de 19/02/2014. Assim, o INES reenviou toda a documentação solicitada, por meio do Ofício de Nº. 064/2014GAB/INES, datado de 24/02/2014. Dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, foi solicitada ao INES a emissão da Notificação Extrajudicial, solicitando a desocupação dos imóveis ocupados por familiares de servidores já falecidos. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntário o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou os imóveis. Em face desse fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou os préstimos da Procuradoria Regional da União as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Todavia, os imóveis ainda continuam ocupados. Portanto, considerando que o INES não possui atribuição de caráter jurídico, a regularização dessas pendências independe da sua vontade. Estamos aguardando novas investidas da Procuradora Regional da União para a consecução dos feitos desejados.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ, frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo as orientações da Corregedoria Regional da União, foi solicitado no prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES de 15/08/2013 e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então viabilizar que o INES dê prosseguimento a solução das pendências, relativas bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos, citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de novo solicitação de dilatação por parte do INES. Já em relação aos imóveis ocupados por familiares de servidores falecidos, dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, foi solicitada ao INES a emissão da Notificação Extrajudicial, solicitando a desocupação dos imóveis ocupados por familiares de servidores já falecidos. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntário o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou os imóveis. Face a este fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou os préstimos da Procuradoria Regional da União, no sentido de promover as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis, ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Todavia, os imóveis ainda continuam ocupados. Portanto, considerando que o INES não possui atribuição de caráter jurídico, a regularização dessas pendências independe da sua vontade. Estamos aguardando novas investidas da Procuradora Regional da União para a consecução dos feitos desejados.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Ponto positivo: Articulação junto à Procuradoria Regional da União, no sentido de encontrar soluções para os impasses registrados. Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação.

Fonte: Serviço de Patrimônio/INES

### 11.3. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei 8.730/93

#### 11.3.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

**Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	47	47	2014
	Entregaram a DBR	47	47	2014
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

#### 11.3.2. Situação do cumprimento das obrigações

A Coordenação de Administração de Recursos Humanos do INES, unidade interna responsável pelo gerenciamento da recepção das Declarações de Bens e Rendas, solicita formal e anualmente a entrega do aludido documento pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93, que pode se dar em papel armazenado em envelope lacrado ou por meio de autorização para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil. Para tanto, não conta com sistema informatizado nem realiza qualquer tipo de análise das Declarações de Bens e Rendas com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

#### 11.4. Medidas adotadas em caso de dano ao erário

**Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		

**Observação:** Não houve dano ao erário no âmbito desta UJ em 2014.

## 11.5. Alimentação SIASG e SICONV

### Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

#### DECLARAÇÃO

Eu, MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE, CPF nº 732.846.617-00, Diretora do Departamento de Planejamento e Administração - DEPA, do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2015.

**MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE**

**CPF: 732.846.617-00**

**Diretora do Departamento de Planejamento e Administração – DEPA/INES**

## **12 Informações contábeis**

### **12.1. Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público**

No âmbito deste Instituto, importante trabalho vem sendo feito no sentido de implementar as disposições da NBC T 16.9, que “*estabelece os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão*” e da NBC T 16.10 que “*estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público*”.

Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) ainda não está aplicando os dispositivos contemplados nas NBC T 16.9 e 16.10, em função de ter adquirido solução técnica de TI confiável para gerenciamento de patrimônio e almoxarifado e para realização dos cálculos necessários em agosto de 2014, como será a seguir detalhado, considerando que a aplicação dos dispositivos acima mencionados está condicionada à existência de uma ferramenta sistêmica totalmente confiável de bens da UJ, devidamente atualizada, para fins de processamento de cálculos contábeis.

Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobra Física, Sobra Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em 03/12/2013, por meio do Ofício de N°. 695/2013/DG/INES. Tal mapeamento e modelagem de dados constituíram primeira e importante etapa de todo o processo a ser efetivado.

Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que se encontra em fase de depuração de dados.

Assim, para a implantação dos dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, também tomamos as providências necessárias para a modernização e sistematização dos controles patrimoniais, tendo como a primeira etapa a realização de instrução processual, cujo objeto deteve-se à aquisição de sistema informatizado de gestão patrimonial, através de licitação.

Efetuamos a contratação de suporte técnico especializado para o fornecimento de software de gestão pública, a partir da data de 05/08/2014, conforme contrato de N°. 23/2014, relativo ao Processo de N°. 23.121.000020/2014-13, que também envolve serviços de solução de automação do patrimônio/almoxarifado inerente ao nosso Instituto. A implantação está em andamento e com a previsão de término para maio/2015, considerando a totalidade das demandas relativas às áreas citadas.

Em síntese, realizamos os seguintes procedimentos técnicos: migração dos dados contidos nos registros de planilhas de que dispúnhamos e o levantamento e re-emplacamento de todos os bens móveis do acervo (em finalização). Seguidamente, serão realizados os cotejamentos e a reavaliação dos bens adquiridos até 31/12/2009.

Assim, diante dos compromissos assumidos, nos últimos anos, enviamos, por meio eletrônico, as prévias dos seguintes relatórios:

- 1) Prévia do Relatório Analítico de Bens Móveis - Por Conta;
- 2) Prévia do Relatório Sintético de Depreciação;
- 3) Prévia do Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

Por fim, ressaltamos que os trabalhos ainda não foram totalmente finalizados, e esperamos que, em tempo breve, consigamos regularizar por derradeiro todas as pendências apontadas.

### **12.2. Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas**

O Instituto Nacional de Educação de Surdos não é responsável pelo gerenciamento de Programas nem é responsável integralmente por uma Ação, mas somente por Subtítulos de Ação.

### **12.3. Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada**

A verificação da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Educação de Surdos é realizada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação.

Os dados informados neste item foram obtidos por meio de consulta às transações >CONCONFREG e >CONCONFCON do Sistema SIAFI e referem-se ao registro de ocorrências/restrições relativas a inconsistências ou desequilíbrios apresentados no Balancete e nos Auditores Contábeis do SIAFI (CONCONTIR e CONINCONS), no caso da Conformidade Contábil; e à falta de registro ou registro com restrições referente à Conformidade de Registros de Gestão, extraídos da transação mencionada acima.

De periodicidade mensal, o registro foi feito sistematicamente de janeiro a dezembro de 2014, em todas as Unidades Gestoras Executoras da Administração Direta, dentre elas a UG 152005 – Instituto Nacional de Educação de Surdos. As unidades que não apresentaram ocorrências também foram objeto de registro, do tipo “SEM RESTRIÇÃO”.

#### **12.3.1 Descrição do processo da Conformidade Contábil**

A conformidade contábil é realizada pela Setorial de Contabilidade do MEC - UG 150003, nos termos Decreto 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e do Manual SIAFI, macrofunção 02.03.15, que trata da Macrofunção da Conformidade Contábil. O registro mensal é efetuado por contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, lotado em unidade gestora setorial contábil e credenciado no SIAFI para este fim. A segregação de funções é observada no processo de registro, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº. 01, de 06 de abril de 2001.

A conformidade contábil é registrada no Sistema SIAFI nas Unidades Gestoras Executoras citadas acima (Conformidade de UG), no órgão 26000 (Conformidade de Órgão - compreende as unidades da administração direta) e no órgão 26000 (Conformidade de Órgão Superior - compreende o órgão vinculado 26000 da administração direta + os órgãos e entidades da administração indireta).

Para o registro da conformidade contábil são adotados os seguintes procedimentos:

- Levantamento de todas as equações do auditor contábil CONCONTIR consideradas na Conformidade Contábil e que apresentarem desequilíbrio (cerca de 115 equações), por UG (administração direta);
- Levantamento dos saldos Invertidos na transação Balancete, por UG (administração direta);
- Extração de consulta no SIAFI Gerencial das unidades que fizeram o cálculo da Depreciação dos Bens Móveis, para verificação do mesmo e da compatibilidade da sua evolução ao longo do exercício, com base na média aritmética dos meses;
- Extração de consulta no SIAFI Gerencial sobre a Dedução da Receita para verificação da retificação das naturezas de receita referentes às contas apontadas no auditor contábil CONINCONS;
- Registro de ocorrência para a UG que não envia as informações sobre o RMA e o RMB;
- Verificação do registro da Conformidade de Registros de Gestão, por meio de consulta à transação >CONCONFREG.

### 12.3.2 - Ocorrências apontadas em 2014

- a) Alerta<sup>1</sup> - sinaliza a existência de uma ocorrência que impede a verificação da regularidade dos registros, como por exemplo, a falta de envio do RMA e do RMB para conciliação com os dados contábeis.

Unidade Gestora	Quantidade de Restrições	Código da Restrição *
152005 - INES	02	302, 315

**\*Descrição da restrição: disponível na transação >CONRESTCON**

302 - Falta e/ou Atraso de Remessa do RMA e RMB;

315 - Falta/Restrição Conformidade Registros de Gestão;

- b) Ressalva<sup>2</sup> - indica uma ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis, como por exemplo: saldos invertidos, uso indevido de eventos ou situações no CPR, registro na conta “Outros” do auditor CONINCONS acima do percentual estabelecido na transação CONPARINC, entre outros.

Unidade Gestora	Quantidade de Restrições	Código da Restrição *
152005 - INES	02	642 e 652

**\*Descrição da restrição: disponível na transação >CONRESTCON**

642 - Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado.

652 - Saldo Invertido - Ativo Compensado

### 12.3.3 - Ocorrências não sanadas no exercício de 2014

#### a) UG 152005 - INES:

- 302 - Falta e/ou Atraso de Remessa do RMA e RMB: Durante o exercício de 2014, esta unidade gestora não encaminhou à Setorial de Contabilidade, os relatórios de movimentação de bens em estoque e de bens móveis, que representa um dos instrumentos para o registro da conformidade contábil, caso em que, havendo incompatibilidade, desvirtua a situação patrimonial da unidade.
- Justificativa e Providências da UJ:

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, em função das dificuldades enfrentadas para processamento dos cálculos contábeis, e conseqüentemente para o envio em tempo hábil dos relatórios de movimentação de bens em estoque e de bens móveis e para o registro da Depreciação de Bens Móveis, adquiriu solução técnica de TI confiável para gerenciamento de patrimônio e almoxarifado e para realização dos cálculos necessários em agosto de 2014, como será a seguir detalhado.

Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobra Física, Sobra Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em

<sup>1</sup> Descrição contida na macrofunção SIAFI 02.03.15: Conformidade Contábil

<sup>2</sup> Descrição contida na macrofunção SIAFI 02.03.15: Conformidade Contábil

03/12/2013, por meio do Ofício de Nº. 695/2013/DG/INES. Tal mapeamento e modelagem de dados constituíram primeira e importante etapa de todo o processo a ser efetivado.

Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que se encontra em fase de depuração de dados.

Efetuamos a contratação de suporte técnico especializado para o fornecimento de software de gestão pública, a partir da data de 05/8/2014, conforme contrato de Nº. 23/2014, relativo ao Processo de Nº. 23.121.000020/2014-13, que também envolve serviços de solução de automação do patrimônio/almoxarifado inerentes ao Instituto. A implantação está em andamento e com a previsão de término para maio/2015, considerando a totalidade das demandas relativas às áreas citadas.

Em síntese, realizamos os seguintes procedimentos técnicos: migração dos dados contidos nos registros de planilhas de que dispúnhamos e o levantamento e re-emplaquetamento de todos os bens móveis do acervo (em finalização). Seguidamente, serão realizados os cotejamentos e a reavaliação dos bens adquiridos até 31/12/2009.

Assim, diante dos compromissos assumidos, nos últimos anos, enviamos, por meio eletrônico, as prévias dos seguintes relatórios:

- 4) Prévia do Relatório Analítico de Bens Móveis - Por Conta;
- 5) Prévia do Relatório Sintético de Depreciação;
- 6) Prévia do Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

No tocante ao Relatório RMA, devido à aquisição da já mencionada solução de TI, desde o mês de dezembro de 2014 foi regularizada sua emissão. Neste sentido, desde o aludido mês, o relatório RMA confere com os saldos contábeis do Sistema SIAFI.

Por fim, ressaltamos que os trabalhos ainda não foram totalmente finalizados, e esperamos que, em tempo breve, consigamos regularizar por derradeiro todas as pendências apontadas.

- 642 - Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado: Ao longo do exercício de 2014 foi verificada a ausência de registro da Depreciação de Bens Móveis nos meses de janeiro a dezembro. Esta ocorrência pode comprometer a real Situação Patrimonial da unidade.

#### Justificativa e Providências da UJ:

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, em função das dificuldades enfrentadas para processamento dos cálculos contábeis, e conseqüentemente para o envio em tempo hábil dos relatórios de movimentação de bens em estoque e de bens móveis e para o registro da Depreciação de Bens Móveis, adquiriu solução técnica de TI confiável para gerenciamento de patrimônio e almoxarifado e para realização dos cálculos necessários em agosto de 2014, como será a seguir detalhado.

Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobra Física, Sobra Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em 03/12/2013, por meio do Ofício de Nº. 695/2013/DG/INES. Tal mapeamento e modelagem de dados constituíram primeira e importante etapa de todo o processo a ser efetivado.

Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que se encontra em fase de depuração de dados.

Efetuamos a contratação de suporte técnico especializado para o fornecimento de software de gestão pública, a partir da data de 05/8/2014, conforme contrato de Nº. 23/2014, relativo ao Processo de Nº. 23.121.000020/2014-13, que também envolve serviços de solução de automação do patrimônio/almoxarifado inerentes ao Instituto. A implantação está em andamento e com a previsão de término para maio/2015, considerando a totalidade das demandas relativas às áreas citadas.

Em síntese, realizamos os seguintes procedimentos técnicos: migração dos dados contidos nos registros de planilhas de que dispúnhamos e o levantamento e re-emplacamento de todos os bens móveis do acervo (em finalização). Seguidamente, serão realizados os cotejamentos e a reavaliação dos bens adquiridos até 31/12/2009.

Assim, diante dos compromissos assumidos, nos últimos anos, enviamos, por meio eletrônico, as prévias dos seguintes relatórios:

- 7) Prévia do Relatório Analítico de Bens Móveis - Por Conta;
- 8) Prévia do Relatório Sintético de Depreciação;
- 9) Prévia do Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

Por fim, ressaltamos que os trabalhos ainda não foram totalmente finalizados, e esperamos que, em tempo breve, consigamos regularizar por derradeiro todas as pendências apontadas.

#### 12.4. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

**Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos			152005
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) ausência do registro mensal da Depreciação de Bens, assim como a falta de envio mensal à Setorial Contábil das informações sobre a consistência entre os saldos contábeis e os saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Almoarifado (RMA) e no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), que representa um dos instrumentos para o registro da conformidade contábil, caso em que, havendo incompatibilidade, desvirtua a situação patrimonial da unidade.</p> <p>Cabe ressaltar que as justificativas apresentadas pela unidade, bem como as providências adotadas para regularização das inconsistências relacionadas acima, constam no Relatório de Gestão dessa UJ, descritos no item 12.3.3 – Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada – Ocorrências não sanadas no exercício de 2014.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração, considerando que a DFC não está disponibilizada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. A Demonstração do Resultado Econômico foi excluída pela Resolução – CFC nº 1.437/2013.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
	<b>Brasília</b>	<b>Data</b>	<b>30/4/2015</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Núcia Ferreira da Silva</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF 010702/O-6</b>

### 13 Outras informações sobre a gestão

Em 2014, vigoraram as seguintes parcerias de cooperação técnico-científica – nenhuma das quais envolveu transferência ou repasse de recursos:

#### Quadro V – Parcerias de cooperação técnico-científica

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	VIGÊNCIA
Convênio nº002/2012 Processo 23121.000301/2012-12	UNIABEU	Estágios nas áreas de Serviço Social, Psicologia, História, Letras, Matemática, Pedagogia.	07/08/2014
Convenio nº2008/0011 Processo: 23080.002108/2008-55	Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC-	Oferta de estágio no INES aos alunos matriculados na Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade à distância. Termo aditivo de recursos encerra em 26/12/2012.	01/09/2015
Convênio nº 001/2011 Processo: 23121.000044/2011-20	Instituto Nossa Senhora de Lourdes -INOSEL-	Oferta de estágio no Instituto Nossa Senhora de Lourdes aos alunos matriculados no INES.	04/10/2015
Convênio 04/2013	Fundação Municipal de Educação -FME-	Oferta de estágio nas escolas públicas municipais de Niterói aos alunos matriculados no INES.	27/03/2015
Convênio nº 843/2012	UFF	Biblioteconomia, Psicologia, Administração, Nutrição, Letras, História, Pedagogia, Física, Serviço Social, Ciências Biológicas, Geografia, História, Ciências Biológicas e Matemática	25/04/2017
Convênio nº20/2012 Processo: 23102.001846/2012-66	UNIRIO	Biblioteconomia, Nutrição, licenciatura em Letras, Letras, Licenciatura em História, História, Pedagogia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas e licenciatura em Matemática	30/04/2017
Convênio nº 29/2014	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro -SMERJ-	Oferta de estágio NÃO REMUNERADO/ OBRIGATÓRIO, nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro aos alunos matriculados no INES.	31/12/2015
Convênio nº 28/2014	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro- SMERJ-	Oferta de estágio REMUNERADO nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro aos alunos matriculados no INES.	31/12/2015
Convênio nº001/2012 Processo: 23079.023018/2012-42	UFRJ	Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Letras, Biblioteconomia, História, Matemática, Física, Letras-Literatura, Letras-Inglês, Fonoaudiologia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia Administração e Química	04/05/2017
Convênio nº47/2012 Processo E03/4923/2012	SEERJ	Para alunos do DESU (Estágio em Gestão)	31/10/2017
Convênio 01/2014 Processo nº 23121.000516/2014-17	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Estágio obrigatório para alunos da UFRB a ser realizado no INES	09/10/2016

Termo de Convênio de Cooperação nº 003/1038/2012, Processo 147.717/2012-TJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.	14/11/2017
Cadastro efetuado em 8 de fevereiro de 2011 junto ao Ministério Público Federal	Tribunal Regional Federal - RJ	Viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.	Indefinida

### III – RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com base no PDI INES 2012-2016 e nos resultados alcançados até o presente, projetamos o seguinte Plano de Ação para o Biênio 2015-2016:

#### Políticas Públicas e Relações Institucionais

<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Plano de Ação</b>
I – Mapear as condições socioeconômicas, epidemiológicas e culturais relacionadas à surdez no Brasil;	* Construir o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parcerias;
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em perspectiva bilíngue (LIBRAS e Português);	* Constituir, no INES, uma Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em políticas e legislação;
III – Subsidiar a formulação de políticas públicas nacionais no âmbito de sua competência na área da surdez;	* Traçar diretrizes políticas para o alinhamento do Instituto às estratégias governamentais de implementação do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei 13.005, de 2014, em especial quanto à implantação da educação e das escolas bilíngues para surdos.
IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da LIBRAS.	* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES; * Realizar o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS – Pró-LIBRAS.
V – Promover e apoiar políticas e ações que viabilizem o letramento, em Língua Portuguesa, de alunos surdos;	* Criar um Grupo de Estudo dedicado ao tema da aquisição da língua portuguesa pelo aluno surdo;
VI – Fortalecer a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez	* Instituir um Comitê de Ética em Pesquisa e publicar a nova política de pesquisa do Instituto.
VII – Definir uma agenda de relações institucionais.	* Mapear instituições locais, nacionais e internacionais com as quais o INES mantém ou poderá criar intercâmbio e colaboração, bem como temas estratégicos para tais laços.

#### Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Plano de Ação</b>
VIII- Promover a formação inicial, a qualificação e a educação continuada em perspectiva bilíngue, para surdos e não-surdos.	* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia; * Realizar Concurso Público para vagas remanescentes não preenchidas de Magistério Superior; * Implementar o Curso de Pedagogia Bilíngue para polos em todas as regiões do Brasil nas modalidades semipresencial e a distância no Programa <i>Viver sem Limite</i> ; * Manter oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construir, a partir de 2014, curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado); * Ampliar o espaço para atividades letivas do Ensino Superior; * Construir uma política de acompanhamento de egressos; * Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica.

IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão;	* Criar Coordenação de Pesquisa e de Extensão;
X - Desenvolver a extensão aberta à participação da população.	* Ampliar o leque de cursos livres de extensão ofertados à comunidade.

### Educação Básica: Colégio de Aplicação

<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Plano de Ação</b>
XI - Promover a escolarização básica de alunos surdos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ampliar a prontidão docente para educação bilíngue, fortalecendo competências em LIBRAS;</li> <li>* Criar um espaço de convivência em LIBRAS;</li> <li>* Definir abordagem sobre aquisição de Línguas Estrangeiras escritas (Espanhol, Inglês);</li> <li>* Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica;</li> <li>* Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos;</li> <li>* Implementar a participação de alunos surdos e surdos da comunidade no Pronatec / Viver sem Limite;</li> <li>* Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);</li> <li>* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação sobre o aluno do INES, realizar uma pesquisa sobre causas da evasão escolar e construir uma política de acompanhamento de egressos da Educação Básica;</li> <li>* Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil;</li> <li>* Ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES;</li> <li>* Desenvolver com alunos projetos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação;</li> <li>* Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).</li> </ul>

### Saúde, Surdez e Educação

<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Plano de Ação</b>
XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão	* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico de saúde auditiva;

<p>de conhecimento;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados à surdez e à prevenção;</li> <li>* Criar equipe multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, pediatra) de acolhimento, avaliação e orientação à família desde o diagnóstico da surdez;</li> <li>* Promover reforma e nas edificações e instalações que servem ao trabalho em Audiologia / Otorrinolaringologia e ao trabalho em Fonoaudiologia;</li> <li>* Aprimorar a relação entre o diagnóstico, a “fila de espera” e a educação infantil;</li> <li>* Definir política de avaliação dos bebês, incluindo protocolo de atendimento e prazos, e uma proposta pedagógica de educação precoce, com definição dos recursos e profissionais necessários;</li> <li>* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem Curso de LIBRAS;</li> <li>* Institucionalizar atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde;</li> <li>* Criar banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez;</li> <li>* Reorganizar fluxo de informação no INES (DIAU, Serviço Social, Secretaria, Serviço Médico, SEDIN), criando-se prontuário eletrônico único com acesso livre pelos setores de Serviço Social, Psicologia, Audiologia, Fonoaudiologia e Médico e restrito por outros segmentos.</li> <li>* Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez;</li> <li>* Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social;</li> <li>* Disseminar o conhecimento na área da surdez;</li> <li>* Formular Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em <i>Saúde, Surdez e Educação</i>;</li> <li>* Estabelecer convênios relacionados a aparelho auditivo e implante coclear;</li> <li>* Contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos;</li> <li>* Construir um curso de Aperfeiçoamento em Audiologia, para graduados em Fonoaudiologia.</li> </ul>
<p>XIII - Desenvolver programas de reabilitação para pessoas surdocegas ou surdas com múltiplas deficiências ou</p>	<p>* Institucionalizar a ação de reabilitação, definindo diretrizes, ampliando e qualificando recursos humanos, adequando instalações, disponibilizando recursos materiais e tecnológicos e estabelecendo</p>

condutas típicas;	parcerias.
-------------------	------------

## Gestão do Conhecimento

<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Plano de Ação</b>
XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez;	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Aprovar e implementar Política Editorial e Política de Acervo;</li> <li>* Elaborar e distribuir materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas;</li> <li>* Elaborar glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio à participação de pessoas surdas nos cursos do Pronatec / Viver sem Limite;</li> <li>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</li> </ul>
XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Efetivar sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;</li> <li>* Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, etc.</li> </ul>
XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares;</li> <li>* Realizar parceria com a Prefeitura do Rio para a inserção de crianças na educação infantil municipal e também, no que couber, para a doação de aparelhos auditivos;</li> <li>* Criar, até 2014, sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica;</li> <li>* Ampliar parcerias com Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez para desenvolvimento das políticas;</li> </ul>
XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Construir documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>;</li> <li>* Obter acesso gratuito ao Portal de Periódicos da Capes, para disponibilizar a alunos, professores, servidores e pesquisadores o amplo e sempre atualizado acesso à literatura acadêmica;</li> <li>* Elaborar em 2012 um Termo de Referência relativo à restauração de itens do acervo de obras e documentos raros, bem como à apresentação e acompanhamento da implementação de diretrizes de conservação desse segmento do acervo, efetivando a licitação e as correspondentes ações até 2013;</li> <li>* Elaborar um Termo de Referência para a construção de edifício próprio da Biblioteca Especializada Monsenhor Vicente Penido Burnier do</li> </ul>

	<p>INES;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Construir e disponibilizar a página do citado Centro na internet, observando-se as normas de acessibilidade;</li> <li>* Construir e implantar uma Biblioteca Digital do INES na internet;</li> <li>* Constituir outros repositórios digitais INES na internet: materiais produzidos pelo INES; trabalhos acadêmicos produzidos pelos discentes da Educação Superior do INES;</li> <li>* Criar Espaço de Memória da Surdez e da Educação de Surdos no Brasil, visando preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico relacionado ao INES e contribuir para a preservação da memória da área da surdez no Brasil;</li> <li>* Ampliar o quadro de profissionais: Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo e Historiador;</li> <li>* Constituir uma Comissão Permanente de Seleção e Aquisição de Acervo;</li> <li>* Implementar o controle de ingresso de usuários.</li> </ul>
XVIII - Promover ação comunicativa sobre as potencialidades das pessoas surdas, visando à sua inclusão social e cidadania;	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Realizar, em articulação com a Comunicação Social do MEC, uma campanha sobre os surdos, com spots televisivos e cartazes para todo o Brasil.</li> <li>* Ampliar o alcance da TV INES, inclusive por meio de parcerias com os centros de referência estaduais na área da surdez (CAS) nos Estados brasileiros.</li> </ul>
XIX – Ampliar a difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da LIBRAS, por meio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ampliar a utilização do Estúdio do INES na elaboração de materiais em LIBRAS.</li> </ul>

## Gestão Institucional

<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Plano de Ação</b>
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Implementar o Plano Anual de Capacitação – PAC do INES e seu Programa de Apoio;</li> <li>* Mapear competências relacionadas aos diferentes setores do Instituto;</li> <li>* Diagnosticar o perfil de formação e qualificação da força de trabalho do INES e relacioná-lo às competências;</li> <li>* Propiciar a difusão de conhecimentos relativos à construção de projetos de pesquisa, à Política de Pesquisa da Instituição e aos Grupos e Núcleos de Pesquisa existentes;</li> <li>* Propiciar a difusão de conhecimentos relativos ao planejamento e gestão de cursos e aulas, incluindo especificações de materiais;</li> <li>* Promover palestras e oficinas de planejamento e gestão relativas às ações dos diferentes setores do INES.</li> </ul>
XXI – Promover a Gestão da	Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com

Sustentabilidade Ambiental.	<p>base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis;</p> <p>* Construir documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;</p> <p>* Fazer levantamento, catalogação e avaliação da biodiversidade do trecho de Mata Atlântica que compõe a área do INES;</p> <p>* Realizar ações de preservação da Mata, e de educação ambiental com alunos e comunidade.</p>
XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação.	<p>* Realizar Concurso Público para provimento de vagas relacionadas à área;</p> <p>* Promover mapeamento da TI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010;</p> <p>* Realizar mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional;</p> <p>* Implementar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação no INES;</p> <p>* Elaborar novo Portal INES na internet, observando critérios de acessibilidade.</p>
XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.	<p>* Instituir uma unidade de auditoria interna;</p> <p>* Construir, de modo participativo, um código de ética do servidor do INES;</p> <p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- do bom atendimento ao cidadão;</li> <li>- da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor;</li> <li>- da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores;</li> <li>- da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.</li> </ul>

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

**MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS CAVALCANTI**  
**Diretor Geral do INES**

**Anexos**

**Não há.**